



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

DAVID JOSÉ ANDRADE LIMA

**ANÁLISE DO *ETHOS* DISCURSIVO DOS LÍDERES OPOSICIONISTAS DURANTE
O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

RECIFE

2018

DAVID JOSÉ ANDRADE LIMA

**ANÁLISE DO *ETHOS* DISCURSIVO DOS LÍDERES OPOSICIONISTAS DURANTE
O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Pré-projeto de Pesquisa apresentado à Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na Linha de Pesquisa 2, do Curso de Mestrado da Universidade Católica de Pernambuco.

Orientação: Prof. Dr. Moab Acioli.

RECIFE

2018

**ANÁLISE DO *ETHOS* DISCURSIVO CONSERVADOR DOS LÍDERES
PARTIDÁRIOS DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Moab Duarte Acioli - Orientador

Prof. Dr. Karl-Heinz Efken

Profa. Dra .Karina Falcone de Almeida

Recife

2018

L732a

Lima, David José Andrade

Análise do ethos discursivo dos líderes opositores durante o impeachment de Dilma Rousseff / David José Andrade Lima, 2018.
104 f.

Orientador: Moab Duarte Acioli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Mestrado Ciências da Linguagem, 2018.

1. Análise do discurso. 2. Conservantismo. I. Título.

CDU 801

Ficha catalográfica elaborada por Catarina Maria Drahomiro Duarte - CRB/4-463

À minha família,

RESUMO

" A sociedade pensa como nós [os conservadores] pensamos." Essa frase fora proferida pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, sobre o que pensa a sociedade brasileira. O Brasil realmente é conservador? Esta pesquisa tem como objetivo identificar a presença de um *ethos* discursivo conservador nos discursos dos líderes dos partidos políticos que orientaram pela abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados fundamentalmente os postulados de Maingueneau (2015, 2016) referentes à noção de *ethos* discursivo, a noção de discurso político e imaginários sociais de Charadeau (2006) e a noção de Conservadorismo político de Burke (2016) e Scruton (2014, 2015, 2017). São objetivos secundários desse estudo compreender de que modo o *ethos* discursivo se manifesta nesses discursos; identificar os aspectos dos discursos dos líderes que se relacionam com os imaginários sociais; elaborar uma classificação dos *ethos* discursivos políticos dos parlamentares; entender quais as estratégias discursivas utilizadas pelos líderes. De natureza qualitativa, analítica e transversal, a pesquisa tem como *corpus* os discursos dos líderes partidários. Os textos que compõem o corpus da pesquisa foram extraídos do Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Foram utilizadas as estratégias de análise na gestão das relações discursivas do *ethos* a partir de Maingueneau (2016): 1) O apagamento do *ethos mostrado*; 2) A convergência entre *ethos dito* e *mostrado*; 3) O desaparecimento do *ethos dito*. Os resultados revelam que a maioria dos líderes que orientaram pela admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff está identificada com *ethos* denunciador, desqualificador, responsabilizador e de ironia buscando desqualificar o adversário em rejeitando valores preconizados por este. O interesse dos líderes fora o ataque ao governo do PT, ressaltando as fraquezas e tombos, e até mesmo ridicularizando a Presidenta. Foi identificado que os líderes estavam muito mais dedicados a maldizer o governo Dilma do que apresentarem realmente argumentos plausíveis que possibilitassem um entender a favor do impedimento da Presidente. De modo geral, não apresentaram conceitos calcados no pensamento conservador moderno.

Palavras-chave: Conservadorismo. Discurso político. Ethos discursivo. Imaginários sociais.

ABSTRACT

“The society thinks the way we [the conservatives] do.” This sentence was said by the President of the then Chamber of Deputies, regarding the Brazilian society. Is Brazil really conservative? This research aims to analyze the presence of a conservative *ethos* in the discourses of the party leaders who suggested the opening of Dilma Vana Rousseff impeachment process, on April 17th, 2016. In order to achieve this goal, this study is based on some of the studies of Maingueneau (2015; 2016) as far as the *ethos* in discourse is concerned, the notion of political discourse and social imagination according to Charadeau (2006) and the notion of conservatism presented by Burke (2016) and Scruton (2014, 2015, 2017). The specific objectives of this study are: to understand how the conservative *ethos* works in the speeches; to identify the aspects of the leaders’ discourses that relate to the social imagination; to establish a typification of the *ethos* in discourse through the speeches of the leaders; d) to analyze the discursive strategies used by the party leaders. The texts that compound the Corpus of this research were taken from the 91st record of the Deputy Chamber Session, deliberative meeting, afternoon, of the second ordinary parliamentary session, 55th legislature on April 17, 2016. This research is a qualitative analytical and cross-sectional study and its corpus is formed by the discourses of the leaders. It was applied the analyzes strategies of the in the management of the relations of the *ethos* of the *ethos* in discourse from Maingueneau (2016) : 1) The deletion of the *ethos shown*; 2) The convergence of the *ethos shown* and the *ethos told*; 3) The disappearance of the *ethos told*. The results revealed that most of the leaders who suggested the admissibility of Dilma Rousseff *impeachment* is associated to a denounce, incompetence, holder and irony *ethos*, with the purpose of unqualifying her by rejecting her values. The interest of the leaders was attacking the PT government emphasizing its weakness and making it seem ridiculous. It was identified that the leaders were much more concerned about cursing Dilma’s government than presenting real and plausible arguments that could allow an understanding in favor of the President’s impeachment. Overall, the discourses analyzed did not present principles based on the modern conservative mind.

Key-words: Conservatism. Political Discourse. Ethos in Discourse. Social Imagination.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	ANÁLISE DO DISCURSO
DEM	DEMOCRATAS
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSDB	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA BRASILEIRO
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PV	PARTIDO VERDE
SD	SOLIDARIEDADE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONCEITOS E NOÇÕES	18
1.1 ETHOS NA RETÓRICA	18
1.2 ETHOS E ANÁLISE DO DISCURSO	20
1.3 UMA CONCEPÇÃO ‘ENCARNADA DO ETHOS’	22
1.4 ETHOS PRÉ-DISCURSIVO E ETHOS DISCURSIVO	23
1.5 A QUESTÃO DO ETHOS E IMAGINÁRIO SOCIAL EM CHARADEAU	25
1.6 O ETHOS COMO UMA ESTRATÉGIA DISCURSIVA	26
2 OS PARTIDOS DO ‘SIM’	28
2.1 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)	28
2.2 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)	28
2.3 PARTIDO PROGRESSISTA (PP)	29
2.4 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	30
2.5 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)	30
2.6 DEMOCRATAS (DEM)	31
2.7 PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB)	31
2.8 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	32
2.9 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)	32
2.10 SOLIDARIEDADE (SD)	33
2.11 PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)	34
2.12 PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)	34
2.13 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)	34
2.14 PARTIDO VERDE (PV)	35
2.15 PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)	35
2.16 PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)	35
2.17 PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA (PMB)	36
3 A MENTALIDADE CONSERVADORA	37
3.1 O DISCURSO ANTIRREVOLUCIONÁRIO	37

3.2	SOCIEDADE CIVIL E ESTADO E A QUESTÃO DA HERANÇA DOS ANTEPASSADOS	39
3.3	SOCIEDADE E TRADIÇÃO	41
3.4	RELIGIÃO COMO BEM SUPREMO	44
4	MÉTODO	46
4.1	CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	46
4.2	ESTRATÉGIAS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	47
5	ANÁLISE DE DADOS	49
5.1	TEMA 01: DEUS É O SENHOR DO NOSSO POVO	49
5.2	TEMA 02: EXORTAÇÃO À UNIÃO DO BRASIL	50
5.3	TEMA 03: AJUDAR O BRASIL A SAIR DA CRISE	51
5.4	TEMA 04: EM DEFESA DA DEMOCRACIA	52
5.5	TEMA 05: O GOVERNO DE UMA PRESIDENTE MENTIROSA E DESASTROSA	53
5.6	TEMA 06: NAS MÃOS DO SENADO	55
5.7	TEMA 07: A PERDA DA CREDIBILIDADE E DA AUTORIDADE DE UMA PRESIDENTE	56
5.8	TEMA 08: O BRASIL DA ROUBALHEIRA	57
5.9	TEMA 09: HOMENAGEM À JUSTIÇA BRASILEIRA	58
5.10	TEMA 10: AO LADO DO POVO BRASILEIRO	60
5.11	TEMA 11: A SOLUÇÃO PARA CRISE	61
5.12	TEMA 12: RECONSTRUÇÃO MORAL	62
5.13	TEMA 13: OS “VAGABUNDOS DO PT”	62
5.14	TEMA 14: RESPEITO À DEMOCRACIA, ÀS LEIS E ÀS DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES	64
5.15	TEMA 15: ESPERANÇA EM MICHEL TEMER E O AMOR À PÁTRIA	65
5.16	TEMA 16: A REVELAÇÃO DO GOVERNO NO PODER E NO MEDO	66
5.17	TEMA 17: “NÃO É GOLPE” A LEGITIMIDADE DE UM VICE-PRESIDENTE	66
5.18	TEMA 18: O RECONHECIMENTO DAS BOAS AÇÕES DURANTE A GESTÃO DO PT	67
5.19	TEMA 19: O PROJETO IDEOLÓGICO DO PT	68

5.20	TEMA 20: O PROTAGONISMO DO POVO BRASILEIRO	70
6	RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS	72
7	CONCLUSÕES	73
	REFERÊNCIAS	75
	ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

A "sociedade pensa como nós [os conservadores] pensamos." ¹ Essa frase fora proferida pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, sobre o que pensa a sociedade brasileira. O Brasil realmente é conservador? O ano de 2016 marcou profundamente o destino político do Estado brasileiro. Ocorreu naquele ano o *impeachment* da então Presidente Dilma Vana Rousseff, interrompendo quatorze anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O Brasil ainda guardava na lembrança seu último processo de impedimento presidencial, o qual toda a sociedade brasileira parecia, em 1992, conclamar a saída do Presidente Collor de Mello.

Embalados nas manifestações que se iniciaram no ano de 2013, as chamadas “jornadas de junho”², em um contexto de insatisfação do povo trabalhador (a maioria jovem com renda na faixa de cinco salários mínimos³), no estado de São Paulo, contra o aumento da passagem do transporte público, provocaram uma onda de protestos articulados por uma juventude que não estava acostumada a ir às ruas. Protestavam contra a realização da Copa do Mundo de 2014 e contra a péssima qualidade dos serviços públicos. Essas manifestações contaram com a forte participação do Movimento Passe Livre (MPL)⁴, que não tem vinculação alguma com os partidos que votaram pelo *impeachment*, e tiveram sua erupção manifesta no dia 20 de junho, com aproximadamente 2 milhões de pessoas. O Brasil visto pelos helicópteros das grandes emissoras de televisão, parecia estar espontaneamente unido na batalha por um país mais justo. Vale dizer que o MBL tinha uma proposta muito diferente da do MPL. A sigla do primeiro fora feita para confundir e absorver o sucesso do MPL. As contribuições do segundo foram muito mais amplas. Visavam reivindicações no campo da cultura política e não tinham o apoio da mídia corporativa comercial. O MBL já semeava as sementes do golpe parlamentar contra Presidente Dilma Rousseff.

¹ FÓRUM. **Em culto evangélico, Eduardo Cunha diz que maioria do Brasil é conservadora**. Porto Alegre, 02 mar. 2015. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/em-culto-evangelico-eduardo-cunha-diz-que-maioria-brasil-e-conservadora/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

² As chamadas jornadas de junho referem-se a um movimento que surgiu no mês de junho do ano de 2013 e se espalhou por diversas regiões do Brasil, mobilizando milhares de pessoas a se manifestarem contra, inicialmente, ao aumento da passagem de ônibus.

³ BRAGA, Ruy. **Brasil: uma interpretação à altura de Junho**. [S.l.], 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/brasil-uma-interpretacao-a-altura-de-junho/>>. Acesso em 25 abr. 2018.

⁴ Segundo Gohn (2017), o MBL foi um movimento criado em novembro de 2014 sob bandeiras do liberalismo. Seu lema era “contra a roubalheira” e “contra tudo que aí está.”.

Ao passo em que essa massa juvenil e trabalhadora buscava discutir um Brasil melhor para todos, sobretudo para a classe menos favorecida, as manifestações de direita, no ano de 2015, foram convocadas por várias organizações da classe dominante. Os charmes dos discursos direitistas flertavam a atenção de muitos jovens e de alguns setores da imprensa alternativa, por exemplo, as redes sociais digitais, que desempenha hoje um papel fundamental na democratização da informação. No protesto de alcance nacional e internacional, realizado no dia 15 de março de 2015, uma crassa parcela de manifestantes formada majoritariamente pela classe média branca e saudosistas do regime militar, pedia pelo *impeachment* de Dilma. Era possível ver, por entre todos ângulos, a frase: “Fora Dilma”. Uma indissociável relação entre PT e corrupção era deliberada e insistentemente dita em cada discurso proferido nos trios elétricos que circulavam nas ruas durante a manifestação. O mote das manifestações de 2015 constituía-se de aspectos temáticos aparentemente consentâneos com a agenda conservadora: apoio às Forças Armadas (apelo facilmente visto nas estampas dos cartazes “Intervenção Já”), anticomunismo, menos intervenção do Estado; patriotismo; negação do aborto e reforma política. Essas manifestações buscavam mostrar ao país que o governo petista tinha chegado ao acme do fracasso e era conveniente com o quadro político de corrupção. E sendo assim, deveria ser deposto.

Através das redes sociais digitais, do *Facebook*, em particular, manifestações visando à derrocada do governo foram peremptoriamente planejadas e se tornaram cada vez mais conscientes (e concretas), sem pôr em conta ainda a criação de grupos simbólicos (as chamadas páginas) que buscavam, de modo estratégico, desenterrar teorias, ora liberais, ora conservadoras, ora liberal-conservadoras. Um claro exemplo do surgimento de grupos à Direita é o Movimento Brasil Livre (MBL) que busca (e ainda o faz) promover virtualmente encontros de pessoas simpatizantes com o pensamento conservador fossem às ruas levantar a bandeira verde e amarela.

À título de organização, Gohn (2017) sintetiza os três importantes movimentos que capitanearam as manifestações nas ruas entre 2013 e 2016: Movimento Passe Livre, Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). Analisa os valores adotados por cada movimento, identificando ideais mais progressistas do mundo no MPL ao passo em que o VPR e o MBL seriam mais liberal-conservadores, portanto, apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff. A autora afirma que as manifestações no Brasil, a partir do ano de 2013, criaram novos significados ante às lutas sociais.

É possível afirmar que alguns temas possivelmente calcados no pensamento conservador (re) apareceram oficialmente em março de 2015, a qual é questão substantiva para

compreensão do resultado do impeachment de Dilma, em 2016. O que a sociedade brasileira passou a testemunhar, a partir daquele ano, fora uma aparente *Onda Conservadora*⁵, com representação no parlamento, financiada pela mídia empresarial (corporações que detém o monopólio das informações) injetando força e comunhão entre os parlamentares da chamada bancada da bala, constituída por um segmento social de representantes do empresariado, dos grandes produtores rurais, dos militares, dos segmentos neopentecostais evangélicos, cujas igrejas são consideradas “empresas religiosas”, e que se mostravam críticos aos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

O fato é que no dia 2 de dezembro de 2015, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), um dos chefes do conluio, hoje preso por ter seu mandato cassado por corrupção, abriu um processo de impeachment contra a Presidente Dilma, alegando crime de responsabilidade fiscal à Lei Orçamentária, as chamadas “Pedaladas Fiscais”⁶. A Presidente Dilma fora afastada do cargo no ano seguinte..

No dia 17 de abril de 2016, momentos antes da autorização do *impeachment*, os 25 líderes dos partidos com representação na Câmara dos Deputados fizeram seus discursos de encaminhamento dos votos.

O relator da Comissão Especial, Jovair Arantes (PTB-GO), antes dos discursos dos líderes, falou em favor do processo de afastamento da Presidente: “[...] vamos fazer a história, decidir o que queremos para o futuro deste País. A situação é grave. Não adianta só virar a página desta história, é hora de reescrevê-la, em busca de um novo tempo.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 14). O discurso de Arantes demarca tematicamente uma busca por um novo cenário político, diferente da era PT, e continua no seu parecer: “O impeachment não é golpe, é um instrumento legítimo e constitucional que permite a fiscalização e o controle de um Poder da República [...]” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 17)

⁵ O termo *Onda Conservadora* fora empregado por Boulos na coletânea de artigos intitulada A Onda Conservadora para designar um viés “político, econômico e moral” que, desde 2013, ganha ascensão no Brasil.

⁶ No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro-desemprego, e subsídios agrícolas. Essas instituições faziam o pagamento com recursos próprios, garantindo que os beneficiários recebessem em dia. Ao mesmo tempo, o governo omitia esses passivos nas estatísticas da dívida pública, postergando para o mês seguinte a sua contabilização. Com isso, as contas públicas apresentavam bons resultados que, no entanto, não eram reais. BRASIL. Congresso. Senado. **Pedalada Fiscal**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal/>. Acesso em: 05 maio 2018.

O líder do PMDB, Leonardo Picciani, o primeiro a fazer a orientação, também na esteira dos que pregam um novo tempo para o Brasil, discursou: “Viva o fim desse processo deve ser um só: a vitória do Brasil, a vitória do povo brasileiro e dias melhores. Viva o Brasil. Viva a democracia.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 27). Já o líder do Partido Progressista (PP), Aguinaldo Ribeiro, votou pela admissibilidade do impeachment, alegando uma aparente paralisia econômica: “A grande realidade é que o País precisa retomar urgentemente a normalidade. Não podemos conviver com a estagnação, não podemos conviver com a paralisia e com o impasse permanente, sem solução.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 41).

A trama contra o governo Dilma, na tentativa de se colocar um Presidente não representativo da sociedade brasileira, pode brevemente ser compreendida nas palavras do líder do PSC, André Moura, onde chega a citar qualidades morais e políticas do atual Presidente da República, Michel Temer: “O Presidente Michel Temer, que já passou por esta casa por 24 anos, Presidente deste poder por três vezes, [...] que reúne todas as qualidades morais e políticas e indispensáveis para, juntos, construir uma ponte para o futuro.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 78)

Apoiar ou não o PT, não subtrai as grandes conquistas trazidas por ele, que nas palavras de Chauí (2016, p. 15) se mostra nos avanços sociais alcançados a partir dos “programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação dos direitos sociais das classes populares [...]”. Essas mudanças sociais trouxeram um quadro econômico que favoreceu a classe pobre, ajudando-a a melhor se manter. A retirada do governo petista do executivo precisa ser entendida e melhor justificada pela comunidade científica.

A relação do estado brasileiro com a democracia é muito recente, o país ainda guarda lembranças do Golpe de Estado de 1964, chamado de “revolução” por seus apoiadores, o que pode apresentar semelhanças com o impeachment de Dilma, que parece ter tomado um rumo convergente.

Jinkings (2016, p. 12), sobre o *impeachment* da Presidente petista, comenta: “[...] tentaram mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites.”]

A análise dos discursos dos líderes justifica a possibilidade de construção da imagem de um agente político conservador. As orientações dos líderes permitem um norte a partir do qual os parlamentares decidem ou não pela continuidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. São os líderes que irão representar a tônica dos partidos, não um parlamentar específico ligado a ele. Pensar nos discursos ditos conservadores dos orientadores como possibilidade de

significações/construções da realidade que se naturalizam nos segmentos sociais é abrir uma grande janela para sociedade refletir sobre um possível (re)estabelecimento de uma tradição conservadora que se veste nos discursos antipetistas.

Para estudar os discursos dos líderes, a pesquisa se apoiou no conceito do *ethos* discursivo. Buscou-se tratar da questão do *ethos* em Dominique Maingueneau (2014), que trabalhou o conceito no campo da Análise do Discurso. O *ethos* como a construção de uma imagem de si no discurso fora desenvolvido na retórica antiga, que tomava a ideia de que, ao falar, o locutor construía uma imagem de si para seus interlocutores.

Maingeneau (2015) diz que todo discurso está relacionado a uma “voz” ou “tom”, oriundos de sua maneira de enunciação. Isto era uma dimensão trabalhada na retórica antiga, segundo a qual o *ethos* apresentava propriedades por meio das quais se conferiam implicitamente, não exatamente pelo que diziam de si mesmos, mas pela aparência que lhes configurava o modo de enunciarem os discursos: a entonação, a escolha dos argumentos e das palavras, revelavam certas características desses oradores.

No entanto, a noção de *ethos* estava ligada, na retórica antiga, apenas à dimensão oral. O texto escrito, para Maingeneau (2005), possui um *ethos*, uma vocalidade da qual é possível extrair uma fonte enunciativa que autoriza o que se diz. Um outro conceito –chave relacionado ao conceito do *ethos*, para o autor francês, é a “instância subjetiva”, que “desempenha o papel do **fiador** do que é dito.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 98). Mussalim (2016, p.71), em tratando de uma abordagem discursiva sobre o *ethos* à luz dos conceitos maingueneauianos, afirma que a instância subjetiva “não está relacionada a um autor efetivo; trata-se de uma representação que o leitor faz do enunciador a partir de índices textuais de diversas ordens – léxico, estrutura sintática etc.”

Além da vocalidade (ou tom), o *ethos* contempla dois pontos centrais na teoria de Maingueneau: o *caráter* e a *corporalidade*. O *caráter* diz respeito aos traços “psicológicos” que o leitor e ouvinte atribui à figura daquele que enuncia em razão do seu modo de dizer. A *corporalidade*, por sua vez, concerne a um modo de representação da “compleição do corpo do fiador”, como observa Mussalin (2016), indissociável de uma forma de se vestir e se locomover nos espaços sociais.

Dito isso, é importante dizer que corpus desse trabalho será o discurso político. Por discurso político, Charadeau (2005) vai dizer que se trata de um “jogo de máscaras”. Toda palavra, na esfera política, para o autor, deve ser tomada pelo que ela e pelo que não diz. Nunca deve ser tomada ao pé da letra. Assumindo a “multiplicidade” do que a palavra pode dizer, quando tomadas em “lugares diferentes do tabuleiro político”, para Charadeau (2005), uma

mesma estratégia pode ser empregadas de modo diferente. Estudar os discursos, assim, dos líderes parlamentares que votaram pelo “sim” pode ajudar a melhor compreender como se instauram esse “jogo de máscaras” no próprio ato do discurso.

A questão do *ethos*, associada à questão do discurso político, concede à pesquisa a condição de estudar a questão da imagem de si construída no cenário político. Pode-se, então, pensar no que diz Charadeau (2005, p.115) quanto à percepção de *ethos*: “enquanto imagem de si, o *ethos* liga-se àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz.” Nesse sentido, a ideia de *ethos* está imbricada num cruzamento de olhares: o olhar de um outro que vê o que fala e o olhar daquele que fala sobre o modo de como pensa que o outro o vê.

Partindo de um cenário de orientações dos líderes partidários para julgar a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, acusada pelo suposto crime de Responsabilidade Fiscal, e considerando a possibilidade da existência dos discursos conversadores que (re)aparecem nos discursos políticos legítimos, apoiados pela imprensa e grandes empresas, mobilizando uma aparente juventude do Brasil de hoje, o objetivo primário desse estudo é analisar como o *ethos* discursivo é criado nos discursos dos líderes de partidos que votaram pela abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esses discursos constroem a imagem de um político conservador? Em tentando responder a essa pergunta, procurar-se-á discutir como objetivos secundários: a) compreender de que modo o *ethos* discursivo se manifesta nesses discursos; b) identificar os aspectos dos discursos dos líderes que se relacionam com os imaginários sociais c) elaborar uma classificação dos *ethos* discursivos políticos dos parlamentares; f) entender quais as estratégias discursivas utilizadas pelos líderes.

Portanto, estudar os discursos políticos enriquece os estudos de natureza discursiva no âmbito da linguagem, sobretudo num país em que o problema da consolidação da democracia ainda não parece ter sido resolvido.

As bases conceituais do chamado pensamento conservador fundamentam-se no princípio de “conservadorismo” elaborado pelo filósofo irlandês Edmund Burke, no século XVIII, cujas ideias inspiraram a criação ideológica do pensamento conservador moderno enquanto um sistema político. Tem-se, a partir de Burke, decerto, um corpo coerente de pensamento cujo princípio precípua é o de conservar

O discurso de Burke (2016) em *Reflexões Sobre a Revolução na França* aponta para alguns pontos que caracterizam este pensamento conservador político: (a) respeito à lei e à tradição; (b) aversão à revolução; (c) liberdade como herança inalienável; (d) respeito às

instituições civis e religiosas; (e) necessidade de um exército disciplinado; (f) um governo poderoso; (g) um povo obediente, protegido, satisfeito e laborioso, (h) consciência e respeito aos princípios da natureza; (i) igualdade moral.

A ação política deve ser cautelosa e reformadora. O agente político não muda radicalmente o estado de coisas; mas a reforma *a fortiori*. A capacidade do conservadorismo político apontada pelas *Reflexões* levanta as condições de possibilidade para um governo representativo, de partidos na política, e das funções de um deputado. É possível uma interpretação que aceite as *Reflexões* não somente como um conjunto teórico, mas também como um manual prático de política. Elabora, em seu panfleto, uma crítica atroz à Revolução Francesa, justamente porque esta partia do nada para o tudo, destituída de baluartes. Considera a revolução “a mais espantosa que ocorreu até agora no mundo” (BURKE, 2016).

Pode-se, o que não deve ser o objetivo central desse estudo, aventar sobre uma perspectiva conservadora em uma dimensão existencial mais antiga⁷, mas o ponto de partida aqui será os aspectos dos discursos advindos do pensamento conservador aplicados à política. Assim, buscar-se-á situar o Conservadorismo como uma ideologia política advinda dos escritos de Burke em *Reflexões*. Ainda que não exista uma cartilha a ser rezada por algum interessado no pensamento conservador⁸, Burke foi importante para o debate acerca da natureza do conservadorismo porque propusera princípios gerais que resistiram aos testes do tempo, oferecendo valiosos ensinamentos para o agente conservador político.

Faz-se, também, aqui, um condicionamento teórico discursivo de alguns pensadores conservadores que retomam as ideias burkeanas e as discutem em contextos atuais Scruton (2014; 2015; 2017); Kirk (2016); Coutinho (2014); Oakshott (2016).

A pesquisa está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo concerne à noção do *ethos* discursivo. Será discutida a questão do *ethos* na retórica antiga até sua incorporação à Análise do Discurso.

O capítulo dois discute sobre cada partido que votou pela admissibilidade do processo de impeachment da Presidente Dilma. A tônica de cada partido será brevemente discutida, a fim de que o leitor conheça razoavelmente a estrutura de pensamento cada partido.

⁷ Wilker (2016, p.20), em 10 Livros Que Todo Conservador Deve Ler, discute, por exemplo, a existência de um pensamento conservador em Aristóteles: “Em primeiro lugar, ele entendeu que a argumentação política decisiva ocorre entre quem sustenta (como ele) que a vida política e a moral são *naturais* e aqueles que afirmam que a vida política e a moralidade são inteiramente criações *humanas* (como fizeram os sofistas e políticos inovadores de sua época). Este argumento ainda está entre nós. Como veremos, ele define a diferença entre conservadores e liberais.”

⁸ “O conservadorismo não existe. Existem conservadorismos, no plural, porque plurais foram as diferentes expressões da ideologia no tempo e no espaço.” (COUTINHO, 2014, p. 09).

O terceiro capítulo tratara da noção de conservadorismo político. Serão discutidos alguns aspectos da obra fundadora do conservadorismo: *Reflexões sobre a Revolução na França*, escrita por Edmund Burke. A perspectiva burkena do pensar conservador levantará as condições de possibilidades para estabelecer algumas categorias de análise do *corpus*.

Os capítulos quatro e cinco tratam, respectivamente, a constituição do *corpus* e a análise de dados.

Em seguida, serão expostas as considerações finais a que esse estudo chegou, buscando responder às perguntas da pesquisa.

1 CONCEITOS E NOÇÕES

1.1 ETHOS NA RETÓRICA

Nessa sessão, há uma discussão acerca da questão discursiva do *ethos*, buscando inscrever essa problemática num campo de estudo da linguagem. O conceito de *ethos* parte do princípio de que, ao falar, o locutor constrói uma imagem de si para seus interlocutores. Essa apresentação de si não emerge necessariamente de um esforço do locutor, mas pode ser naturalmente construída por sua pessoa. O conceito de *ethos* é estudado na Retórica, Análise do Discurso e Pragmática. Esse conceito, na verdade, foi retomado pelos analistas do discurso de vertente francesa no século XX⁹. É possível dizer que esse retorno dos estudos do *ethos* está associado ao interesse pelos estudos da linguagem em público. É comum, dentro das discussões sobre o *ethos*, os pesquisadores exporem a trajetória desse conceito a partir dos estudos da retórica clássica, principalmente em Aristóteles, chegando às discussões no rol das análises discursivas atuais. Assim, cabe, inicialmente, uma retomada às reflexões do *ethos* na antiguidade.

A retórica é entendida como uma ciência cujos princípios e técnicas visam à arte de falar bem, de ornamentar o discurso para fins persuasivos. Em um passo da *Retórica*, Aristóteles comenta sobre o *ethos*:

É o *éthos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não uma prevenção favorável a respeito do orador. (I, II, IV, 1356a)

Pode-se dizer, à luz da conceituação aristotélica, que o *ethos* transmite uma segurança do orador acerca daquilo de que se fala. O *ethos* não é a confirmação do caráter, mas a imagem dele. Um médico que diz: “Tenho muita competência no que faço” não prova sua capacidade de trabalho medicinal; sua cotidiana prática, no entanto, irá mostrar ou não se o que ele disse confere com o discurso proferido.

O *ethos* prova a boa impressão, pois seu modo de como é construído convence o público pela imagem de si. Amossy, em discutindo a gênese do conceito de *ethos*, retoma Aristóteles e cita alguns pensadores romanos:

⁹ Ver: (MAINGENEAU, 1984; 1987)

Dedicamo-nos essencialmente às glosas dos conceitos de Aristóteles e também ao estudo das modificações a que eles foram submetidos pelos textos de Cícero e de Quintiliano. Um dos pontos que sobressaem dessa confrontação toca de perto nosso objeto. Trata-se, de fato, de saber se o *ethos* é, como pretendia Aristóteles, a imagem de si construída no discurso ou, como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.). Na arte oratória romana, inspirada mais em Isócrates (436-338 a.C.) que em Aristóteles, o *ethos* pertence à esfera do caráter. Segundo Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. E Cícero define o bom orador como o *vir boni dicendi peritus*, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo. Amossy (2005, p. 17-18).

A existência da discussão, já entre os gregos e romanos, sobre a construção da imagem de si no discurso ou fora dele suscita a questão do sujeito. O sujeito é um ser feito de discurso, um ser social empírico, ou os dois? A esse propósito dessa problemática, Charaudeau (2005, p. 114) diz que o “*ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que se diz.”. O *ethos* estaria, assim, relacionado a um cruzamento de olhares, conforme o autor supracitado, o olhar daquele que vê aquele que fala, e o olhar daquele que fala sobre o modo como ele acredita que o outro o vê. A imagem construída sobre aquele que fala necessita de um suporte de dados preexistentes ao discurso – ou seja, o que já se sabe acerca do locutor – e que, consubstanciado no ato de linguagem, é levado ao destinatário.

A questão central é, como lembra Amossy (2005), que a ideia de *ethos* está associada à enunciação, e não um saber adicional sobre o locutor. A confiança que se tem acerca do locutor é resultado dos efeitos do discurso, não uma expectativa ou uma antecipação de impressões sobre o orador. Destarte, para que se determine o *ethos* de um enunciador, é preciso compreender sua totalidade de produção daquele que o anuncia.

Para Fiorin (2015, p. 71):

Dentro dessa totalidade, procuram-se recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível da linguagem usada, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias, etc.

Na conjuntura de eleições, um candidato, por exemplo, de esquerda apresenta ao público, em seu discurso, uma imagem de um político preocupado com a desigualdade social; restringe o uso de armas, mostra-se aberto às questões da liberação do uso das drogas, valoriza a importância de olhar para os mais pobres; uma visão, geralmente, socialista de como gerenciar a sociedade.

Por outro lado, um candidato à direita, em sua campanha, mostra-se como alguém afinado com a agenda dos grandes empresários; recrimina diametralmente a liberação das

drogas, transmite a ideia de que todos podem ser ricos se se esforçarem para tal (meritocracia). O direitista quase sempre se apresenta como um conservador ao público.

Maingueneau (2015, p. 15), comentando o capítulo 8 do livro I, da *Retórica*, fala sobre a flexibilidade do *ethos* do discurso ante às diferentes constituições políticas, fala sobre a estratégia de o orador:

[...] não manter um mesmo discurso diante da gente afeita à monarquia e de uma audiência convencido das ideias democráticas. Aristóteles fala, então, do “caráter [= *ethos*] das constituições”. Os homens que vivem sob uma certa constituição política (aristocracia, democracia...) têm um certo tipo de caráter, e a argumentação do orador deve levar isso em conta.

Essa flexibilidade de um discurso a depender do seu público traz à lembrança daquilo que Charaudeau (2005) chamaria de “jogos de máscaras”, a ideia de que toda palavra, no território político, nunca deve ser tomada ao pé da letra. Ela deve ser considerada pelo que diz e, também, pelo que não diz. O importante é reconhecer as estratégias de um enunciador que nem sempre é absoluto.

A noção de *ethos* do discurso como a construção da imagem de si fora retomada na Análise de Discurso (AD) francesa¹⁰, na década de 1980, e tem sido consideravelmente explorada; longe, porém de ser esgotada. No próximo item, explorar-se-á sobre a incorporação da noção de *ethos* na Análise do Discurso.

1.2 ETHOS E ANÁLISE DO DISCURSO

Foi Dominique Maingueneau, Professor de Ciências da Linguagem, na década de 1980, um dos grandes responsáveis por incorporar o conceito de *ethos* na Análise do Discurso (doravante AD). A ideia trabalhada por Maingueneau, segundo Mesti (2015, p. 53) recebe influência de ideias de Aristóteles no tocante, principalmente, a três aspectos:

a) por se construir por meio do discurso, o *ethos* não é uma “imagem” do locutor exterior à fala, mas uma noção discursiva; b) é um processo interativo de influência sobre o outro; c) é uma noção sócio-discursiva que não pode ser aprendida fora de uma situação de comunicação.

Há alguns deslocamentos no estudo, em Maingueneau, em torno do *ethos*. Um deles é, fundamentalmente, o envio da noção de *ethos* do quadro da retórica para o campo do discurso. O autor francês procurou alargar o campo ao conjunto de produções de discurso. Um outro

¹⁰ É importante mencionar que existe também um estudo considerável sobre a noção do *ethos* discursivo em A Nova Retórica de Parelman, 1998.

deslocamento fora, para que essa integração aos pressupostos da AD viesse a ocorrer, o fato de que os efeitos não são resultados de escolhas do sujeito, mas são impostos pela Formação Discursiva¹¹. Isso significa dizer que o enunciador não possui intenções porque não desempenha papel de escolha em virtude dos efeitos pretendidos.

A AD abre campo para outros conceitos de língua contrários ao rígido conceito estruturalista. A AD traz de volta o sujeito para o centro, o qual havia sido claramente excluído dos estudos linguísticos à luz do estruturalismo. Aqui aparece, como ponto central, a relação do homem com a exterioridade (será abordado a questão das condições de produção, mais a frente, conceito importante para a AD).

A AD irá trabalhar com alguns conceitos base, os quais constantemente elaborados e reelaborados por diversos estudiosos da área. Ainda que não sejam conceitos que se aplicarão diretamente a essa proposta de pesquisa, vale a menção de dois conceitos comuns à AD, “Condições de Produção¹²” e “Discurso x Enunciado”, conceitos nos quais inserem-se o terreno teórico do *ethos* discursivo, ainda que não seja trabalhado diretamente com eles.

Por ora, cabe destacar a distinção entre discurso e enunciado estabelecida por Maingueneau (1996, *apud* COSTA-HUBES, T.; STELLA, F.A.; SOARES, A.F, 2013, p. 264): “[...] o enunciado concerneria ao caráter de unidade linguística e o discurso, a uma unidade de comunicação associada a condições de produção devidas. ” Disto isto, diz-se também que há uma dependência no que tange a um gênero do discurso¹³: artigo de jornal, entrevista, debate, romance etc. Assim, um olhar com foco na estruturação do texto na língua faz dele um enunciado e um olhar com foco nas condições de produção faz desse texto um discurso. O discurso é a realidade da fala; a fala em contexto. Novamente, os conceitos centrais mencionados apenas servem como uma genérica contextualização.

Discutido sobre essas questões base em AD, os analistas do discurso, orientados pelos princípios acima, agrupam-se numa segunda linhagem de analistas que, para Maingueneau (2015, p. 33):

¹² As condições de produção estão intimamente relacionadas com ambiente em que o discurso ocorre. Segundo Pêcheux (1996, *apud* COSTA-HUBES; STELLA, 2013, p. 267) , o termo condições de produção do discurso é utilizado para “Designar não somente o meio ambiente material e institucional do discurso, mas ainda as representações imaginárias que os interactantes fazem de sua própria identidade, assim como referente de seus discursos.” Portanto, as condições de produções, se tomadas conforme coloca Pêcheux, caracterizam o discurso e incluem “o contexto sócio-histórico, ideológico”. (ORLANDI, 2015, p. 29).

¹³ Ver Maingueneau (2014) sobre Gênero de discurso e cena de enunciação.

[...] se interessam pela maneira pela qual, em uma sociedade determinada, a ordem social se constrói por meio da comunicação. Eles se esforçam para manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica. A maioria desses pesquisadores se ancora fortemente nas ciências da linguagem.

Novamente, esses conceitos não serão diretamente aplicados na análise de dados dessa pesquisa, mas é importante trazê-los à tona para situar o leitor no contexto, porque a noção de *ethos* nasceu em torno da cena da enunciação. No ver de Mesti (2015, p. 56), Maingeneau apresenta um modo peculiar de caracterizar o discurso: “é um acontecimento inscrito sócio-historicamente que não pode ter seus conteúdos dissociados de sua cena enunciativa.” Todo discurso depreenderia, assim, uma cena enunciativa para configurar um enunciado, todo o *ethos* é parte integrante de uma cena de enunciação.

1.3 UMA CONCEPÇÃO “ENCARNADA” DO ETHOS

Maingeneau (2016) reconhece que a noção de *ethos* é muito variável. O autor francês, ao coaptar o conceito para a AD, aplicou-o a textos religiosos, publicitários¹⁴ e literários. É meritório, em Maingeneau, a ampliação da análise do conceito de *ethos* - que na retórica tradicional estava indissociavelmente ligada à eloquência, à oralidade em situação pública – para todos os tipos de textos (orais e escritos).

Maingeneau parte de uma concepção “encarnada” do *ethos*, para quem esse *ethos*:

[...] recobre não só as dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O caráter corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica numa maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica. (MAINGENEAU, 2015, p.18).

Baseado em indícios textuais, o leitor constrói a figura do “fiador” que indica um caráter e uma corporalidade, os quais se sustentam em estereótipos sociais. Nesse particular, o *ethos* não pré – existe à enunciação, haja vista que é através do próprio enunciado que o fiador deve dizer sua maneira de ser. É nesse panorama que a noção de *ethos* adquire, em Maingeneau, todo seu potencial. Amossy (20a05, p. 16), diz que na teoria maingeneuniana do *ethos*: “o autor a

¹⁴ Ver a questão do texto publicitário no item Um texto publicitário em Maingeneau (2015).

relaciona à noção de *tom*, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala. Por sua vez, o tom se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e de uma *corporalidade*”.

Em termos esquemáticos, Maingeneau (2015, p. 18) coloca a questão da “incorporação” do seguinte modo:

- a enunciação da obra confere “corporalidade” ao fiador, ela lhe dá corpo;
- o destinatário *incorpora*, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso.

A característica precípua do *ethos* é mostrar traços de caráter que orador deve apresentar ao auditório para causar uma boa impressão (pouco importa sua sinceridade). O orador enuncia uma dada informação, dizendo, concomitantemente: “eu sou isso, não aquilo”.

1.4 ETHOS PRÉ-DISCURSIVO E ETHOS DISCURSIVO

Por se tratar de um conceito complexo, é-se compreensível que existam diferenças entre autores. Em *Imagens de si no discurso*, essa distinção é trabalhada por Haddad, no livro de Ruth Amossy. O autor chama de *ethos* pré-discursivo (ou prévio) como a imagem preexistente do locutor. Chama de *ethos* discursivo, o *ethos* que se entende como efetivo, pois é a imagem construída pelo autor no discurso. Assim:

Ora, o orador, ao pronunciar seu discurso, deve construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, levando em consideração a ideia que presumivelmente o auditório projeta dele. O *ethos* prévio ou pré-discursivo condiciona a construção do *ethos* discursivo e demanda a reelaboração dos estereótipos desfavoráveis que podem diminuir a eficácia do argumento. (HADDAD, 2008, p. 148).

Percebe-se, desse modo, que a constituição do *ethos* se efetiva no momento em que existe uma identificação com o auditório. Nesse estágio da discussão, cabe um comentário sobre ao que Meyer (2007) chama de *ethos* projetivo e *ethos* efetivo. Ele chama de *ethos* projetivo a imagem que o auditório tem sobre o orador, a priori, e a imagem que o orador acredita ser aquela que o auditório percebe a respeito dele.

O *ethos* efetivo é a imagem que o orador constrói a partir do seu discurso, na tentativa de persuadir esse auditório.

O orador, sabendo que o *éthos* projetivo em princípio difere do *éthos* efetivo, pode construir seu discurso de modo que a imagem projetada seja efetivamente controlada. Isso pertence ao domínio daquilo que Aristóteles chamava de *phrónesis*, ou prudência. O orador se orna da virtude que o auditório espera dele e faz uso dessa congruência para comunicar sua mensagem. Ele aparece como é, ao menos é isso que tentará fazer acreditar, ao adotar essa estratégia de adequação, que é uma estratégia de sinceridade, fingida ou real. (MEYER, 2007, p. 53-54).

As considerações de Meyer e Haddad estão associadas ao campo de estudo da retórica, não diretamente à AD, como como concebe Maingeneau. Estudar o *ethos*, em Maingeneau é:

[...] se apoiar em uma realidade simples, intuitiva, a de um fenômeno que é co-extensivo” a qualquer emprego da língua: o destinatário constrói necessariamente uma representação do locutor por meio do que esse último diz e sua maneira de dizer. (MAINGENEAU, 2016, p. 32).

Assim, em trabalhando-se com o *ethos* discursivo, toca-se diretamente na questão da existência de marcas que levam à caracterização do *ethos*. É necessário, para Maingeneau (2015) haver uma distinção entre o *ethos* discursivo e o *ethos* pré-discursivo. Essa oposição entre o *ethos* pé-construído e *ethos* propriamente produzido é lembrada por Aristóteles no olhar de Romualdo (2008, p. 214) quando diz que as provas de persuasão são “fornecidas pelo discurso de três espécies: residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso pelo que esse demonstra ou parece mostrar.”

O *ethos* não tem como se desvincular da enunciação, assim, também, como não tem como se desvincular da antecipação por parte do leitor, que cria uma imagem do enunciador mesmo antes dele enunciar. Isso pressupõe a relação do que está se chamando aqui de *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo.

Essa distinção subsume uma diversidade de tipos de gêneros de discursos que, em certa medida, não deixam de induzir certas expectativas sobre o *ethos*.

O *ethos* de um discurso resulta de determinados fatores:

[...] *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou, indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre o *ethos dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos* efetivo, construído por tal ou destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias. (MAINGENEAU, 2016, p. 19).

Mesti (2016), a partir da tipologia do *ethos* maingeneuniana acima, diz que o *ethos* dito consiste em fragmentos de textos nos quais o enunciador evoca sua enunciação, enuncia, sobre

ele mesmo, ao passo em que o *ethos* mostrado, também considerado como *ethos* discursivo, é construído pelo coenunciador (destinatário) a partir de vestígios deixados na enunciação.

1.5 A QUESTÃO DO ETHOS E IMAGINÁRIO SOCIAL EM CHARADEAU

Uma questão importante e que não pode passar à revelia desse estudo é a ideia de *ethos* coletivo, percebida em Charadeau (2006, p. 117), para quem o *ethos* coletivo “*corresponde a uma visão global, mas à diferença do ethos singular, ele é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo*”.

Essa questão da coletividade do *ethos* atravessa a problemática da identidade do sujeito que, por sua vez, passa por representações sociais. Retomando Maingeneau, Charadeu diz que

[...] quando Maingeneau retoma a noção de “tom” – proposta por Barthes a partir da noção de “ares” de Aristóteles – e propõe “uma concepção mais ‘encarnada’ do *ethos*, como atributo do que ele chama “fiador” de um ‘caráter’ e de uma “corporalidade” subjetiva, é ainda de representação social que se trata, uma vez que a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si. Diremos que o *ethos* apoia-se em um duplo imaginário corporal e moral ou que é um imaginário que, aqui, se corporifica.”(CHARADEAU, 2006, p. 117)

Assim, o sujeito falante não tem outras realidades senão as permitidas pelas representações que circulam em determinados grupos sociais e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos. O *ethos* coletivo corresponde a uma visão global em relação a outro grupo, para Charadeau.

O conceito de imaginário sociodiscursivo¹⁵ merece uma atenção passageira aqui, pois trata-se de uma propositura conceitual inscrito na AD, e possibilita uma reflexão posterior sobre um imaginário conservador no discurso político. O imaginário é “uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (CHARADEAU, 2006, p. 203). Esse processo de significação ocorre de duas maneiras: a maneira pela qual o homem mantém contato com a realidade através de sua experiência, e a maneira pela qual o homem se relaciona com outros para alcançar um consenso de significação. A realidade, assim, precisa ser percebida pelo homem para que signifique, e é exatamente esse exercício de percepção significativa que resulta os imaginários, os quais dão sentido a realidade.

Esses imaginários possuem a necessidade de serem materializados, para que produzam seu papel de espelho identitário, como diz Charadeau:

¹⁵ Ver Maingeneau (2006)

Os grupos sociais produzem discursos de configuração diversa que dão sentido a essas materializações. Uns se fixam em textos escritos (ou na tradição oral) de maneira mais ou menos imutável e assim podem ser transmitidos de geração em geração: as doutrinas religiosas, as teorias científicas, os manifestos políticos ou literários. (CHARADEAU, 2006, p. 206).

Existem diversos modos de exprimir o imaginário no discurso político relativos ao *ethos* construído em torno de uma expectativa coletiva dos cidadãos. Pode-se pensar, por exemplo, ainda no contexto do discurso político, circulam imaginários sobre campanha eleitoral, reunião, propaganda televisa etc.

1.6 O ETHOS COMO UMA ESTRATÉGIA DISCURSIVA

O discurso político é, por excelência, o lugar do jogo de máscaras. Essa é a máxima do pensamento charadeauniano no tocante à análise do discurso político. Calcada nos estudos aristotélicos no que se trata de retórica, Amorssy afirma que : "O lugar que engendra o etos é, portanto, o discurso, o logos do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele" (AMOSSY, 2005, p. 31). Deste modo, a fim de que o orador possa persuadir seu público, ele deve munir-se das três estratégias produzidas discursivas utilizadas pelo político: *ethos*, *pathos* e *logos*.

Como já comentado anteriormente, a noção de *ethos* faz referência à construção da imagem de si. Assim, por meio da palavra, o político procura apresentar uma imagem de si para que possa conquistar os imaginários sociais. O *ethos* é, aqui, uma estratégia com fins na credibilidade política daquele que fala. Conta, nesta ocasião, o ator do discurso com o beneplácito da instância cidadã para aprovação dos projetos políticos. Para Charadeau (2008, p. 87) o *ethos* político precisa “mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito.” O *ethos* funcionará como um espelho em que serão refletidos os desejos coletivos. Quanto menor, assim, a correspondência entre a imagem de si apresentada pelo político e os imaginários sociais, menor será a capacidade de ação do *ethos*. Em termos práticos, o êxito da estratégia do *ethos* dependerá irremediavelmente da imagem produzida pelo político na tentativa de ganhar adesão e, de igual modo, da imagem que a instância cidadã fará do político ideal.

Falar de estratégias de *pathos* é falar sobre o apelo que o político faz às emoções, sentimentos e paixões para seduzir os que fazem parte da instância cidadã. O ator político sabe

da eficácia dessa estratégia para aterrorizar, ameaçar, atrair e convencer o público em geral. A noção de *logos* se refere ao uso que o político faz da argumentação para persuadir os cidadãos a aprovar suas propostas e atitudes. Diz Charadeau (2008, p.101) que “não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa, que tende a elucidar ou a fazer existir uma verdade, mas de mostrar a força da razão.” É pensando nisso que, desenvolve Charadeau, para o político que argumenta propor um raciocínio “casual simples apoiando-se em crenças fortes supostamente partilhadas por todos, e de reforça-las, apresentando argumentos destinados a produzir um efeito de prova.”

A imagem que se tinha, no discurso da maioria dos líderes de partido durante o processo de impedimento, ano de 2016, da Presidente Dilma Roussef era de alguém que havia acabado com o país. De uma Presidenta que destruiu a indústria, altamente incompetente e que traiu a confiança do povo brasileiro, A construção de um *ethos* corrupto atribuída à Presidente implicou no seu afastamento do cargo. Seu afastamento pode ter significado que o PT, partido da qual faz parte a ex-Presidente, não era mais digno de confiança e estava ligado a todo ato de corrupção já realizado no Brasil.

É importante mencionar ainda que, para Charadeau (2005, p. 32), falar de discurso político é “tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas”. Desse modo, para o autor, em suma, não existe um discurso genuinamente político (ou genuinamente jurídico, religioso, homofóbico, feminista, machista etc). A ideia de discurso existe à medida em que é produzido num determinado campo social.

Dito isso, e considerando as estratégias discursivas, encontra-se em Charadeau um suporte teórico capaz de discutir e compreender os discursos entre homem e sua convivência social, sobretudo no campo político.

2 OS PARTIDOS DO ‘SIM’

Considerando a ideia de Charadeau (2005) de que os discursos produzem imaginários sociais expressos pelo ethos construído, este capítulo trata de falar um pouco dos objetivos dos partidos políticos que votaram pela admissibilidade do impeachment de Dilma Rouseff. Busca-se, neste momento, apresentar uma imagem do que esses partidos mostram sobre si a partir da visão geral que apresentam.

2.1 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)

O PMDB é o maior partido político do Brasil, com o maior número de filiados: prefeitos, deputados, governadores e senadores. Surgiu com a sigla MDB (Movimento Democrático Brasileiro), opondo-se à Arena, que apoiava a ditadura militar.

O PMDB se apresenta como um partido participativo e democrático:

A primeira lição decorre de um fato: as elites tradicionais não foram capazes de construir uma grande civilização democrática para todo o povo brasileiro. Daí o reconhecimento da primazia do povo, da organização e mobilização popular, como ponto de partida deste programa e como condição necessária para realizar as reformas que se impõem. O PMDB não quer ditar um modelo acabado, pois nada substitui a Sociedade. Ouvi-la é o primeiro passo para transformar em propostas políticas coerentes os anseios e reivindicações mesmo que estes, inicialmente, sejam formulados de modo precário ou sob inspiração corporativa. Esta transformação é tarefa precípua do partido político. A melhor maneira de realizá-la consiste em submeter as expressões da Sociedade ao crivo das exigências da cidadania, em suas dimensões concretas: de trabalhador e produtor; de contribuinte; de consumidor; de usuário de serviços públicos; de sujeito de direitos e obrigações. O PMDB não abdicará da realização desta tarefa, de sua responsabilidade política, de sua vocação dirigente. (PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1996, p. 1).

O PMDB mostra-se combatentes às políticas autoritárias e argumenta em prol da organização dos partidos políticos como base da sociedade, porque são os partidos junto ao apoio popular que irão fortalecer a constituição de um governo democrático.

2.2 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

Nascido em 25 de dezembro de 1988, pelo ex-governador Mário Covas, O PSDB é um dos partidos mais jovens do Brasil, e também um dos mais expressivos. O PSDB também é

um partido político que se mostra defensor do modelo democrático de governo e diz que tem experiência nisso:

O PSDB e a democracia brasileira nasceram juntos. No governo, o PSDB soube consolidar as instituições democráticas; na oposição, sabe zelar por elas e lutará sempre para que não se amesquinhem. Esse programa sintetiza os resultados de uma rica discussão, que se estendeu a várias cidades e envolveu centenas de membros do PSDB e especialistas filiados ou não ao partido. Avançamos muito em relação aos objetivos a que nos propusemos de defesa da renda dos trabalhadores, combate à pobreza, universalização do acesso à escola, aos serviços de saúde e à seguridade, modernização do estado e estabilização da economia foram em grande parte alcançados. Mas é claro que há muito por fazer. Porque sempre há e porque alguns dos nossos compromissos essenciais foram sendo abandonados por aqueles que nos sucederam no governo federal. (PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2016, p. 1)

O PSDB é ora visto como um partido de centro-direita, ora visto como centro-esquerda. Suas consecutivas disputas presidenciais contra o PT talvez o tenha marcado como um partido de direita, porém a social democracia é uma corrente de esquerda menos radical em relação ao sistema capitalista.

Alguns dos criadores do PSDB – como Fernando Henrique Cardoso e José Serra – foram vistos por muito tempo como “socialistas”. E andavam juntos de petistas em momentos de relevo histórico.

A “separação” do PT e PSDB quiçá ocorrera quando o primeiro começou a flertar com a direita. Os tucanos, como são reconhecidos, aceitaram compor o governo de Itamar Franco, logo após o impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992. Ao passo em que os petistas não aceitaram a aliança.

O fato é que o PSDB tem exercido práticas de acordo com a agenda neoliberal, promovendo privatizações e instituindo leis que freiam as ações do estado (Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo), práticas que não estariam na agenda da Social Democracia clássica.

2.3 PARTIDO PROGRESSISTA (PP)

O manifesto do PP resume-se nos três itens abaixo:

1. Sistema econômico livre, que favorece a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades;
2. Ação econômica que leve em conta valores sociais como a criação de riquezas para todos, através da geração de empregos, renda e poupança, e o funcionamento de efetiva economia social de mercado;

3. Liberdade de culto religioso, garantia de inviolabilidade, da privacidade, o direito ao trabalho digno, ao salário justo à moradia, à educação, à alimentação, à segurança, como, também, o exercício de uma imprensa livre e responsável e à preservação do meio ambiente. (PARTIDO PROGRESSISTA, p.1)

O PP fora a fusão do PDS com o PDC, originando o PPR, ficando, posteriormente, em 2003, apenas PP. É um partido político que se mostra aliado à democracia, contribuindo para uma sociedade livre, justa, pluralista, participativa, solidária. As ideias do PP o apresentam como um partido com características do pensamento liberal, estando, assim, mais ligado à direita.

2.4 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Em seu manifesto, O PSD tem como seus princípios e valores¹⁶: política transparente; defesa da iniciativa e a propriedade privada, defesa do voto distrital; defesa da preservação ambiental; preservação dos direitos já adquiridos; diálogo transparente com a oposição; favorável à liberdade de expressão e opinião etc.

O PSD é um partido que apoia o movimento democrático, considerado como um “partido de centro moderno, livre de dogmas e ideologias superados, atento ao que realmente traz desenvolvimento econômico e social.” (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, 2011, p.1)

2.5 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

O PSB é um partido nascido no ano de 1947, dois anos após o surgimento da Esquerda Democrática, que nasce sob o lema:

“Socialismo e Liberdade”. Em agosto, o primeiro congresso afirma a sua ideologia socialista, ao proclamar a função social da propriedade e o papel do Estado na economia, defender reformas estruturais, a nacionalização de áreas estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a garantia da saúde e educação. João Mangabeira é escolhido presidente do PSB.¹⁷ (Partido SOCIALISTA BRASILEIRO, 1947, p. 1).

O PSB apoiou o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda que sempre com algumas reservas. O PSB, no ano de 2015, deu sinais de que se afastava cada vez mais do PT. O acme

¹⁶ Ver princípios e valores na íntegra do PSD em: <http://psd.org.br/principios-e-valores/>

¹⁷ Ver a trajetória do partido em: <http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>

desse rompimento foi o voto “sim” pela admissibilidade do impedimento da Presidente Dilma Rouseff no cargo chefe da nação brasileira:

Os graves erros cometidos pelo governo na política e na economia – os quais haviam motivado o rompimento com o primeiro governo de Dilma Rousseff – jogam o país na maior crise da história republicana, com instabilidade política, recessão, desemprego e inflação crescentes. (Partido SOCIALISTA BRASILEIRO, 2015, p. 1).

O partido em questão, vale lembrar, apoiou a candidatura de Eduardo Campos, em 2014, à Presidência de República, com Marina Silva como Vice.

2.6 DEMOCRATAS (DEM)

Chama-se atenção para leitura dos cinco primeiros princípios que norteiam as ações dos DEM:

1. Defender o primado da democracia, regime político que melhor responde às necessidades e aspirações do homem civilizado, no qual o governo é escolhido pela maioria, respeitados os direitos da minoria e assegurada a alternância do poder.
2. Lutar pela instauração da plenitude democrática, consubstanciada na existência de instituições públicas sólidas e estáveis, e na exigência de que a lei, legitimada pela representação popular, seja efetivamente igual a todos.
3. Advogar o direito que todos tem de expressar, livremente, seus credos religiosos e convicções políticas, como condição fundamental à existência do Estado democrático.
4. Consignar seu repúdio a todas as formas de totalitarismo ou de autoritarismo, reconhecendo contudo que é dever do Estado moderno defender-se da ação dos seus inimigos, dentro da lei, e sem sacrifício das liberdades fundamentais que constituem a essência da democracia.
5. Colocar-se firmemente contra qualquer espécie de discriminação e preconceito, quanto à religião, sexo e raça, bem como defender o direito das minorias. (DEMOCRATAS, p.1).

O DEM, antigo Partido da Frente Liberal (PFL), afirma ser um defensor da ética, da democracia, economia de mercado, direitos humanos e do liberalismo econômico. O símbolo dos Democratas é uma árvore, inspirada no partido Conservador inglês cuja representação máxima fora Margaret Thatcher. É considerado um partido de centro-direita.

2.7 PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB)

O Partido Republicano Brasileiro é um partido que se diz defensor do pluripartidarismo e da representatividade. Sua imagem é de um partido comprometido com o modelo democrático de governo. Os princípios básicos do PRB são:

1. A única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo;

2. É intolerável toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie;
3. O sistema federativo exige efetivo equilíbrio fiscal entre as unidades que o compõem, devendo ser revertida a tendência dos últimos anos de excessiva concentração tributária e de poderes orçamentários e fiscais pela União;
4. A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, dentro de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente;
5. Os segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, os idosos e os portadores de necessidades específicas, devem gozar de atenção especial do Estado. (PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO, 2017, p. 1)

O PRB tem como meta fundamental a garantia de uma sociedade homens livres, que gozem de uma vida digna e que tenham a oportunidade de desfrutar do pleno emprego. Apresenta-se à sociedade brasileira como uma ferramenta na promoção do desenvolvimento econômico e social do país. É um partido que se inspira nos ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e fraternidade).

2.8 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

O PTB é um dos partidos políticos mais antigos do Brasil. Foi fundado no dia 15 de Maio de 1945, na época em que o Rio de Janeiro ainda era o Distrito Federal. Sob inspiração de Getúlio Vargas, o principal programa do PTB era o crescimento econômico, nacionalização de educação e recursos e, também, o desenvolvimento da indústria. Influenciado pelo Partido Comunista, e demais organizações de esquerda, O PTB se mostrava ao lado dos grupos sindicais e leis trabalhistas, sobretudo após a morte de Vargas em 1954.

2.9 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)

O PDT propõe-se a lutar pela realização das seguintes ideais: lutar, primeiramente por uma qualidade de vida melhor desde o período infantil. Argumenta que as crianças e os adolescentes são a salvação da nação. Defende o interesse dos trabalhadores, evitando a exploração dos setores mais privilegiados. O caráter do PDT é fortemente valorizado na suas “raízes e de uma atitude de inconformidade ante a miséria, a fome e o marginalismo de dezenas de milhões de brasileiros. Aqui, como em nenhuma outra causa, marcaremos nossa opção e autenticidade.” (PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, 2016, p. 1)

Defende ainda a forte participação das mulheres em diversos campos de atuação social, igualdade salarial, mais oportunidades de emprego, serviços de estrutura de melhor qualidade para que possa promover uma vida menos submissa.

Ademais, o PDT mostra uma imagem de um partido atento à participação dos negros e índios, que, assim como as mulheres, ficaram, ao longo da história, à margem da sociedade. A igualdade só será alcançada através do processo democrático, para o PDT.

Nas sete preocupações que o PDT coloca como amis importantes no seu site, as últimas duas dizem respeito à valorização da soberania nacional, fazendo com que o Brasil deixe de atuar como serviçal econômico do capital estrangeiro, e fala do compromisso do partido com a defesa de um movimento de legislação que que defenda um ambiente natural, menos poluente.

2.10 SOLIDARIEDADE (SD)

A proposta do partido Solidarietà é promover uma sociedade cujos princípios sejam a solidariedade e a cooperação sejam a base de todas as relações sociais. Os valores e missão do são apresentados da seguinte maneira:

Missão do Solidarietà

Construir, por meio de uma parceria de compromisso em favor do bem comum, meios que fomentem a distribuição de renda, a igualdade e a solidariedade, promovendo a inclusão, a dignidade, o respeito à diversidade humana, ecológica e a valorização da vida.

Visão do Solidarietà

Estar entre os principais partidos do país, tendo o diálogo como meio de captar demandas, entender necessidades e formular políticas viáveis para o aprimoramento da vida em sociedade.

Valores do Solidarietà

Cooperação e solidariedade como compromisso fundante de todas as relações humanas; Valorização do trabalho humano; Desenvolvimento humano, econômico e social sustentável. (SOLIDARIEDADE, p. 1)

Fundado em 2013, quando teve seu registro aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o partido tem uma inspiração de um movimento popular que ganhou mais de 10 milhões de adeptos, na Polônia. A ideia era encarar os problemas gerados pelo comunismo e seus governantes. Liderados por Lech Walesa, um sindicalista, o movimento conseguiu fechar, no ano de 1981, um trato com do Governo, que ficou conhecido como “Acordo de Agosto”. Diz-se que esse movimento fora fundamental para queda do regime comunista.

O primeiro líder fora Fernando Francischini, ferrenho crítico ao governo do PT, agora filiado ao Partido Social Cristão (PSC).

2.11 PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

O PTN é um partido antigo, fundado em 1945 por características diretamente vinculadas ao Ministério do Trabalho, que tinham como meta a articulação da massa sindicalizada independente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob inspiração de Getúlio Vargas. Foi extinto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965. Embora apenas tenha obtido registo no TSE em 1997, conseguiu eleger um único Presidente da República. Jânio Quadros, em 1960. O partido teve seu nome alterado para “Podemos”, “Podemos mudar o Brasil”.

2.12 PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)

O PSC fora criado em julho de 1985; É um partido que acredita que o Cristianismo é algo que se estende à religião, (por isso utilizam o termo “Social Cristão”) e um, estado de espírito que não exclui nenhuma pessoa, servindo de base para tomadas de decisões racionais entre as pessoas. O PSC defende a redução de maioridade penal, mostra-se contra a legalização do aborto e das drogas, defende o voto facultativo. Esses princípios direcionam o PSC a uma linha de pensamento mais conservador.

2.13 PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)

O PPS fora criado no mês de janeiro de 1992 durante o X Congresso do então Partido Comunista Brasileiro (PCB). É um partido que apresenta uma visão plural, aberta à participação de todos. Busca contribuir para uma nova ética, em que não haja nenhuma discriminação, e que o ser humano seja agente beneficiário das transformações sociais. O PPS é um partido político de visão socialista:

Um Partido novo, democrático, socialista, que se inspire na herança humanista, libertária e solidária dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em nosso país e em todo o mundo, prolongando hoje a luta que travamos desde 1922. Um Partido que não use o povo, mas seja um instrumento para que cada cidadão seja sujeito de sua própria história. Um Partido socialista, humanista e libertário, que tenha como prática a radicalidade democrática, que permita a cada ser humano exercer sua plena cidadania, na área em que reside e no planeta em que habita. (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 1992, p. 1).

O PPS olha para a sociedade sem receitas prontas e inacabadas; o apoio de todos na construção de uma sociedade livre levará a nação a um nível de justiça social. Por descender de um viés socialista, contrapõe-se à visão neoliberal, defendendo que a propriedade dos meios de produção deve ser social, autogestivas, cogestivas e cooperativistas.

2.14 PARTIDO VERDE (PV)

O partido verde surgiu no cenário político brasileiro na década de 1980 sob a o ideal de um partido preocupado com as questões ecológicas. Relaciona-se com os ideais de uma política internacional, os verdes, e mostra-se afinado com alguns aspectos da direita e da esquerda. Não compactua com a distinção clássica direita x esquerda, mas crer num diálogo entre ambos. Suas principais características valorativas são: apoio ao desarmamento, a desnuclearização, apoio aos direitos humanos. Defende ainda distribuição de renda, separação e poderes públicos, subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Reconhece, assim, uma “cultura democrática que estimule o convívio pacífico, harmonioso, solidário e cooperativo entre os cidadãos. O PV defende no campo institucional.”. (PARTIDO VERDE, 2005, p. 2).

2.15 PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)

Nascido com o ideal de criar um novo Brasil, o PROS defende, como preocupação central, que os impostos devem ser dirimidos sem que o Estado perca a capacidade de atuação. Diminuição de impostas é, sem dúvidas, a maior preocupação do partido. Preocupa-se também com o combate às drogas, porque acredita que elas geram intranquilidade na família, na saúde e na segurança pública. A política do PROS, assim, ante às drogas será preventiva. Outros objetivos programáticos do partido são: estímulo à integração da estrutura urbana, desenvolvimento tecnológico do Brasil junto a países com potencial intelectual de tecnologia e reforma administrativa para promoção do desenvolvimento da carreira do servidor público, estimulando a meritocracia com o enfrentamento da subutilização de capital humano.

2.16 PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)

O PSL é um partido ligado à tradição liberal e conservadora. Suas principais bandeiras são: Liberalismo Econômico, Iniciativa Privada, Federalismo, Governo Limitado, Estado de Direito e Império da Lei, Conservadorismo, Democracia Representativa, Transparente e Plural e Qualidade de Vida com Inclusão Social.¹⁸ Desde sua fundação, em 1998, quando teve sua

¹⁸ Ver ideário integral do PSL: <https://www.pslnacional.org.br/>

licença registrada, tem sido comandado por Luciano Bivar, criador do partido, homem rico e ligado ao setor de seguros. Assim, o PSL se mostra como um partido de direita.

2.17 PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA (PMB)

O PMB é a 35ª legenda do país e tem como base central de seu programa o “efetivo reconhecimento do papel da mulher em todas as áreas de decisão no cenário econômico, político e social”¹⁹ da sociedade brasileira. O PMB é um partido considerado centro-esquerda.

Defende, também, o respeito às individualidades e a igualdade de direitos, desamarrados à credo e religião, optando por um modelo laico de estado. Neste particular, o PMB propõe uma sociedade democrática através do diálogo com a sociedade civil.

A política social é também discutida na pauta do programa. Algumas das ideias do partido nesse terreno são: participação mais efetiva do Estado, melhoria dos investimentos públicos, garantia de uma escola pública de qualidade, direitos dos portadores de necessidade física e acesso à internet em todas as regiões do país.

O tema Direitos Humanos é colocada na agenda do partido, para qual trata-se de um direito entre todos os cidadãos independente de sexo, etnia, orientação sexual, credo ou religião.

Além dos temas abordados, o PMB se diz atento às questões que concernem à política econômica (a favor da cobrança menos e mais justos) e à política de meio ambiente (visando ao equilíbrio do homem, meio ambiente e economia).

O PMB foi fundado em 2008 e teve sua registro definitivo em pelo Supremo Tribunal Federal em 29 de setembro de 2015.

¹⁹ Ver estatuto do PMB na íntegra: <http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/>

3 A MENTALIDADE CONSERVADORA

3.1 O DISCURSO ANTIREVOLUCIONÁRIO

Diferente de sua postura ante à Revolução Americana, em 1775, iniciada no dia 19 de abril, Burke se impõe contra a Revolução Francesa²⁰ de 1789, a qual se instaurou bruscamente, sacrificando os valores e sentimentos cristãos e aristocráticos por uma nova filosofia igualitária cuja mantra era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, Burke via, na Revolução, um estado de desmoração absoluto das instituições, pois não havia, para ele, um caráter político-constitucional delimitado ao contrário da já citada Revolução Americana e da Revolução Gloriosa em 1688²¹. O pensador irlandês comenta:

A Revolução Francesa é a mais espantosa que aconteceu até agora no mundo. As coisas mais surpreendentes foram produzidas, em mais de um caso, pelos meios mais absurdos e ridículos; nos modos mais ridículos, e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos. Tudo parece fora do natural neste estranho caos de leviandade e ferocidade, onde as espécies de crimes misturam-se com todas as espécies de loucuras. Em vista dessa monstruosa cena tragicômica, necessariamente as paixões mais opostas se sucedem e às vezes se misturam, fazendo passar do desprezo à indignação, do riso às lágrimas, do desprezo ao horror. (BURKE, 2016, p. 32).

Havia uma preocupação, para Burke, de que as forças de sedução da Revolução na França pudessem alcançar de algum modo a Inglaterra, pois a “França sempre influenciou, ora mais ora menos, os costumes na Inglaterra” (BURKE, 2016, p. 99). A Revolução de 1789 podia ser entendida, assim, como uma nova espécie de fanatismo político; um fanatismo de ordem laica, representada pelos defensores dos Direitos do Homem²². Está é uma noção abstrata de todos os deveres. Burke (2016) enxergava, na Revolução, a possibilidade de uma anarquia emergente da sociedade, levando à ruína a nobreza e a tradição. A “sociedade civilizada” seria deposta e, assim, sobraria apenas a crueldade dos bárbaros sedentos por reconstruírem a sociedade através de abstrações.

²⁰ Na tarde de 14 de julho, uma multidão entre seiscentos e dez mil insurgentes liderada por Pierre-Augustin Hulois (1758-1841), um antigo sargento da Guarda Suíça e futuro general do exército de Napoleão Bonaparte (1759-1821) toma a Bastilha, liberta os únicos sete presos no local, massacra o governador da prisão, Bernard – René Jourdan (1740-1789), Marquês de Launay, cortando-lhe a cabeça, e mata a maioria dos cento e quatorze guardas do presídio, marcando o início da Revolução. (CATHARINO; NELSON, 2016, p. 119.)

²¹ A Revolução Gloriosa, também conhecida como a Segunda Revolução, foi um movimento de revolução de natureza pacífica, ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1688 e 1689. O corolário desse movimento fora a troca do absolutismo monárquico pela monarquia parlamentar na Inglaterra.

²² “[...] a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, exaltou a liberdade, a igualdade e a fraternidade, como direitos universais, atribuindo à propriedade um direito inviolável.” Souza (2013).

Russel Kirk, uma das maiores autoridades sobre o pensamento burkeano, autor de diversos livros acerca do pensamento conservador nos Estados Unidos²³, na sua biografia intitulada *Edmund Burke: a genius considered*, sintetiza a visão estarrecedora de Burke perante os episódios da Revolução Francesa:

“Edmund Burke sabia que os homens não são naturalmente bons, senão que são seres que mesclam o bem e o mal., mantidos em **obediência à lei moral principalmente pela força do costume e do hábito**, o que os revolucionários rejeitaram como um lixo deveras antiquado. Ele sabia que **todas as vantagens da sociedade são produto de uma intrincada experiência humana por muitos séculos, não algo a ser consagrado da noite para o dia** por alguns filósofos de cafés. Sabia que **a religião é o maior bem da civilização, que os bens hereditários são os sustentáculo da liberdade e da justiça, e que o corpo de crenças que muitas vezes chamamos de “preconceito” são o senso moral da humanidade**. Opôs-se tenazmente aos revolucionários como um homem que se encontra, de repente, acossado por ladrões.”(KIRK, 2016, p.287, grifo nosso)

A límpida passagem de Kirk traz à tona a necessidade de o agente político conservador respeitar uma lei moral que assegure um *status quo*, aquilo que seria tratado por Scruton (2014, p. 54) como um sentimento de “familiaridade”, pois o instinto do “conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer.” A mudança será, para os conservadores, a possibilidade de perda; o conservador sabe, todavia, que o processo de mudança é real e aceita-a de certo modo, com prudência e com as condições possíveis para agir. Em *Conservadorismo*²⁴, Oakeshott (2016, p. 140), tomando o conservadorismo como uma predisposição, ratifica essa possibilidade de perda: “A mudança é sempre uma ameaça à identidade, um símbolo de extinção”.

O conservadorismo é a força antagônica da revolução, mas reconhece a existência do processo de mudança, característica da organicidade da sociedade Assim como um corpo que nasce, cresce, adoece e padece, o de uma sociedade reclama natural progressão. A mudança é inevitável. A pressuposição das mudanças no tempo abre uma porta para que o conservador reflita seu plano político de intervenção; agindo sempre a partir da consciência reformista. É preciso dizer que o conservador não se infecta pelo frugal “tudo passa”, mas se situa no “é-se pelo que se foi”. Uma discussão mais oportuna sobre o aspecto reformista (relacionando-a à tradição) será articulada à frente; precisa-se comentar neste momento, no entanto, que a Revolução foi brutal, para Burke, porque certamente não respeitava a pulsação natural da

²³ Ver também “A Era de T.S Eliot: A imaginação Moral do Século XX” e “A Política da Prudência”.

²⁴ Ver o capítulo I sobre a visão conservadora a respeito da mudança.

sociedade; viera solapar, como já mencionado, da noite para o dia, os valores tradicionais de uma sociedade cristã. Gerara a Revolução, segundo Burke: leis viradas de cabeça para baixo, tribunais subvertidos, indústria sem vigor; comércio agonizante, igreja saqueada e uma anarquia civil e militar. Para Burke, esses efeitos desordenados da Revolução não foram o resultado inevitável, mas o preço de uma “autoridade irresponsável e presunçosa”²⁵.

Volta-se, agora, à passagem kirkeana sobre a visão de Burke a respeito da Revolução, a qual toca nas questões centrais do conservadorismo segundo o pensador irlandês: obediência às leis; sociedade e tradição; religião como um bem supremo e a herança dos antepassados como garantia da liberdade e da justiça. Cada questão será tratada a seguir.

3.2 SOCIEDADE CIVIL E ESTADO E A QUESTÃO DA HERANÇA DOS ANTEPASSADOS

A ação conservadora é um processo demorado, lento, que opera às expensas de reflexões sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil; o Estado é visto como um fim, não como um meio. Talvez tenha sido Roger Scruton (2014), o filósofo que mais tenha se debruçado, na atualidade, sobre a natureza do papel do Estado na sociedade civil sob uma perspectiva burkeana. Para Scruton (2014, p.75):

Os conservadores acreditam que o poder do Estado é necessário para a autoridade deste e procurarão estabelecê-lo e reforçá-lo diante de toda influência que lhe fizer oposição. Todavia, seu desejo não é ver o poder desprotegido no foro da política, mas protegido pela constituição, sempre operando por meio de um sistema legal adequado, de modo que suas manobras nunca pareçam bárbaras ou opressoras, mas sempre contidas e inevitáveis, uma expressão de vitalidade civilizada por meio da qual a lealdade é incentivada. Portanto, a constituição e as leis que a sustentam sempre estarão no coração do pensamento conservador. Os conservadores depositam sua fé em sistemas conhecidos e testados e desejam impregná-los com toda a autoridade necessária para constituir um domínio público aceito e objetivo. É daí que surge seu respeito pela tradição e pelos costumes e não qualquer fim – como a realidade – em relação ao qual essas práticas são tomadas como meio.

No universo conservador, a constituição não funciona como um manual de regras, que pode ser lido por qualquer pessoa, por meio do qual conduzirá uma consciência de que pode ser lido por qualquer pessoa, por meio do qual conduzirá uma consciência de atitudes, mas expressa a vontade do Estado e da sociedade. Há poucas dúvidas de que esse seja um confronto entre as ideias conservadoras e ideias de esquerda. A esquerda, diria o conservador, representaria um Estado que concebe a sociedade como um meio para alcançar um objetivo.

²⁵ (Ibidem, 2016, p. 60)

Submeter a política a objetivos predeterminantes seria irracional, porque, como observa Scruton (2014, p. 59) no tocante a absurdidade do comunismo: “[...] ver a sociedade inteiramente como um meio para algum objetivo futuro, colocando-se, assim, em guerra contra o povo que pretendia governar.”.

A constituição é a autoimagem da sociedade civil, com suas necessidades e predileções. 4ºr. Em uma sociedade, ninguém cria nada, mas recebe de gerações anteriores.

Burke, em criticando a brusca adoção de medidas parlamentares durante a *Revolução*, as quais visavam à demolição do antigo Estado, fala da existência de princípios da natureza que guiam as instituições civis.

Fazemos respeitar as instituições civis segundo o princípio pelo qual a natureza nos ensina a reverenciar os indivíduos, isto é, de acordo com a idade deles e daqueles de quem descendem. Nenhum dos sofistas de seu país poderá inventar algo mais bem adaptado a preservar uma liberdade racional e viril do que o caminho que adotamos, procurando seguir a natureza ao invés de nossas especulações, nossos sentimentos ao invés de nossas invenções, e fazendo deles a salvaguarda e o depósito de nossos direitos e privilégios²⁶. (BURKE, 2016, p. 56)

A natureza ensina como deve um homem em sociedade viver. Assim como dia tem horas para o dia e horas para noite, e que as leis que regem uma sociedade precisam considerar a dinâmica da natureza. Não se inventam leis de uma noite para o dia, não se estabelece uma Constituição a partir de abstrações lógicas e /ou pulsações alucinadas. Burke (2016, p. 55-56) continua: “Assim, seguindo o método natural na condição do Estado, no que melhoramos nunca somos completamente novos, e no que conservamos nunca somos completamente obsoletos.” Por governo, Burke entendia como “um invenção da sabedoria humana para satisfazer às *necessidades* humanas²⁷”.

Assim, na medida em que uma nação se vê herdeira da ordem que a circunda, perceberá sua dimensão no tempo, desde o nascimento ao falecimento, como um gerador de significado de estabelecimento da sociedade civil. O mundo não nasce numa determinada geração, também não morrerá com ela. A separação entre o Estado e a sociedade, como veem os liberais, não pode ser concebida, na visão conservadora, exatamente em face ao cariz alimentador das “necessidades e privilégios” atribuídos ao Estado, o qual aprende com a natureza. Parte do “medo” da inovação dos conservadores seja explicado pelo impulso ou desejo de imediatividade do mundo moderno. Weaver (2012, p. 34), em lendo Burke, fala do distanciamento que a

²⁶ Sobre a questão dos Direitos e Privilégios, ver: Scruton (2015, p.103-104)

²⁷ Ibidem (2016, p.80)

Europa teve de sua herança medieval: “Há muito tempo a Europa começou a dilapidar sua notável herança das formas medievais, de modo que Burke, no final do século XVIII, tinha clara consciência de que a “imerecida graça da vida” estava desaparecendo”

O conservador, assim, reconhece a “imperfeição humana”²⁸. Sabe que a “complexidade dos fenômenos sociais não podem ser abarcadas, muito menos radicalmente transformada rumo à perfeição, por matéria tão precária.” (COUTINHO, 2014, p. 34). Burke, talvez por isso, via que o objetivo da política não era dar conta das indagações metafísicas, pois não é possível resolver problemas humanos (especialmente em sociedade) reduzindo-os a meros cálculos e postulados por que a razão em si tentaria resolver, como tentaram os políticos franceses no período da *Revolução* na busca de um Estado perfeito. Novamente, eis a crítica conservadora à ideologia (como mostrou Scruton²⁹).

Em síntese, o entendimento conservador acerca do Estado e sociedade civil, portanto, concebe um Estado que age por meio de uma Constituição (a qual acompanha a dinâmica da natureza). Logo, a constituição deve representar os desígnios do sentimento social e não a classe de políticos. A herança é um bem comum sucessivamente transferida de geração para geração. Burke (2015; 2016)³⁰, vai dizer que, por herança, deve-se entender o empreendimento das instituições (e.g leis, igreja, escola, família etc) que fazem operar a sociedade, sem as quais não possibilidade de uma ordem social estabelecida e equilibrada.

3.3 SOCIEDADE E TRADIÇÃO

A questão da tradição tem muito a ver com a questão da herança dos antepassados. Scruton parte de uma ideia de que a razão na qual a tradição se sustenta, no universo conservador, não é naquilo que acontecerá, mas sim no que já aconteceu. De acordo com Scruton (2014, p. 85) as tradições “surgem em clubes e sociedades, na vida local, na religião e nos costumes familiares, na educação e em toda instituição em que as pessoas são postas em contato com seus semelhantes.” Uma tradição não pode ser criada por uma pessoa sozinha. Uma tradição linguística, por exemplo, não é um construto de uma pessoa disposta a instaurar

²⁸ Ver Coutinho (2014) sobre a Imperfeição Humana.

³⁰ Nunca desviarmos inteira ou repentinamente daquilo que é antigo. Julgamos que essas antigas instituições eram, em seu conjunto, favoráveis à moralidade e à disciplina e achávamos que era possível corrigi-las sem destruí-las. Acreditamos que os métodos tradicionais eram capazes de receber e melhorar e, acima de tudo, preservar as aquisições da ciência e da literatura, conforme fosses sucessivamente produzidas pelos ditames da Providência. (Burke, 2015;2016).

uma língua numa comunidade a partir de um projeto, mas de um grupo de participantes que transmitem-na, pois já a receberam de outros, e a transferirá às gerações vindouras. Uma tradição, no entender conservador, transcende a ideia de uma simples “invenção, mas tem validade de “herança”. Não é, também, para Scruton (2014, p. 86), nem um “costume” ou “ritual”, mas um modo de “conhecimento social”:

Um tipo de conhecimento incorporado no direito consuetudinário, nos procedimentos parlamentares, nos hábitos e nas convenções sociais e também na moralidade. Tal conhecimento surge de uma “mão invisível” a partir das atividades ilimitadas da sociedade; dos problemas que foram enfrentados e resolvidos; dos acordos que foram perpetuados pelos costumes; das convicções que coordenam nossas paixões, que de outra forma seriam conflitantes, e do ininterrupto processo de negociação e acordo por meio do qual acalmamos os cães de guerra.

Essa “mão invisível” é o arranjo da ordem social. O “conhecimento social” não cresce como capim, nem é acumulado como dinheiro. Não pode ser armazenado como livros ou filmes numa prateleira; existe no seu exercício. A ideia de tradição que os conservadores promovem é o que restou de uma história que deu certo. A tradição deve incluir práticas que mostrem o porquê do indivíduo estar na sociedade. Talvez seja essa uma tarefa árdua para o conservador explicar, pois não existem cartilhas apriorísticas que definam a dinâmica da tradição de modo explícito. As pessoas simplesmente comungam com outros elementos sociais que lhes permitem se reconhecerem identitárias.

Qual é a orientação dos princípios da tradição para prática política? Qual é, afinal, a lição que o agente político pode retirar disso? Primeiro, o conservador vai dizer que as tradições exercem uma função educacional. Conforme Burke (2014, p. 141):

Mas um dos primeiros e mais importantes princípios sob o qual a nação e as leis são consagradas consiste na precaução que se deve ter para que aqueles que têm o usufruto temporário e são inquilinos vitalícios, indiferentes com o que tenham recebido de seus ancestrais ou com o que se deve transmitir à posteridade, não ajam como se fossem os mestres absolutos; não pensem que entre os seus direitos estejam o de interromper ou dilapidar a herança, destruindo, a seu bel-prazer, todo o edifício original de sua sociedade, arriscando deixar para os que vierem depois deles nada além de ruínas no lugar de uma habitação – e ensinando esses sucessores a ter suas obras um respeito tão grande quanto o que eles tiveram em relação às instituições de seus antepassados. Com essa facilidade de mudar o Estado tão frequentemente e de tantas maneiras quanto os caprichos ou os modismos passam, toda a corrente e a continuidade da nação se romperiam. Nenhuma geração poderia ligar-se à outra e os homens valeriam pouco mais do que moscas de verão.

A sociedade regida por parâmetros constitucionais conservadores está protegida da especulação; caminha na “familiaridade”, garante sua perpetuidade na história ao confirmá-la.

O político de temperamento conservador sabe disso, não é egoísta, porque não lapida as leis e a herança dos antepassados de sua nação. Se a sociedade da *Revolução* tivesse a consciência dessa lição, talvez ter-se-ia evitado “todas as fraudes, violências rapinas, incêndios, assassinatos, confiscos, circulação compulsória de papel-moeda e todas as classes de tirania e crueldade”. A tradição é a evidência do que já foi testado e o Estado é cômico disso. Livra os seres de uma sociedade de se tornarem um bando de “moscas de verão”.

Ao assumir essa responsabilidade de guardião da sociedade, a política conservadora estabelece um contrato com a sociedade que a protege. Não é um contrato no sentido moderno (contrato entre governos ou partidos), mas um contrato que surja das inexorabilidade das relações sociais, um contrato natural capaz de manter a ordem social entre os que estão vivos, os que já morreram e os que estão para nascer, como pensava Burke. . É difícil pensar em como os mortos podem ser incluídos, visto que já não mais existem entre os vivos, porém eles, os mortos, acreditava Burke, exercem ainda influência sobre os que estão vivo. “Desde o início dos tempos, foi o respeito pelos mortos que formou a base das instituições.” (SCRUTON, 2014, p. 111).

Além do papel educacional das tradições de uma sociedade, há um papel político de fato e epistemológico. As tradições oferecem a um estadista um panorama de assaz importância para sua condução de ações políticas numa comunidade, haja vista a inexistência de uma cartilha *a priori*. O estadista verá, assim, um caminho sinalizado à luz das tradições, ciente de que, ao longo de sua trajetória, não se sentirá estranho, pelo contrário, se sentirá seguro e mais amparado na sua tomada de decisões.

Aparece aqui um conceito interessante para o conservador, o preconceito, o qual não será bem detalhado aqui, mas é importante mencioná-lo porque está ligado à questão das tradições da sociedade. O preconceito, para o conservador, é um julgamento baseado em experiências passadas. Burke (2016, p. 106) trata a temática do preconceito como uma ativação da razão: “não permitindo, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso.” À medida em que o político de orientação conservadora age (por meio das leis) respeitando o passado (e suas tradições), munido de preconceito, ele fortalece os arranjos que lastreiam a comunidade, legando-os às gerações posteriores, que serão capazes de se reconhecerem como caudatários de uma longa história e assumirão a responsabilidade de continua-la.

3.4 RELIGIÃO COMO BEM SUPREMO

Tratar-se-á brevemente, neste item, o modo como o pensamento conservador trata a questão da religião. Edmund Burke defendia a união do Estado com a religião. Uma religião bem estabelecida, bem como uma aristocracia bem assentada. A religião era vista por Burke (2016, p. 109) como a coisa mais importante, “a base da sociedade e a fonte de todos os bens e de todo consolo.” Critica o ateísmo quando diz que esse pensamento é contrário a razão e o instinto do homem, que é um “animal religioso.”

Quando se fala de religião, em Burke, deve-se ficar claro que se trata do Cristianismo. No seu ataque à Revolução Francesa, Burke compreendia que o estabelecimento eclesiástico era motivo de orgulho e consolo. Apenas uma “superstição grosseira, perniciosa e degradante poderia tomar seu lugar”, diz o pensador irlandês. Burke identificava a religião como uma dimensão do preconceito (noção trabalhada anteriormente) eivado de razão. Dizia que o sistema religioso:

Continua a agir de acordo com o sentimento primitivo e uniformemente reiterado pela humanidade. Esse sentimento, como um sábio arquiteto, não só construiu a augusta estrutura dos Estados, mas também, como um proprietário previdente, preservou a estrutura da profanação e da ruína: como um templo sagrado, expurgado de todas as impurezas da fraude, da violência e da tirania, consagrou solene e eternamente a república e todos os que nela ocupam um cargo. Essa consagração foi feita para que todos os que administram no governo dos homens, representando a pessoa do próprio Deus, tenham noções dignas e elevadas de sua função e destino; para que sua esperança esteja repleta de imortalidade; para que não tenham em vista o proveito mesquinho do momento, nem o transitório louvor do vulgo, mas uma existência sólida e permanente da parte perene de sua natureza, assim como a fama e a glória eternas, no exemplo que eles deixarão como um rico legado ao mundo. (BURKE, 2016, p. 111,)

Pensar a religião na perspectiva burkeana é, de algum modo, apresentar os princípios do Cristianismo inculcados nas pessoas em que se encontram em “condições elevadas”, que, por sua vez, devem promover as ideias cristãs nas esferas morais, civis e políticas. Em outras palavras, para Burke, a ideia de um Estado laico, como ocorrem nas democracias, cai por terra, cedendo o lugar a essa união biunívoca entre Estado e clero. A Inglaterra, para Burke, era um exemplo perfeito em matéria de modelo de governo, pois,

Os ingleses não consideram a sua instituição religiosa como algo conveniente, mas sim como algo essencial a seu Estado; não como algo heterogêneo e separável, que foi agregado ao Estado por mera comodidade e que se possa conservar ou eliminar de acordo com suas ideias temporárias de conveniência, mas como fundamento da Constituição do país, com a qual e com cada parte da qual eles mantêm uma indissolúvel união. (BURKE, 2016, p. 117).

Essa “indissolúvel união” é celebração inexorável entre Estado e igreja. Não há como mencionar uma sem a outra. A referência ao povo inglês como um grande exemplo de civilização será uma constante na obra de Burke. A religião será vista, na esteira do conservadorismo burkeano, como um sinônimo de sabedoria, pois, as pessoas religiosas veem o mundo de uma forma diferente, Elas têm fé, crença no transcendental, medo do lhes aguarda após a morte e esperança. O mundo delas, como lembra Scruton (2006, p. 164), é dividido pelos seguintes conceitos: “o divino, o proibido, o sagrado, o profano e o sacramental.” O pensamento conservador lutará pelo estabelecimento da religião associada ao Estado, não independente dele, como no Estado laico na Democracia.

4 MÉTODOLOGIA

4.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O estudo em questão trata-se uma pesquisa qualitativa, analítica e transversal. Os textos que compõem o corpus da pesquisa foram extraídos do Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. O documento conta com a transcrição dos discursos dos líderes de partidos que encaminharam o voto aos Deputados pela continuidade ou não do processo de impeachment da Presidenta Dilma Vana Roussef.

Esse estudo fará a análise temática dos discursos dos líderes que votam a favor do *impeachment* de Dilma Roussef. Ao observar os discursos dos partidos que votaram pelo “sim” ao *impeachment* da Presidente, buscou-se analisar os discursos a partir dos seguintes temas: (1) Deus é o Senhor do Nosso Povo; (2) Exortação à União do Povo Brasileiro; (3) Ajudar o Brasil a Sair da Crise; (4) Em Defesa da Democracia e da República Brasileira; (5) O Governo de uma Presidente Mentirosa e Desastrosa; (6) Nas Mãos do Senado; (7) A Perda da Credibilidade e da Autoridade da Presidente; (8) O Brasil da Roubalheira; (9) Homenagem à Justiça Brasileira; (10) Ao Lado do Povo Brasileiro; (11) A Solução para a Crise Política, a Crise Econômica e a Recessão; (12) Reconstrução Moral; (13) “Os Vagabundos do PT”; (14) Respeito à Democracia, Às Leis e Às Divergências de Opiniões; (15) Esperança em Michel Temer e amor à pátria; (16) A Revelação do Governo no Poder e No Medo; (17) Não é Golpe a Legitimidade de Um Vice-Presidente; (18) O reconhecimento das Boas Ações Durante a Gestão do PT; (19) O Projeto Ideológico do PT; (20) O Protagonismo do Povo Brasileiro.

O critério de recorte dos temas fora a incidência em que se identificavam nos discursos. Observou-se que maioria dos parlamentares justificou a decisão de encaminhar o voto “Sim” a partir de aspectos temáticos em comum.

Os líderes que votaram pela continuidade do processo de impeachment foram : Eduardo Picciani (PMDB/RJ); Antônio Imbassahy (PSDB/BA); Aguinaldo Ribeiro (PP/PB); Rogério Rosso (PSD/DF); Fernando Coelho Filho (PSB/PE); Pauderney Avelino (DEM/AM); Márcio Marinho (PRB/BA); Wilson Filho (PTB/PB); Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP); Weverton Rocha (PDT/MA); Genecias Noronha (SD/SE); Paulo Pereira da Silva (SD/SP); Renata Abreu (PTN/SP); André Moura (PSC-SE); Rubens Bueno (PPS/PR); Evandro Gussi (PV/SP); Ronaldo Fonseca (PROS/DF); Alfredo Kaefer (PSL/ PR); Weliton Prado (PMB /MG); Miguel Haddad (PSDB/SP).

Os discursos constituintes do *corpus* limitam a análise de modo que os discursos temas analisados favorecessem a identificação da imagem que cada político faz de si. Essa limitação do *corpus* também permitiu a pesquisa responder a pergunta central do estudo: existe um *ethos* discursivo conservador nas orientações dos líderes parlamentares que votaram pela abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff?

Todo o material descrito acima aparece no capítulo 4, análise de dados.

4.2 ESTRATÉGIAS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Em buscando estabelecer estratégias de análises capazes de identificar a presença de um *ethos* conservador nos discursos dos parlamentares, é preciso compreender os procedimentos interpretativos do *ethos* discursivo.

Maineuneau (2014) estabelece três estratégias na gestão de relação entre o *ethos dito* e o *ethos mostrado*. A primeira é o apagamento do *ethos mostrado*; a segunda consiste em realizar uma convergência entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado; a terceira é apagar o *ethos dito*, em função do *ethos mostrado*. Essa última estratégia é a menos comum, no entanto.

O *apagamento do ethos mostrado* consiste em romper com a relação entre o *ethos dito* e o *ethos* mostrado. Nos textos em que há o *apagamento do ethos* mostrado, o locutor fornece informações sobre si (sobre o físico e amoral do anunciante, por exemplo), mas não deixam destinatários perceberem muito claramente as características da enunciação. Para Maineuneau (2014, p. 19):

Esta estratégia enunciativa é particularmente visível na enunciação histórica tal como a descreveu Benveniste ou nos textos teóricos, nos quais os acontecimentos ou argumentos são apresentados independentes de qualquer intervenção do sujeito falante.

A estratégia de *convergência entre o ethos dito e o ethos mostrado* é produzida por meio suporte mútuo entre eles. Deste modo, o *ethos mostrado* aparece como “sintomático da personalidade” do locutor, fazendo com que o interlocutor pense que o locutor é o que diz ser.

Finalmente, a estratégia de *desaparecimento do ethos dito* se faz quando o locutor se sustenta exclusivamente no *ethos mostrado*. O *ethos* mostrado o que o locutor mostra em seu modo de ser. No entanto, Maineuneau (2014, p. 21) alerta para os riscos de um *ethos* essencialmente *mostrado*: “o anúncio pode se endereçar apenas a um número muito restrito de leitores, dispostos a assumir o custo cognitivo elevado da interpretação em um espaço onde a recorrência é forte.”

As estratégias interpretativas do *corpora* dessa pesquisa levantam a possibilidade de uma identificação do *ethos* mais evidente. Trata-se de um texto político, e para Maingueneau, textos dessa natureza permitem que o pesquisador se apoie em pontos de referência que simetizam de algum modo a relação entre o locutor e seu intérprete. “ Assim, “*o ethos participa de uma estratégia coerente, destinada a resolver um problema facilmente identificável .*” (MAINGUENEAU, 2014, p. 16)

Em considerando que a relação entre o *ethos dito* e o *ethos mostrado* ocorre de modo estratégico, a análise dos discursos dos parlamentares buscará identificar como essas estratégias são aplicadas, ainda que o problema de identificação do *ethos* seja algo muito variável, conforme Maingueneau (2014).

A identificação da utilização das *estratégias interpretativas* nos discursos dos parlamentares autoriza esse estudo a compreender como é possível a construção um *ethos* conservador por meio da palavra.

É necessário estabelecer algumas características analíticas que fazem referências ao pensamento conservador moderno, calcados em Burke (2016). Essas categorias possibilitam a análise de um pensar político conservador nos discursos estudados:

- 1º Respeito à lei;
- 2º Liberdade;
- 3º Exército disciplinado;
- 4º Honra;
- 5º Constituição livre;
- 6º Tradição;
- 7º Comércio próspero;
- 8º Lealdade;
- 9º Aversão à revolução;
- 10º Direito à Justiça;
- 11º Forma fixa de Constituição baseada nas experiências;
- 12º Clero e nobreza;
- 13º Cultivo aos sentimentos inatos;
- 14º O preconceito como virtude;
- 15º Respeito às instituições civis e religiosas.

5 ANÁLISE DE DADOS

5.1 TEMA 01: DEUS É O SENHOR DO NOSSO POVO

No recorte do discurso dos parlamentares foram encontrados os seguintes subtemas:

1º Bem aventurada é a nação cujo o Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança [...] Deus nos abençoe, ilumine e que mantenhamos a mais firme esperança de que possamos construir um país melhor (Aguinaldo Ribeiro / PP)

2º Que Deus possa nos iluminar. Não é hora de ter medo; é hora de ter coragem. É por isso que nós dizemos “sim” ao impeachment e “sim” ao Brasil. (Fernando Coelho Filho / PSB)

3º Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras, Senhor Presidente, é de agradecimento a Deus e ao Senhor do Bonfim, por permitir estar aqui nesse momento histórico que atravessa o Brasil. Gostaria de agradecer a Executiva Nacional e a toda bancada do PSC, que se manteve firme na luta e que vota 100% de unânime de unida sim pelo impeachment; agradecer a minha família, a sergipanas e sergipanos e à nação brasileira. [...] (André Moura / PSC)

Destaca-se, aqui, um *ethos* discursivo religioso que se apresenta vinculado a uma tradição cristã (PP e PSC) provavelmente evangélica. Nesse sentido, valoriza-se o clero, principalmente em se tratando de partidos ligados à bancada evangélica, bancada que conta com um expressivo número de parlamentares no parlamento (aproximadamente 193 deputados). A bancada evangélica conseguiu “avanços” em propostas, por exemplo, a retirada da palavra “gênero” do Plano Nacional de Educação, além de realizarem diversas audiências para barrar qualquer direito da comunidade LGBT e das mulheres.

Portanto, o *ethos* dos anunciantes se constrói unicamente no *ethos mostrado*. A maneira de como enunciam é revelada por esse *ethos* discursivo religioso

Por outro prisma, é possível identificar uma convergência entre o *ethos dito* e o *ethos mostrado* no discurso do parlamentar do PSC, em particular. O auditório já tem uma imagem prévia (*ethos* pré-discursivo) do parlamentar do PSC e essa imagem é confirmada no *ethos* discursivo. A síntese dos discursos é o reconhecimento de uma nação ser abençoada se tem Deus como senhor e que este Senhor ilumina e dá a esperança da construção de um país melhor. Ressalta-se a esperança de um futuro melhor, além de agradecimentos a Deus, e em um caso particular, do Nosso Senhor Bonfim, Padroeiro do estado da Bahia.

Igualmente, estão presentes mais o respeito às instituições civis e religiosas, considerando que o *impeachment* fora um reestabelecimento da normalidade e dos valores religiosos.

Estão presentes nos discursos dos parlamentares um aspecto do pensamento conservador, a crença no divino e no sagrado (no Deus cristão) como fonte de sabedoria.

5.2 TEMA 02: EXORTAÇÃO À UNIÃO DO BRASIL

1º Precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o atual momento. É preciso tolerância e respeito às opiniões diferentes para a consolidação da verdadeira democracia. E é por isso que faço um apelo antes de qualquer outra coisa. Um apelo a todos... que ao final desse doloroso processo pelo qual não merecíamos passar. Qualquer que seja o resultado, possamos ter o compromisso com a nação de estarmos unidos em um só objetivo: o fortalecimento do Brasil (Aguinaldo Ribeiro / PP)

2º A nossa bancada irá encaminhar o voto “sim”, mas nós sabemos que, aconteça o que acontecer no dia de hoje, amanhã teremos um novo dia e uma nova etapa da vida nacional, em que cada um aqui, cada partido político, cada movimento, cada cidadão precisa ter a responsabilidade com o país. Não é possível que as disputas políticas, que as ambições continuem a levar o Brasil até onde trouxe o país até o momento. Eu faço aqui esse registro. E este apelo para que amanhã sentemos todos à mesa e passamos a discutir o futuro imediato da República Federativa do Brasil e de como as pessoas estão vivendo. É verdade que as pessoas não estão vivendo bem; reivindicam e tem todo o direito de reivindicar, mas é verdade também que temos que fazer a nossa parte: criar o ambiente político necessário; um ambiente político propício para que os avanços possam ocorrer. (Eduardo Picciani / PMDB)

3º É com a superação de cada um de nós — do PT ao PSDB, do Democratas ao PSD, do PSB a todos os partidos —, é com a superação de cada um de nós que vamos encontrar os rumos que a sociedade brasileira merece. (Rogério Rosso / PSD)

No texto, novamente, identifica-se a estratégia de apagamento do *ethos dito*; não menção ao pensamento dos partidos na justificativa da argumentação. Os líderes partidários apontam a necessidade de reflexão e de tolerâncias com as opiniões divergentes para se consolidar a “verdadeira” democracia. Trata-se de um “doloroso” processo para que se possa estar unidos em um único objetivo: o fortalecimento do Brasil. Acredita-se que haverá uma nova etapa de vida no Brasil no qual não haverá disputas e nem ambições. É feito para que todos se sentem à mesa e possam discutir o futuro imediato da República Federativa do Brasil.

Nem todos vivem bem e têm o direito de reivindicar e a classe política precisa criar uma atmosfera favorável para que os avanços se consolidem. Trata-se da superação de todos os partidos para se encontrar os rumos que a sociedade brasileira tem merecimento.

Nesse sentido, o *ethos dito* é apagado em vista da valorização do *ethos mostrado*. Os interlocutores não tiveram acesso à informação específica do que os partidos dizem sobre si. O PSD é um partido que apoia o movimento democrático, o PP é mais inclinado para direita e o PMDB é mais ou menos centro. Os locutores, assim, não mostram a maneira de ser o partido.

Existe uma conclamação da classe política para que o povo brasileiro reflita acerca de um novo horizonte e de novos rumos, na tentativa de ser encontrado um melhor caminho para a consolidação da democracia.

Nesse aspecto, não se fala de direita e nem de esquerda, sendo necessário se despir dessa consciência partidária. Portanto, nesse recorte, o *ethos* discursivo conciliador não se coaduna com as características do *ethos* conservador.

5.3 TEMA 03: AJUDAR O BRASIL A SAIR DA CRISE

1º Não estamos vivendo um dia da política, mas um dia da história. Temos todos a consciência de nossa responsabilidade perante a nação. Temos todos a obrigação de ajudar o Brasil a sair desta encruzilhada. Iremos dar uma resposta ao Brasil. Não iremos decepcionar o povo brasileiro [...] O problema agora é ainda maior porque o Brasil precisa seguir em frente. O governo tem tido grande dificuldade na condução da nação. A partir de agora, o Brasil precisa se unir nessa hora grave. Precisa voltar a ter esperança; voltar a construir o futuro. É por isso que, por determinação da Executiva Nacional do nosso partido, por sua maioria absoluta, e fechando questão, encaminho a bancada progressista a votar sim à admissibilidade do processo (Aguinaldo Ribeiro / PP)

Não se apresenta no discurso do PP temas relacionados aos valores reais do partido, mas sim uma visão do senso comum de quem não se encontra satisfeito com a atual gestão política do PT. Há o reconhecimento de ser um dia histórico, havendo responsabilidade de todos perante a nação diante de uma crise do país. Existem termos genéricos e abstratos, sem estratégias definidas no sentido de construção do futuro. Em cima da necessidade de se voltar a ter esperança, o partido orienta a bancada a votar pela admissibilidade do Impeachment.

Mais uma vez não é percebido um *ethos* discursivo conservador, na perspectiva de Burke, porém um *ethos* discursivo convocador para uma mudança de governo no Brasil. Esse *ethos* é concebido a partir de uma estratégia de apagamento do *ethos dito*.

5.4 TEMA 04: EM DEFESA DE DEMOCRACIA E DA REPÚBLICA BRASILEIRA

1º Hoje, aqui, nós devemos fazer essa sessão com clima de paz, de respeito, de democracia, porque é este o exemplo que devemos dar à sociedade que nos assiste. O que estamos fazendo hoje aqui não é uma brincadeira, não é uma disputa, um jogo de futebol. Muito pelo contrário, é uma das mais graves sanções previstas pela Constituição Federal...previstas no nosso ornamento jurídico. Não nos cabe aqui nenhuma outra posição senão a posição de defesa dos princípios republicanos e da democracia brasileira [...] Ontem, e, ao longo da semana, a bancada do PMDB se reuniu, ainda no meio da semana, para tomar uma decisão. PMDB que sempre esteve ao lado da democracia, que junto com outros, mas com muitos do PMDB, lutou para que as liberdades, direito ao voto, as garantias individuais fossem reestabelecidas no país. Este compromisso do PMDB com o povo brasileiro, ele é inabalável e não há nenhum momento da história brasileira, nem circunstância que levará nosso partido a agir de forma diferente que não seja na defesa da democracia e nos ideais de liberdade da República Federativa do Brasil. A bancada do PMDB, exercendo a sua liberdade, exercendo o seu direito de decisão consciente, optou pelo voto favorável ao processo de impedimento. A bancada do PMDB tomou essa decisão por entender que as circunstâncias políticas que o País vive, hoje, as circunstâncias que levaram ao início do processo de impedimento da Presidente da República estariam inteiramente preenchidas. (Eduardo Picciani / PMDB)

2º Vamos encarar o futuro na perspectiva de reconstruir o Brasil não só no plano da economia, que Dilma esfacelou, mas principalmente no plano da época, no plano da ética, para legar às gerações futuras o comprometimento com o pleno funcionamento das instituições, único caminho para fortalecer a democracia. (Rubens Bueno / PPS)

Aqui, o *ethos dito* é convergente com o *ethos mostrado*. O locutor fala de si (do ideário do PMDB) que é comprovado pelo seu modo de enunciar (*ethos mostrado*). O leitor pode pensar que o parlamentar fala como realmente pensa o partido. Há a presença de um *ethos* discursivo justificador. É possível afirmar, considerando as categorias do pensamento conservador moderno, que há um *ethos* discursivo conservador à medida em que se mostra um político em defesa da liberdade e em defesa do respeito às instituições civis.

Por sua vez, o PPS junto ao projeto de reconstrução do País, acusa Dilma Rousseff de esfacelamento da economia, da ética e de outras instituições, sendo o *Impeachment* o caminho mais correto para se estancar esse quadro de decomposição social. A estratégia trabalhada aqui foi a do apagamento do *ethos dito*. O *ethos* apenas mostra sua maneira de enunciar. Existe um

ethos discursivo responsabilizador. Não é possível identificar a imagem de um político conservador aqui.

5.5 TEMA 05: O GOVERNO DE UMA PRESIDENTE MENTIROSA E DESASTROSA

1ª história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do mensalão? O Brasil do petrolão? O Brasil dos “pixulecos”? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado?

O Brasil governado por uma Presidente que se elegeu com uma campanha financiada com propina do petrolão, que disse que faria o diabo nas eleições e o fez?

O Brasil governado por uma Presidente que mentiu ao País, que prometeu que reduziria as contas de luz, que não haveria tarifaço, que não mexeria nos direitos dos trabalhadores e que, eleita, traiu os brasileiros?

O Brasil governado por uma Presidente que permitiu que o maior escândalo de corrupção do planeta se desenvolvesse debaixo do seu nariz e nada fez, mesmo tendo todas as informações?

O Brasil governado por uma Presidente que não respeita as instituições, a imprensa livre e que trama para obstruir as investigações da Lava-Jato e proteger o ex-Presidente Lula?

O Brasil do desemprego, da recessão, da inflação e da roubalheira? O Brasil cuja Presidente e seu partido, mesmo depois de todo o mal que causaram ao País, ainda tentam dividir os brasileiros, incitá-los ao conflito, fazendo ameaças, quando o momento clama por paz e união?

Não, definitivamente, não! Não é este Brasil que os milhões de brasileiros mobilizados em todos os cantos deste País querem que escolhamos. (Antônio Imbassahy / PSDB-BA)

2º Golpe é o que a Presidente Dilma tem praticado. Traiu a população brasileira, no maior estelionato político já praticado neste País, quando enganou a todos nós, vendendo um País fortalecido, o que não passava de uma peça publicitária totalmente mentirosa.

O custo foi alto. Mal saiu o resultado das eleições, e vieram o Tarifaço, o aumento de energia elétrica, o aumento dos combustíveis, a crise política, a crise econômica, a crise ética e a crise moral, sem falar na falência do setor da saúde pública, em razão da qual muitos pais de família, com seus filhos nos braços, vivem a agonizar nas filas dos hospitais.

Veio ainda a crise ética, Sr. Presidente.

Eu queria proferir o discurso que preparei, mas, como me comprometi com o Presidente do meu partido a ceder parte do meu tempo para ele falar, queria saudar a minha bancada, a bancada do Solidariedade, e agradecer-lhe por unanimemente votar a favor do *impeachment*.

Para livrarmos o País da “República da Jararaca”, pelos crimes cometidos pelo Governo e por um amanhã melhor para todos os brasileiros, o Solidariedade vota “sim”, pelo *impeachment*.

Tchau, querida! (Paulo Pereira da Silva / SD)

3° A Sra Presidente Dilma não honrou a Constituição brasileira e cometeu crime, não zelou pelas contas da República, pelas contas públicas. Gastou desordenadamente e sem autorização do Congresso Nacional.

Isso é um fato absolutamente verídico, mas algo que provocou uma consequência muito mais grave do que isso foi a realidade do Brasil. Com a ganância desenfreada e com a desadministração do Governo Federal, criou-se o verdadeiro caos econômico neste País. Fábricas fecharam, o comércio trocou as placas de “promoção” por placas de “aluga-se” ou “vende-se”. Cerca de 10 milhões de brasileiros perderam os seus empregos, perderam a esperança, perderam o alento. (Alfredo Kaefer / PSL)

Os textos dos três parlamentares apontam para uma estratégia de apagamento do *ethos dito*. Eles enunciam um modo de enunciar que mostram ao leitor o quão nocivo foi o governo do PT. Os enunciadores, enquanto representativos partidários, não falam de si.

Na passagem primeira, o PSDB valoriza a desqualificação do governo Dilma ao dizer que o governo da petista foi marcado por corrupção e roubaria. O Brasil, na era PT, avançou o PSDB, criou o Mensalão e o Petrolão, além de ter sido um partido cuja Presidenta fora eleita com dinheiro de propina. A nação brasileira foi vítima da pior crise política e ética sob o comando do PT. Argumenta, ainda, que sob a égide do governo Dilma houve: desemprego, recessão e inflação e o maior escândalo de corrupção do planeta. Esse não é o governo que o povo brasileiro certamente quer.

Na mesma linha, o SD e o PSL apresentam governo de Dilma relacionando-o a falta de moral e de ética. Um governo que praticou o maior crime de estelionato no país e enganou todos os brasileiros que acreditavam que as tarifas continuariam baixas. O PT de Dilma gerou ineficiência geral do estado e, por isso, precisa sair do governo. O SD argumenta que a Presidenta deu um golpe no povo traindo a sua confiança. É o momento, coloca o líder parlamentar, de o povo ter a oportunidade de viver dias melhores e dar “adeus” a era da “República da Jararaca” votando pelo “sim”. A frase final do parlamentar foi: “*tchau, querida*”,

em referência à ligação telefônica grampeada e nacionalmente divulgada, pela Polícia Federal entre Lula e Dilma, em que o ex-presidente se despedia de Dilma de modo íntimo.

Os discursos apresentados apontam para os respectivos *ethos*: desqualificador e responsabilizador, a medida em que buscam, os parlamentares, a todo tempo, apenas criticar o governo Dilma. Os parlamentares procuram combater os adversários minimizando seus feitos e valores. Vê-se que há uma tentativa de persuasão através do discurso associada à razão e paixão. O Brasil precisa sair desse mar de corrupção para melhorar; o povo brasileiro não merece isso, e a resposta será dada aos causadores dessa desordem quando disserem “Sim”.

Finalmente, é possível identificar a existência de um *ethos* discursivo de ironia, que acentua o caráter negativo do governo Dilma, já denunciados pelo *ethos* desqualificador e acusador. Ao dizer “Tchau, querida”, o parlamentar do SD faz menção a frase dita pelo ex-presidente ressignificando-a de modo que a presidenta seja posta contrária e jocosamente a uma frase dita pelo seu aliado mais forte, Lula.

Não há, aqui, a apresentação de um *ethos* genuinamente conservador. Há, no entanto, um aspecto mencionado no discurso que faz parte do pensamento conservador: a ideia de respeitar as instituições, no sentido burkeano de ser a constituição “a autoimagem da sociedade civil, com suas necessidades e predileções.”

5.6 TEMA 06: NAS MÃOS DO SENADO

1º Portanto, devemos, sim, admitir a denúncia; devemos, sim, admitir a denúncia e encaminhá-la ao Senado Federal, para que a Sra. Presidente da República, à qual tenho respeito, possa se defender no devido processo legal. Se houve crime ou não, deixemos que o Senado Federal assim o julgue. Confiamos no julgamento do Senado Federal.

Entretanto, seja qual for o resultado, amanhã o Brasil acordará diferente, Deputado Heuler Cruvinel. O Brasil acordará diferente. Estarão colocados ainda mais desafios a partir de amanhã.

Estamos atravessando, Deputado Marcos Montes, uma tempestade perfeita: crise econômica, crise política, crise ética, crise no trato da coisa pública. É com a superação de cada um de nós — do PT ao PSDB, do Democratas ao PSD, do PSB a todos os partidos —, é com a superação de cada um de nós que vamos encontrar os rumos que a sociedade brasileira merece.

Por isso, o PSD, a bancada de Deputados Federais do PSD votará “sim” ao relatório do Deputado Jovair Arantes. (Rogério Rosso / PSD)

2º Estamos votando hoje a admissibilidade do processo. Quem vai definir, quem vai julgar, quem vai analisar se houve indícios de crime de responsabilidade ou não é o Senado Federal. O Senado Federal é que vai decidir se houve crime - se houve crime de responsabilidade da Presidente Dilma, porque o que ela fez na economia foi muito sério. (Eduardo Picciani /PMB)

Novamente, os recortes contém a estratégia de apagamento do *ethos dito*. Os leitores recebem informações sobre um modo de chamar a atenção das pessoas para o que está a ocorrer. É desse modo como se enunciam.

No fragmento acima, há um discurso que revela um sentimento do parlamentar de respeito à Presidente Dilma, mas o que deve ser analisado é a conduta profissional da Presidenta. O parlamentar diz que, independentemente do que será o resultado da votação, Brasil não será mais o mesmo, amanhecerá diferente.

O líder do PSD também fala da crise que assola a nação brasileira. Crise econômica, crise política, crise ética, crise na esfera pública, mas que será debelada a partir da união dos partidos rumo ao que o Brasil merece.

O parlamentar do PMB deposita a confiança no Senado, porque o que Dilma fez foi muito sério”.

O discurso do líder do PSD indica, bem como o do líder do PMB, em certa medida, um *ethos* conservador quando seu autor diz que quem julgará a Presidenta Dilma será o Senado, pois o voto deles é “sim”. Agora, é de incumbência do Senado dizer se houve ou não crime na gestão do PT. Essa entrega de confiança ao Senado diz respeito à questão do respeito às instituições e às leis, pois serão nessas instâncias que decidir-se-á o futuro da nação.

Pode-se afirmar que há também a construção de um *ethos* discursivo convocador para uma mudança na sociedade e um *ethos* conciliador, na medida em que o parlamentar do PSD argumenta que a união dos partidos possibilitará a superação da crise econômica.

5.7 TEMA 07: A PERDA DA CREDIBILIDADE E DA AUTORIDADE DA PRESIDENTE

1º O Brasil está mergulhado em graves crises: crise política, crise ética, crise social. Por isso, eu devo dizer a vocês, com a responsabilidade e com a seriedade que exige o momento: tenho muito respeito à figura da Sra. Presidenta da República, mas ela perdeu a autoridade e a credibilidade para liderar uma agenda mínima que possa tirar o País dessa situação.

Não alimento ilusões. Vivemos tempos de muitas dificuldades e muitas turbulências.

Que a decisão desta Casa, nesta tarde histórica de domingo, signifique, aos milhões de brasileiros que estão nas praças públicas assistindo à sessão, uma decisão para resgatar a autoestima, uma decisão para resgatar a confiança, mas, acima de tudo, uma decisão para reanimar a esperança do povo brasileiro de um País melhor.

O País vem passando por sérios problemas econômicos. O Governo não conseguiu dar uma resposta e promover mudanças. O que vemos é queda de renda, desemprego e inflação. A Presidente não tem condições de reverter o quadro, e precisamos de mudanças urgentes. (Wilson Filho / PTB)

2º Chegou a hora de virar a página, depois de aprender mais uma lição da história. A Presidente Dilma está caindo, na verdade, pelo conjunto da sua obra porque perdeu autoridade moral que o cargo de Chefe de Estado exige. Ela praticou estelionato eleitoral para se reeleger. As campanhas do PT foram irrigadas com dinheiro sujo de contratos superfaturados da Petrobras e de tantas obras de muitas empresas estatais. Praticou fraudes fiscais e afrontou a Constituição Federal; acobertou o tráfico de influência; omitiu-se diante da rede de corrupção e tentou obstruir a justiça e libertar réus presos na operação Lava-Jato. Enfim, faltou com decoro e perdeu a legitimidade. (Rubens Bueno / PPS)

Os textos dos três parlamentares identificam uma estratégia de apagamento do *ethos dito*, encontram-se, nos discursos analisados a presença de um *ethos* responsabilizador, denunciador e desqualificador. Sem credibilidade e autoridade, o governo de Dilma fora irresponsável, corrupto e incapaz de reestabelecer a ordem do país, que, na imagem construída pelos parlamentares. Encontrava-se em uma situação cada vez mais abissal de desgraça social. A ideia sobre o que pensa cada partido no seu imaginário inexistente.

Não há, portanto, a construção de imagem de um político conservador nos discursos analisados.

5.8 TEMA 08: O BRASIL DA ROUBALHEIRA

1º A história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do mensalão? O Brasil do Petrolão? O Brasil dos “pixulecos”? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado?

O Brasil do desemprego, da recessão, da inflação e da roubalheira? O Brasil cuja Presidente e seu partido, mesmo depois de todo o mal que causaram ao País, ainda tentam

dividir os brasileiros, incitá-los ao conflito, fazendo ameaças, quando o momento clama por paz e união? (Antônio Imbassahy / PSDB)

2º Estamos vivendo um dos momentos das mais difíceis crises econômicas da nossa história. Estamos vivenciando o maior escândalo da história da república brasileira. Do ponto de vista jurídico, as bases são legais par ao *impeachment*.

A corrupção está associada à marca do PT e hoje faz parte indissociável do seu DNA. É a hora de Retirar essa organização criminosa do poder e trabalhar para que todos seus integrantes sejam punidos. Que nunca mais isso se repita! (Rubens Bueno / PPS)

3º A corrupção se instalou neste País. Nós não estamos aqui discutindo a corrupção, mas ela é consequência desse Governo que não soube honrar a qualificação que os brasileiros lhe deram. (PSL)

A repetição da construção de uma imagem de políticos vinculados ao pensamento político conservador se faz inexistente, novamente. Não há, mais uma vez, um *ethos* discursivo conservador que se identifique com as categorias de análise.

Observa-se, contudo, a repetição de uma imagem de um político que está preocupado em encontrar modos persuasivos de denunciar, acusar e desqualificar seu adversário. Mostrar ao povo brasileiro que não somente a Presidenta Dilma não merece estar onde está, como todos os que fazem esse partido corrupto, que é o PT. Desse modo, classifica-se, nos discursos analisados, três modos de *ethos* discursivo: *ethos* denunciador, desqualificador e acusador

Os textos dos parlamentares apontam para uma estratégia de apagamento do *ethos dito* em função do *ethos mostrado*.

5.9 TEMA 09: HOMENAGEM À JUSTIÇA BRASILEIRA

1º Quero homenagear a Justiça brasileira, homenageando a Justiça de primeira instância, na pessoa do Juiz Sérgio Moro; o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de todos os Ministros; o Ministério Público Federal; a Polícia Federal; e, senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União.

Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do Estado de S.Paulo:

Dilma deverá ser afastada da Presidência da República, porque sua gerência arrogante e inepta resultou na inflação que corrói os rendimentos da população de baixa renda e na recessão que rouba os empregos, igualmente, de chefes de família e de jovens. A

perversa combinação de inflação e recessão resultou na absoluta falta de confiança no governo central por parte dos agentes econômicos, sem cujo concurso é simplesmente impossível promover o crescimento econômico e a criação de riquezas que beneficiem o conjunto da sociedade. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 55)

[...]Mas quero também fazer uma homenagem a esta Casa, porque, falem o que falarem — e muitas vezes falam mal da Câmara dos Deputados —, é aqui que os brasileiros, muitas vezes em crise ou desesperados, encontram guarida, porque aqui é a Casa do Povo brasileiro.

Quero fazer uma homenagem ao meu partido, o Democratas. Obrigado a cada um dos nossos Deputados! Obrigado aos nossos Senadores, que estiveram conosco em todos os momentos, desde o primeiro dia! Quero, por fim, dizer que vamos votar, vamos encaminhar “sim” ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A bancada do Democratas dirá “sim”, por um Brasil melhor, por um novo momento, pelos jovens, pelos filhos do Brasil!

Viva o Brasil! Vamos em frente! Que vença o Brasil! (Palmas.) (Pauderney Avelino / DEM)

Aponta-se para a construção, a partir do fragmento discutido, de um *ethos* discursivo de homenagem. A justiça brasileira representada, representado pelo Supremo Tribunal Federal, os ministros, Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, é reverenciada pelo parlamentar do DEM. Destaca, o parlamentar, a figura do Juiz Sérgio Moro, magistrado conhecido por ter mandado, em menos de dois anos, 114 condenados em segunda instância para prisão. As instituições, e o Juiz Sérgio Moro, em especial, representam os personagens de um modelo eficiente de justiça.

A imprensa brasileira tradicional e as novas mídias são reverenciados. Uma matéria do Estado de S.Paulo é citada pelo parlamentar como um forte suporte crítico ao governo Dilma. A “arrogância” e a “inépcia” são característica do governo do PT apontadas pelo jornal.

Deixa claro também que a Câmara dos Deputados é o lugar do povo brasileiro, onde, ao dizer isso, é aplaudido por representantes do DEM. Há, finalmente, uma homenagem aos deputados do DEM. Espera-se que, com o “Sim”, o Brasil viverá dias melhores para os jovens.

Não há a identificação da presença de um *ethos* discursivo conservador na passagem acima.

Igualmente, os textos dos parlamentares apontam para uma estratégia de apagamento do *ethos dito*.

5.10 TEMA 10: AO LADO DO POVO BRASILEIRO

1º Sabem por que temos essa certeza, senhoras e senhores? Porque a nossa bancada examinou com muito respeito, com muita competência, que realmente houve o crime de responsabilidade, porque foi ferida a Constituição Federal e também houve as pedaladas fiscais. Por isso, volto a falar que o nosso partido não é subserviente, mas agora estamos do lado do povo brasileiro. Estamos do lado do povo simples, do povo humilde e queremos, sim, fazer história (Márcio Marinho / PRB)

2º Falam que o Brasil está dividido em duas forças antagônicas. De um lado, milhões e milhões de brasileiros que clamam por justiça esperam que esse parlamento diga sim ao impeachment e que possamos viver o novo tempo no Brasil. De outro lado, uma minoria ruidosa e raivosa que quer se perpetuar no poder abraçada de um projeto político falido que acabou. Chegou a hora. A hora da grande decisão: se vamos ficar ao lado de milhões e milhões de brasileiros que lotam as ruas desse país, seja aqui, no nordeste ou na Avenida Paulista, Deputado Marcos Feliciano, ou se vamos ficar ao lado de um governo comprometido com o mal feito, averso ao diálogo, e, acima de tudo, destinado ao fracasso econômico e ao fracasso moral. (André Moura / PSC)

São percebidos as repetições estratégicas de se omitir o *ethos dito*. Os locutores mostram um modo característico de desqualificar o governo Dilma. Eles não fornecem aos interlocutores informações sobre o conjunto de ideias do partido. É desse modo como constroem suas imagens.

Além de confirmarem a prática criminosa no governo Dilma, os parlamentares dos partidos PRB e PSC afirmam que o referido governo se afastou do povo humilde, trabalhador e simples. Dilma e sua turma buscaram formas de se perpetuar no poder cujo projeto político não deu certo.

É chegada a hora dos Deputados, representantes do povo, darem uma resposta a esse governo comprometido com o “mal feito”, diz o líder do PSC, ao se dirigir ao Deputado Marcos Feliciano, parlamentar que declarou que “esquerdista demora para morrer porque a bala não acha o cérebro.”³¹

³¹ FÓRUM. Feliciano afirma que “esquerdista demora para morrer porque a bala não acha o cérebro”. Porto Alegre, 21 mar. 2018. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/feliciano-afirma-que-esquerdista-demora-para-morrer-porque-a-bala-nao-acha-o-cerebro-video/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

O impeachment é a resposta mais eficaz para o ‘fim da corrupção’ no Brasil e o caminho mais curto para “um novo Brasil.”

Os líderes do PRB e PSC, respectivamente, constroem uma imagem de políticos que já não aguentam mais a roubalheira institucionalizada do PT. Mostram-se como políticos que, ao tomarem ciência desse quadro avassalador de corrupção coordenado pela Presidente Dilma, comprometem-se a estar ao lado do povo brasileiro, para defendê-los. Identifica-se a presença de um *ethos* protetor (do povo) e um *ethos* desqualificador, enunciados pelos líderes.

Não é possível a percepção da construção de um *ethos* conservador no discurso analisado.

5.11 TEMA 11: A SOLUÇÃO PARA A CRISE POLÍTICA, CRISE ECONÔMICA E A RECESSÃO

1º Em São Paulo, a Avenida Paulista está repleta de manifestantes. Todos aguardam a decisão deste Plenário. Nós não temos alternativa. Vamos acabar com a crise política, vamos resolver a crise econômica, vamos acabar com a recessão.

Dilma disse, na sua campanha, que não ia mexer com os direitos dos trabalhadores “*nem que a vaca tussa*”. O pior é que a vaca tossiu e está indo para o brejo.

A nossa luta é política, sim! E tenho certeza de que, com essa luta — que começou lá atrás, no mensalão, com você, Roberto Jefferson, e chegou a este momento com você, Jovair Arantes, na relatoria do petróleo —, nós daremos a resposta que a população espera. A população tem muita confiança nesta Casa.

Podem dizer o que quiserem, mas o Congresso Nacional vale muito e dará à população a resposta hoje, já, agora: *impeachment* sim! (Arnaldo Faria de Sá / PTB)

A análise do discurso em questão observa a construção de um *ethos* heróico. O parlamentar que discursa está preocupado com a situação decadente da política do País e, junto a alguns outros lutadores, unirá forças para acabar com crise política gerada pelo PT (uma espécie de Batman, que se alia a Robin, para combater o mal em *Gotham City*).

O heroísmo do enunciador é seu modo de se mostrar. O leitor não tem pistas do que é o PTB, ele tem acesso, a partir do texto a uma imagem heroica construída pelo *ethos* mostrado. Não há referências diretas ao enunciador, ou seja, ao líder do PTB enquanto representante desse partido.

Não há a identificação da construção, novamente, de um *ethos* conservador .

5.12 TEMA 12: RECONSTRUÇÃO MORAL

1º Não, definitivamente, não! Não é este Brasil que os milhões de brasileiros mobilizados em todos os cantos deste País querem que escolhamos.

O que eles desejam e merecem é um Brasil que seja capaz de reencontrar o caminho da reconstrução moral, base para o desenvolvimento de uma Nação digna e justa, um Brasil que respeite a Constituição, as instituições e valores absolutos como a democracia e a liberdade de imprensa, de pensamento e de opinião.

Os brasileiros que estão lá fora querem viver num Brasil decente e livre da impunidade, num Brasil que volte a ter esperança e oportunidades. (Antônio Imbassahy / PSDB)

O texto analisado identifica a presença de um *ethos* conservador na medida em que mostra um político que valoriza a discurso sobre moral, liberdade e valores. A perspectiva conservadora comporta valores como moral, liberdade e punição como categorias de compreensão do mundo. O parlamentar do PSDB se mostra preocupado com o estado “indecente” em que o governo do PT transformou o Brasil. Resgatar a moralidade é um dever da esfera dos que representam o povo que sofre. Os que o transformaram nesse estado precisam ser punidos.

No entanto, não há um maior detalhamento no discurso do líder sobre cada item. Deixa vaga a ideia de moral, liberdade e valores absolutos sobre as quais está a falar.

Assim, o enunciador não fala de si, enquanto um partido, mas se constrói em uma imagem de moralista através da estratégia de apagamento do *ethos dito*.

5.13 TEMA 13: OS “VAGABUNDOS DO PT”

1º Quero saudar, especialmente, o meu amigo Deputado Rodrigo Maia, do Rio de Janeiro, e o Deputado Eduardo Cunha, que nunca desistiram. (Manifestação no plenário.)

[...]Eu peço respeito ao orador, senão vamos ter que prorrogar o seu tempo. Respeitem o orador. V.Exa. tem 1 minuto. Zerem o tempo e concedam 1 minuto para o Deputado, porque ele foi interrompido.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que reponha meu tempo. Eu queria que vocês brasileiros do País inteiro, que estão na Avenida Paulista ou em casa, cantassem aquela musiquinha que começou durante o processo:

Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Fora, Dilma! (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 69).

A observância à ruptura entre *ethos* dito e *esthos* mostrado se faz novamente aqui. A ausência de um *ethos* dito é favorável à crítica do parlamentar, pois não se arrisca a falar de si.

Um dos pontos iniciais do discurso em questão é a saudação ao amigo Deputado Rodrigo Maia e ao Deputado Eduardo Cunha. Considera o Deputado Rodrigo Maia como um amigo e menciona essa relação durante seu discurso. Diz, o parlamentar, que Maia e Cunha nunca desistiram. Provavelmente, o líder quis dizer que os Deputados citados nunca desistiram do Brasil, e, por isso, devem ser, primeiramente, saudados.

Há uma conclamação do parlamentar para que o povo brasileiro cante uma “musiquinha” já cantada no momento inicial do processo de votação. Essa música é uma referência direta à música *Pra não Dizer que não Falei das Flores*, composta e interpretada por Geraldo Vandré. A canção foi marcada pelo seu teor crítico à ditadura militar instalada no Brasil, na década de 1960, e suas consequências supressoras na sociedade. A canção é considerada por muitos como um hino de resistência aos regimes autoritários.

A letra da canção cantada pelo Deputado denuncia a Presidenta Dilma e sua turma. Pede-se que ela vá embora e leve, com ela, os vagabundos do PT. Toda a crítica é fundamentada na acusação dos “vagabundos” do PT, que, provavelmente, gozavam de privilégios da sua protetora (Dilma, nesse caso). É necessário que esse governo vá embora do Brasil.

A canção era entoada não apenas pelo líder do partido, mas havia correligionários e grupos aliados que reforçavam a cantoria.

As condições de produção do discurso do parlamentar levantam a possibilidade de um político que satiriza a construção de um *ethos* satírico. O líder se mostra altamente irônico ao tomar a canção como o acme de seu argumento contra o governo dilmista. Naquela época, a canção de Vandré era utilizada como um grito de protesto contra a opressão da ditadura militar, aqui, no contexto de votação do *impeachment*, ela é intencionalmente ressignificada, pondo o governo Dilma achincalhe através de uma melodia referência para esse governo em matéria de crítica social. Em segundo lugar, novamente, um *ethos* denunciador e desqualificador se fazem presentes no discurso.

Não há a presença de um *ethos* conservador no discurso observado.

5.14 TEMA 14: RESPEITO À DEMOCRACIA, AS LEIS E ÀS DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES

1º Queremos vencer com as ruas; queremos transformar toda essa indignação em mudança. Muito mais do que um impeachment, queremos ver nascer neste País uma nova política, que derrube esse muro de mentiras, que represente as ruas, que diga: “Vocês me representam”.

Queremos o que estão pedindo há 30 anos no Brasil: mais transparência, mais participação, mais democracia direta! Lutamos com você por um novo olhar para o nosso futuro, por uma nova resposta ao jovem que ainda acredita, por uma bandeira aos sem-partido, por um fim ao silêncio dos bons e dos honestos.

Estamos diante da oportunidade de passar a limpo o Brasil, de respeitar as leis e de ouvir as vozes que vêm das ruas; da oportunidade de banir de vez a cultura da corrupção, que pune de maneira tão cruel cada um de nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, após muito diálogo na bancada e com inafastável respeito à democracia e à divergência de opiniões, nós do PTN decidimos estar ao lado da maioria dos brasileiros. Orientamos todos os nossos Deputados, todas as mães de família, todos os jovens e todos os que amam este País a dizerem “sim”.

O nosso voto, Sr. Presidente, o voto do PTN, é “sim” ao Brasil, é “sim” ao impeachment! Todos juntos podemos mudar o Brasil. Muito obrigada. (PTN)

Lutamos com você por um novo olhar para o nosso futuro, por uma nova resposta ao jovem que ainda acredita, por uma bandeira aos sem-partido, por um fim ao silêncio dos bons e dos honestos.

Encontra-se no discurso analisado a presença de um *ethos* representante. Há um político que entende a situação caótica do país e precisa fazer algo para mudar. Precisa atender os desígnios de uma juventude esperançosa e de um povo vítima de um governo mentiroso. A figura desse político representa o povo e para ele trabalhará dizendo “sim”.

A estratégia interpretativa identificada é a de desaparecimento do *ethos dito*. O enunciador, enquanto um representante de um partido, se põe ao lado do povo. Os eleitores recebem com positividade desse locutor que diz representar a sociedade brasileira. No entanto, não sabe qual é a estrutura de pensamento do partido, porque o locutor não disse sobre si.

5.15 TEMA 15: ESPERANÇA EM MICHEL TEMER E O AMOR À PÁTRIA

1º Aprovado hoje o processo de *impeachment*, depois no Senado, passaremos ao momento de reconstrução nacional. Nossas esperanças se voltam ao Presidente Michel Temer cuja missão de pacificar e reunir os brasileiros contará com total e irrestrito apoio da nossa bancada do PSC.

Depende de cada um de nós, de quem ama esse país, ama esse país, e ama essa pátria. De quem veste o verde e amarelo porque a nossa cor não é o vermelho. Não é e não será nunca. A nossa cor é o verde e amarelo.

Por isso, dizendo “sim” ao futuro do nosso país, dizendo “sim” às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos jovens. Dizendo “sim” aos nossos idosos. Dizendo “sim” ao Brasil. A bancada do PSC vota “sim”. Viva o Brasil. (Alfredo Keafer / PSC)

No fragmento, a análise do discurso do líder do partido PSC identifica que a esperança do Brasil está na figura do Vice-Presidente, Michel Temer, caso haja a aprovação do *impeachment* da Presidenta Dilma. A missão de Temer será a de reunir os brasileiros. A bancada do PSC dará o devido apoio para que isso aconteça.

A esperança em Michel Temer funciona como uma base para o segundo aspecto do discurso analisado: o amor à pátria verde e amarela. O discurso do orientador é claro quanto à coloração da bandeira representante da pátria, pois a bandeira do Brasil nunca será vermelha (em referência à cor da bandeira do PT).

O voto ‘sim’ confirma a responsabilidade do líder do partido para com as crianças, jovens, adolescentes e idosos do país. “Viva o Brasil” é o grito de guerra contra o PT de Dilma.

A construção que o orador faz de si no discurso analisado é de um político que ama a pátria. O Brasil estará acima de todos, mas dependerá da vindoura governança de Michel Temer. Há-se aqui um *esthos* de patriotismo e um *ethos* de esperança. E existência de uma imagem de um político conservador é possível no que concerne ao aspecto patriota do discurso (o amor à pátria), a ideia de que é preciso que todos se entreguem ao país e possa, pensando no futuro das crianças, dos jovens e idosos, angariar dias melhores.

Novamente, o enunciador rompe com a relação entre *ethos dito* e *ethos mostrado*.

5.16 TEMA 16: A REVELAÇÃO DO GOVERNO NO PODER E NO MEDO

1º Senhores, os homens se revelam quando têm o poder ou quando têm medo. E o atual Governo se revelou no poder e se revelou agora no medo de perder o poder. O Brasil, hoje, senhores, percebe que o sol da liberdade pode voltar a brilhar no céu da pátria, mas desta vez não em raios fúlgidos.

A bancada do Partido Verde, Sras. e Srs. Deputados, na verdade não precisa de orientação. Ela já sabe o que deve fazer. Sabe que a Presidente cometeu crime de responsabilidade. Este é o lugar para julgar. Por isso votaremos “sim” ao impeachment! “Sim” ao Brasil! (Evandro Gussi / PV)

Nesse texto, o destinatário conhece o que o locutor diz sobre como votará em razão de seu modo de enunciar (“o governo com medo”). Novamente, o enunciador rompe com a relação entre *ethos dito* e *ethos mostrado*.

No discurso do parlamentar do PV é encontrada a ideia de que o governo atual (o do PT) se mostrou em essência quando tomou o poder e no medo de perde-lo. O PV vota “Sim” porque o governo Dilma cometeu crime de responsabilidade.

Novamente, encontra-se a construção de um *ethos* denunciador e acusador. Ainda que não exista a justificativa do porquê deve a Presidenta ser expelida do cargo, o parlamentar acusa o governo Dilma de ter cometido crime e, ao mesmo tempo, denuncia que o governo está com medo de perder o poder.

Não é identificado, aqui, a construção de uma imagem de si que aponte para um *ethos* conservador.

5.17 TEMA 17: “NÃO É GOLPE”: A LEGITIMIDADE DE UM VICE-PRESIDENTE

1º Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para dizer que não admito que se diga que há um golpe no Brasil. A Constituição Federal, no seu art. 51, legitima esta sessão e, no seu art. 79, legitima a posse do Vice-Presidente, que teve o mesmo número de votos que a principal candidata. Um Vice-Presidente, quando é apresentado na chapa, é apresentado para que, nos momentos de crise e nos momentos necessários, ocupe a cadeira de Presidente. Portanto, não há golpe! A Constituição Federal nos garante isso; a Constituição Federal respalda este ato. Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, que tem lutado nesta Casa contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira. Mas aqui nós temos Deputados aguerridos. Eu venho a esta tribuna

também homenagear a bancada de Deputados Federais do Distrito Federal, com exceção de uma Deputada, a Deputada Erika Kokay, que é a favor do golpe; que é contra a Constituição brasileira! (Manifestação no plenário.) Eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, também para homenagear o Distrito Federal, que quer, sim, o impeachment já! Venho a esta tribuna para dizer às senhoras e aos senhores, àqueles que estão lá fora, àqueles que estão nas ruas: a Constituição Federal garante este ato. Não é golpe! (Ronaldo Fonseca / PROS)

A referência a um dado da natureza jurídica (os artigos da Constituição) no que concerne à posse de Michel Temer é uma característica que pode, ainda sem muito embasamento, um aspecto característico do pensamento conservador: o respeito à lei.

A luta contra a esquerda é naquilo que diz respeito à manutenção da família tradicional cristã. Essa passagem coaduna-se a outra característica do pensamento conservador: a religião como um bem supremo, as instituições religiosas (as instituições cristãs) ser respeitadas.

Ante a fervura do parlamentar que discursa e o teor semântico do que diz, é possível dizer que existe um indicador de construção de um *ethos* conservador. Essa imagem de um político com um caráter mais conservador não é resultado de uma verbalização explícita do pensar conservador do partido, mas de um modo de ser. Novamente, o enunciador apaga o *ethos dito*.

5.18 TEMA 18: O RECONHECIMENTO DAS BOAS AÇÕES DURANTE A GESTÃO DO PT

1º Gostaria de saudar a todos e a todas. Este é um momento muito difícil para o nosso País. O Brasil está dividido, num sentimento de ódio e de intolerância que não é próprio da cultura do nosso povo.

Disse ontem e gostaria de repetir: nós temos que separar o joio do trigo. Não podemos jogar a água suja da bacia com a criança dentro. Temos sempre que ter discernimento para reconhecer o que representaram para o Brasil os dois primeiros mandatos do Presidente Lula, assim como o primeiro mandato da Presidente Dilma. As conquistas foram inegáveis. O Presidente Lula tirou 40 milhões de pessoas da linha da pobreza. No nosso País, passamos mais de 20 anos sem a construção de nenhuma universidade pública federal, inclusive durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que chegou a fechar cursos técnicos profissionalizantes. E o que aconteceu durante o período do Governo do Presidente Lula? Foram abertas várias universidades federais. As pessoas passaram a ter acesso à universidade. Aumentou-se o número de vagas nas escolas públicas. Foram criados o PROUNI, o

PRONATEC, o Bolsa Família, bem como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que garantiu que as pessoas mais simples tivessem acesso à casa própria.

Então, nós temos que reconhecer todo esse legado. [...] Mas o atual mandato da Presidente Dilma é indefensável; é totalmente indefensável. O que a Presidente Dilma fez com a economia é muito sério e muito grave. O Brasil está retroagindo. Os avanços e o legado dos primeiros três mandatos, tudo está retroagindo agora. [...]

A saída para pacificar o nosso País é uma Constituinte exclusiva, para fazer a reforma política e novas eleições.

Esse é o nosso voto, o voto do PMB. (Weliton Prado / PMB)

Essa capacidade de reconhecer os feitos do governo Dilma pode ser identificada com a categoria que Charadeau (2005, p. 148), classifica de *ethos* de “humanidade”, que, segundo o autor, é a “capacidade de mostrar sentimentos, paixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos.”

Identifica-se, no discurso do parlamentar, a construção, então, de um *ethos* de humanidade. O político não buscou atacar inicial e frontalmente seu adversário, mas se mostra entendedor dos avanços que o PT realizou. Há uma figura de um representante sincero do povo, muito embora tenha votado pela admissibilidade do impedimento da Presidenta, porque acreditou que o governo retroagiu. A construção de um político que acusa não se dá primeiramente, mas a partir de uma confissão de um bom governo, mas, por ter retroagido, é indefensável mantê-lo no poder.

É identificada a estratégia de apagamento do *ethos dito*, valorizando o *ethos mostrado*.

Não é possível identificar a presença de um *ethos* conservador no discurso do parlamentar.

5.19 TEMA 19: O PROJETO IDEOLÓGICO DO PT

1º Srs. Deputados, nós não estamos hoje aqui julgando apenas a natureza dos muitos crimes cometidos pela Presidente Dilma Rousseff, que estão diariamente presentes nas manchetes dos jornais.

O que estamos a decidir, com o nosso voto, hoje, aqui na Câmara, e, depois, no Senado, é o futuro de um País destruído por uma Presidente da República que, com a sua arrogância, humilhou o Parlamento e governou de costas para o seu povo, que esperava da sua liderança

dias melhores, uma vida melhor, mas que recebeu em troca o engodo, a mistificação e a mentira sistemática; por uma Presidente da República cuja fidelidade não é à Nação nem à população brasileira, mas à sua tacanha ideologia.

“*Eu e o Lula estamos construindo um projeto*”, ela diz, alheia às consequências da sua insensatez, que hoje fazem parte da paisagem brasileira, visíveis para onde quer que se olhe: visíveis no desemprego; na paralisia nacional; na situação desesperadora daqueles que dependem do sistema público de saúde; no sucateamento do nosso parque industrial, uma conquista de gerações; no aparelhamento das nossas instituições e no assalto planejado, organizado e sistemático aos recursos públicos, que quebrou a PETROBRAS, os fundos de pensão e o Tesouro Nacional.

Tudo isso, Sr. Presidente, para “construir um projeto”, construção essa que tinha por base, unicamente, uma ilusão insensata, que nos levou, como todas as ilusões, ao abismo.

Diante desse quadro assustador, Sras. e Srs. Deputados, no qual a incerteza gera ferozes divergências, há, todavia, uma certeza: o Brasil não pode mais vagar sem rumo. Não podemos mais assistir ao desmonte da Nação sem nada fazer.

Nosso País precisa voltar a fazer sentido. Precisa encontrar um rumo. É a partir dessa certeza que devemos procurar o caminho que nos permita dar uma resposta aos anseios do povo brasileiro, à míngua de tudo, prestes a cair no desespero e na desesperança. Temos de ter a coragem de dar o primeiro passo e confiar nos homens e mulheres livres e conscientes que estão mudando o Brasil. A garantia de que vamos seguir no caminho que assegure um futuro melhor é e será sempre a mesma: a participação popular.

[...]Temos de ter a coragem de dar o primeiro passo e confiar nos homens e mulheres livres e conscientes que estão mudando o Brasil. A garantia de que vamos seguir no caminho que assegure um futuro melhor é e será sempre a mesma: a participação popular.

Encaminho, Sr. Presidente, o voto pela aprovação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff. (Miguel Haddad / PSDB-SP)

O discurso do líder do PSDB-SP acentua o caráter de um governo corrupto. O PT de Dilma humilhou o parlamento e deu as costas para o povo. O PT DE Dilma traiu o povo por um projeto ideológico.

O projeto de Dilma, elaborado com Lula, se traduz no desemprego, no roubo a Petrobras, no aparelhamento das instituições etc. De modo geral, o projeto de Dilma e Lula é um verdadeiro descalabro. O Brasil não pode, diz o parlamentar, continuar sem rumo, sem um caminho para a normalidade.

O projeto de Dilma iludiu todos, e todos caminharam para o abismo das incertezas e da paralisia econômica e social.

Não há mais razão para que o PT continue no poder, assim, com seu projeto ideológico. É preciso que, junto à participação popular, se tenha coragem para dar início a um Brasil de dias melhores. Esse primeiro passo depende dos que representam o povo, conforme a ideia geral do parlamentar. O primeiro passo é “Sim” ao impeachment de Dilma Rousseff.

Na observação do discurso do líder, identifica-se a projeção de uma imagem de um político que se mostra indignado com um governo corrupto, que destruiu a nação. Esse político está a denunciar o plano do governo espúrio (o projeto de Dilma e Lula). A figura do político que representa o PSDB-SP não faz parte desse plano; ele está mostrando as pessoas o que o governo da Presidenta fez. Esse modo de apresentar os desastres do PT é visto no imaginário inculcado no leito a partir do ato enunciativo, isto é , no modo como o locutor constrói sua imagem(aquele que não aceita mais o PT). O *ethos mostrado* é valorizado em detrimento do *ethos dito*.

Pode-se afirmar que existe um *ethos* acusador no discurso acima, ao mesmo tempo, há a construção de um *ethos* denunciador. O parlamentar acusa e denuncia o governo de Dilma, atribuindo-lhe o demérito de destruição da nação brasileira.

Não é, novamente, possível identificar um *ethos* de um conservado que o parlamentar faz de si.

5.20 TEMA 20: O PROTAGONISMO DO POVO BRASILEIRO

1º Neste instante, Sr. Presidente, há milhões de pessoas nas ruas, em mais de 20 Estados — em São Paulo, na Avenida Paulista, em Salvador, em Curitiba, em Jundiaí, minha cidade. Todos se fazem presentes neste momento. O afastamento de Dilma tem um significado maior do que a saída de uma Presidente incapaz. Mostra que o povo brasileiro está vigilante, mostra que a época do divórcio entre o interesse da população e o interesse dos partidos políticos acabou. Em meio a tantos horrores, essa é a boa notícia. (Miguel Haddad / PSDB-SP)

Identifica-se a presença de um político que está ao lado do povo, que compreende a sua indignação. O parlamentar que, no discurso observado anteriormente, disse haver diversos avanços sociais, nesse momento, afirma que o partido não está preocupado com os interesses do povo. A construção de um *ethos* de compreensão se faz possível na medida em que o parlamentar entende o protagonismo do povo insatisfeito com o governo Dilma.

Não é, mais uma vez, possível identificar um *ethos* de um conservado que o parlamentar faz de si.

É identificada a estratégia de apagamento do *ethos dito*, valorizando o *ethos mostrado*.

6 RESULTADO DA ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista os temas presentes nos discursos, as análises revelam que, a maior ocorrência das estratégias de gerenciamento do *ethos* aplicadas foi a de *desaparecimento do ethos dito*. Desta maneira, em todos os vinte temas analisados, os líderes buscaram não falar sobre si enquanto representantes de um partido político. O apagamento do *ethos* dito permitiu que os locutores não se preocupassem com a descrição da visão do partido, isto é, como o cerne do ideário do partido se relaciona com o processo de *impeachment*.

No entanto, foi identificado que o líder do PMDB, no tema EM DEFESA DE DEMOCRACIA E DA REPÚBLICA BRASILEIRA utilizou a estratégia de *convergência entre ethos dito e ethos mostrado*. Esse modo de operar o *ethos* engendra um modo sintomático da personalidade do locutor. Nesse caso, o ouvinte tem a sensação de que o líder diz o que realmente pensa e é um fiel representante do partido. Assim, o líder apontou para aspectos relacionados à história e moral do partido. Essas atribuições autorizam uma posição do PMDB ante ao problema do *impeachment*.

As estratégias analisadas permitiram esse estudo a compreender o modo como os líderes dos partidos construíram uma imagem de si através dos discursos. Foi elaborada uma classificação das diferentes formas de manifestação do *ethos* a partir da análise dos temas: *ethos* discursivo religioso (PP, PSB, PSC); *ethos* discursivo conciliador (PSD); *ethos* discursivo convocador (PP, PSD); *ethos* discursivo justificador (PMDB, PPS); *ethos* discursivo responsabilizador (PMDB, PPS, PSDB, SD, PSL, PTB); *ethos* discursivo desqualificador (PSDB-BA, SD, PSL, PTB, PPS) *ethos* discursivo de ironia (SD) ; *ethos* discursivo denunciador (PTB, PSDB, PSL); *ethos* discursivo homenageador (DEM); *ethos* discursivo heróico (PTB); *ethos* discursivo representador (PTN); *ethos* discursivo patriótico (PSC) *ethos* discursivo de esperança (PSC) e *ethos* discursivo de humanidade (PMB).

7 CONCLUSÕES

O levantamento da tipologia dos *ethos* dos líderes possibilitou a esta pesquisa a responder à pergunta a qual se propôs a responder: Os discursos dos líderes constroem a imagem de um político conservador?

O estudo revelou que a maioria dos líderes que orientou pela admissibilidade do impeachment de Dilma Roussef está identificada com *ethos* denunciador, desqualificador, responsabilizador e de ironia, o que foi a maior ocorrência identificada na pesquisa. São imagens de um político que, conforme expõe Charadeau (2005), inabilita o adversário em rejeitando valores preconizados por este. O interesse dos líderes aqui fora o ataque ao governo do PT, ressaltando as fraquezas e tombos, e até mesmo ridicularizando a Presidenta. De modo geral, não apresentaram conceitos calcados no pensamento conservador.

A pesquisa concluiu que a construção da imagem de um político revoltado com os **O BRASIL DA ROUBALHEIRA** e com os **VAGABUNDOS DO PT**, atentos à **RESPEITO À DEMOCRACIA, AS LEIS E ÀS DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES** e que estão **AO LADO DO POVO BRASILEIRO** está inscrita num universo de significações correspondente a um imaginário em relação a um outro grupo. Esse imaginário foi construído em torno das expectativas daqueles que estavam nas ruas desde de 2013 com os movimentos antipetistas gerenciados pela elite empresarial e midiática do Brasil.

A pesquisa também concluiu que não houve a construção da imagem de um político conservador no sentido burkeano. Os líderes não se mostraram afinados com os principais tópicos da filosofia conservadora moderna. Não houve, nos temas, por exemplo, uma discussão sobre a sociedade civil e o estado, antepassados e tradição, o papel da igreja e do exército na sociedade. Foi identificado que os líderes estavam muito mais dedicados a maldizer o governo Dilma do que apresentarem realmente argumentos plausíveis que possibilitassem um entender a favor do impedimento da Presidente.

Foi possível perceber, ainda que de modo bastante vago, a partir da análise de dados, a manifestação do *ethos* conservador em **DEUS É NOSSO SENHOR**.

Nesse contexto, o político discursa em nome de um Deus religioso e de um padroeiro de um estado do Brasil, importante símbolo da religião católica. Esse aspecto pode estar relacionado com a união entre Estado e religião de que Burke falava. Aparece aqui um político que traz para esfera política aspectos morais baseados na religião cristã. O *ethos discursivo* religioso também está identificado à categoria *lealdade*, visto que Burke defendia uma lealdade face à igreja.

Os partidos que apresentaram um *ethos* discursivo religioso estão ligados à diferentes orientações. O PSC e o PP são partidos identificados com à direita política, ao passo em que PSB é um partido ligado ao socialismo.

Esse trabalho demanda mais estudos que que busquem discutir o modo como o pensamento conservador tem sido representado pelos discursos no Brasil. Nos estudos de Silva (2012), o conservadorismo brasileiro tem origem na escravidão, fomentada pela imprensa geradora de teorias racistas e de ideologias de dominação. Nesse sentido, a pesquisa abre um vasto espaço para estudos que se voltem para análises de discursos conservadores e como circulam nos espaços sociais do Brasil, bem como as desigualdades que se instalaram (e ainda se instalam) no país.

Finalmente, esta pesquisa concluiu que a Presidente Dilma Vana Rousseff não foi afastada do cargo por uma legião de políticos cujos discursos se mostraram conservadores. Não havia imagens de políticos conservadores no Congresso, no dia 17 de abril de 2016. A Presidente Dilma foi tirada do cargo por uma elite de políticos, alguns até ligados à esquerda, mas que já não viram proveito em continuar a aliança com o PT, que visavam ao golpe. Essa elite pode ser a mesma que, para alguns estudiosos, sempre privilegiou os brancos ricos, que institucionaliza os preconceitos raciais e as desigualdades sociais. Talvez tenham sido os conservadores, mas a imagem de si criado por eles foi de um político averso à corrupção e inimigo dos corruptos, que, através do discurso político, tomado como um jogo de máscaras (CHARADEAU, 2006) que despôs um governo eleito por mais de cinquenta milhões de pessoas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **Rhétorique**. Paris: Librairie Générale. Française, 1991.

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.

BOULOS, G. A onda Conservadora. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Org). **A onda conservadora**. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.p. 29.

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

CHARADEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA-HUBES, T.; STELLA, F.A.; SOARES, A.F. Maingueneau In: OLIVEIRA, Amaral. (Org) **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

COUTINHO, João. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2009.

DEMOCRATAS. **Princípios**. Brasília: DEM. Disponível em: <<http://jdemocratascarioca.com.br/principios-2/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GOHN, M. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

HADDAD, G. **Ethos prévio e ethos discursivo**: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008. p. 145-165.

KIRK, R. **Edmund Burke**: redescobrimo um gênio. São Paulo: É Realizações, 2016.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 15.

_____. Retorno crítico sobre o ethos. In: **Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes**. São Paulo: Pontes, 2016.

MESTI, P. **Entrevistas televisivas com Dilma Rouseff: diferentes construções e incorporações de ETHÉ**. In BARONAS, R.; CARRERON, R.; MESTI, P. (Org.). **Análise do discurso: entorno da problemática do ETHOS, do político e de discursos constituintes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 53-54. São Paulo: Pontes, 2016.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

OAKSHOTT, M. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: ÁYINÉ, 2016.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Programa**. Brasília: PSDB, 2016. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/conheca/programa/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Ideologia**. Brasília: PDT, 2016. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/ideologia/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa partidário: **democracia com desenvolvimento novo programa doutrinário do pmdb. Brasília: PMDB, 1996. Disponível em: <<https://www.mdb.org.br/institucional/programa-partidario/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.**

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. **Manifesto de fundação**. Brasília: PPS, 1992. Disponível em: <<http://www.pps.org.br/o-partido/manifesto-de-fundacao/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PARTIDO PROGRESSISTA. **Manifesto**. Brasília: PP. Disponível em: <http://www.pp.org.br/2056/Documentos/Manifesto_261605/>. Acesso em 12 jun. 2018.

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO. **Princípios básicos republicanos**. Brasília: PRB, 2017.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. **Certidão de Nascimento**. Brasília: PSD, 2011. Disponível em: <<http://psd.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em 12 jun. 2018.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **Esquerda Democrática dá origem ao PSB**. Brasília: PSB, 1947. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **País vive maior crise da história republicana e PSB apoia impeachment**. Brasília: PSB, 2015. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PARTIDO VERDE. **Programa do Partido Verde**. Brasília: PV, 2005. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/programa/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. In: BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Org.). 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2014. p.41-42.

SILVA, Juremir. **Raízes do conservadorismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **O que é o conservadorismo**. Rio de Janeiro: É Realizações, 2015.

_____. **Uma Filosofia Política: Argumentos para o Conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SOLIDARIEDADE. **Missão, visão e valores**. Brasília, SD. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/o-movimento/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WEAVER, R. **As ideias têm consequência**. São Paulo: É Realizações, 2015.

ANEXOS

Discursos dos líderes dos partidos que orientaram os Deputados a votarem “sim” ao impeachment de Dilma Rouseff:

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1, DE 2015
(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)

Votação, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).

DEP. EDUARDO PICCIANI

(Bloco/PMDB-RJ. Como Líder, sem revisão do orador.)

Senhor Presidente, Senhoras, Senhores deputados, eu inicio essa fala saudando a bancada do PMDB e a todas as representações partidárias com assento nessa Casa.

Nós iniciamos hoje uma sessão histórica, que será analisada hoje e pelas páginas da história. Hoje nós devemos fazer esta sessão num clima de paz, de respeito, de democracia, porque é esse o exemplo que nós devemos dar à sociedade que nos acompanha.

O que estamos fazendo hoje aqui não é uma brincadeira, não é uma disputa, um jogo de futebol. Muito pelo contrário, é uma das mais graves sanções previstas pela Constituição Federal, previstas no nosso ordenamento jurídico. Não nos cabe aqui nenhuma outra posição senão a de defesa dos princípios republicanos e da democracia brasileira.

Ontem e ao longo da semana, a bancada do PMDB se reuniu para tomar uma decisão. O PMDB sempre esteve ao lado da democracia e, junto com outros — muitos do PMDB —, lutou para que as liberdades, o direito ao voto e as garantias individuais fossem reestabelecidas no País. Esse compromisso do PMDB com o povo brasileiro é inabalável.

Não há nenhum momento da história brasileira nem circunstância que levará o nosso partido a agir de forma diferente que não seja na defesa da democracia e dos ideais de liberdade da República Federativa do Brasil.

A bancada do PMDB, exercendo a sua liberdade, exercendo o seu direito de decisão consciente, optou pelo voto favorável ao processo de impedimento.

A bancada do PMDB tomou essa decisão por entender que as circunstâncias políticas que o País vive, hoje, as circunstâncias que levaram ao início do processo de impedimento da Presidente da República estariam inteiramente preenchidas.

Cabe-me, neste momento, na qualidade de Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, falar de forma muito direta. Eu disse isso no meu discurso durante a semana, de certa forma, até emocionado, porque jamais imaginei que a minha geração viveria este momento novamente.

Reafirmo o que eu disse em discurso, na sexta-feira, no início dos debates do processo de *impeachment*. A nossa bancada irá encaminhar o voto “sim”.

Mas nós sabemos que, aconteça o que acontecer no dia de hoje, amanhã nós teremos um novo dia e uma nova etapa da vida nacional, em que cada um aqui, cada partido político, cada movimento, cada cidadão precisará ter responsabilidade com o País. Não é possível que as disputas políticas e as ambições políticas continuem a levar o Brasil até onde está neste momento.

Eu faço aqui este registro e este apelo para que amanhã todos nos sentemos à mesa e passemos a discutir o futuro imediato da República Federativa do Brasil e a refletir sobre como as pessoas estão vivendo.

É verdade que as pessoas não estão vivendo bem, reivindicam e têm o direito de reivindicar, mas é verdade também que temos que fazer a nossa parte e criar um ambiente político necessário, um ambiente político propício para que os avanços possam ocorrer.

O PMDB jamais agiu como polo. O PMDB, suas Lideranças e sua bancada jamais agiram como polo ativo neste processo. Mas exerceremos hoje a nossa responsabilidade.

Eu quero fazer um agradecimento especial à bancada do PMDB, que conhece o meu posicionamento e o posicionamento de alguns outros companheiros da bancada que não acompanharão a posição da bancada.

Eu faço um agradecimento à bancada do PMDB pela compreensão e respeito que teve pela nossa posição, que não é fácil.

Quero dizer a cada companheiro e companheira do nosso partido que eu respeito muito a posição de cada um dos senhores. Desejo que cada um possa exercer o seu voto com a coerência necessária, com o desejo necessário de transformação do País, para que, ao fim deste processo, todos nós possamos sair grandes, sem vencidos e sem vencedores.

O fim deste processo deve ser um só: a vitória do Brasil, a vitória do povo brasileiro, em dias melhores.

Viva o Brasil! Viva a democracia! Vamos todos juntos cumprir com o nosso dever!
O PMDB vota “sim”.

Nós vamos encarar que esta sessão ocorra com a seriedade que ela merece e que o povo brasileiro espera que cada um de nós tenha.

Viva o Brasil!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY

(PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, brasileiros que nos acompanham em todas as partes deste País, estamos diante de um momento histórico. É fundamental que cada um de nós neste plenário tenha consciência do seu papel e da sua responsabilidade nesta hora.

Hoje é o dia decisivo, em que vamos escolher o Brasil que queremos daqui para frente. E, pelo voto dado, seremos marcados e julgados para sempre. Cada um terá a oportunidade de escolher de que forma irá entrar na história; se será pela porta da frente, votando “sim” ao *impeachment*; ou se será pela porta dos fundos, de mãos dadas com o Governo de uma Presidente que mentiu ao País, cometeu, continuamente, crime de responsabilidade e, por consequência, arruinou a nossa economia, levando o País a sua mais profunda crise.

Cada um dos Deputados teremos a oportunidade de escolher de que forma nossos filhos e netos irão se referir a nós: com orgulho, por termos dado ao Brasil a chance de um recomeço; ou com vergonha, por vê-los transformados em sócios de um Governo do retrocesso, do valeduto, mergulhado na corrupção.

Cada um terá a oportunidade de escolher de que forma irá enfrentar os brasileiros, que estão lá fora mobilizados, de Norte a Sul deste País: se com a cabeça baixa, por tê-los traído; ou se com a cabeça erguida, olhando nos olhos, com o sentimento do dever cumprido, ao ter votado “sim”, pelo Brasil.

Cada um terá a oportunidade de escolher o que irá dizer aos milhões de brasileiros que perderam seus empregos, que penam por atendimento médico, que veem a redução dramática dos recursos da educação, enquanto bilhões de reais se foram na corrupção sistêmica e desenfreada. E corrupção não se compara, corrupção se pune!

Eu votei “sim”, pelo *impeachment*, para mudar essa situação; ou eu votei “não”, para que nada mude e para que você e sua família continuem na desesperança.

A história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do mensalão? O Brasil do petrolão? O Brasil dos “pixulecos”? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado?

O Brasil governado por uma Presidente que se elegeu com uma campanha financiada com propina do petrolão, que disse que faria o diabo nas eleições e o fez?

O Brasil governado por uma Presidente que mentiu ao País, que prometeu que reduziria as contas de luz, que não haveria tarifaço, que não mexeria nos direitos dos trabalhadores e que, eleita, traiu os brasileiros?

O Brasil governado por uma Presidente que permitiu que o maior escândalo de corrupção do planeta se desenvolvesse debaixo do seu nariz e nada fez, mesmo tendo todas as informações?

O Brasil governado por uma Presidente que não respeita as instituições, a imprensa livre e que trama para obstruir as investigações da Lava-Jato e proteger o ex-Presidente Lula?

O Brasil do desemprego, da recessão, da inflação e da roubalheira? O Brasil cuja Presidente e seu partido, mesmo depois de todo o mal que causaram ao País, ainda tentam dividir os brasileiros, incitá-los ao conflito, fazendo ameaças, quando o momento clama por paz e união?

Não, definitivamente, não! Não é este Brasil que os milhões de brasileiros mobilizados em todos os cantos deste País querem que escolhamos.

O que eles desejam e merecem é um Brasil que seja capaz de reencontrar o caminho da reconstrução moral, base para o desenvolvimento de uma Nação digna e justa, um Brasil que respeite a Constituição, as instituições e valores absolutos como a democracia e a liberdade de imprensa, de pensamento e de opinião.

Os brasileiros que estão lá fora querem viver num Brasil decente e livre da impunidade, num Brasil que volte a ter esperança e oportunidades.

Falo em nome de uma combativa bancada de Deputados que muito me orgulha e que orgulha o Brasil e que, desde o primeiro momento, já havia feito a sua escolha, a de ficar ao lado do Brasil.

O PSDB irá votar pelo *impeachment* porque o Brasil não pode ser governado por uma Presidente da República desenganada, que maculou o cargo que lhe foi confiado.

Senhoras e senhores, a Câmara dos Deputados, ao conceber a Constituição Federal, assumiu o dever de cumpri-la, de respeitá-la e de preservá-la, assim como o de proteger a democracia.

Esta Casa, imbuída da responsabilidade de exercer o poder que do seu povo emana, não pode ignorar a vontade dos brasileiros que estão lá fora, não pode se acovardar diante da história.

Vamos votar “sim” a um novo Brasil!

Vamos votar “sim” ao *impeachment*!

DEP. AGUINALDO RIBEIRO (PP)
(PP-PB - Líder do Partido na Câmara)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso partido, o Partido Progressista, construiu a sua posição de forma democrática, debatendo e discutindo, com a participação de todos aqueles que quiseram. Construímos uma posição única, unívoca, com homens e mulheres de bem, de forma livre, porém determinada a partir da posição tomada por sua maioria absoluta. *“Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança.”*

Precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o atual momento. É preciso tolerância e respeito às opiniões divergentes para a consolidação da verdadeira democracia. É por isso que, antes de qualquer outra coisa, faço um apelo a todos para que, ao final deste doloroso processo — pelo qual não merecíamos passar —, qualquer que seja o resultado, possamos ter o compromisso com a Nação de estar unidos em um só objetivo: o fortalecimento do Brasil.

Não estamos vivendo um dia na política, mas um dia na história. Temos todos a consciência da nossa responsabilidade perante a Nação. Temos todos a obrigação de ajudar o País a sair desta encruzilhada. Iremos dar uma resposta ao Brasil. Não iremos decepcionar o povo brasileiro. Nesta hora tão grave da cidadania, temos de falar através de nossos atos. Convicção, sim; firmeza, sim; mesquinhez e pequenez, jamais!

É meu dever encaminhar o voto da bancada do Partido Progressista a partir da deliberação soberana da sua maioria absoluta, que determinou que nossos Deputados e Deputadas devam votar pela admissibilidade do processo de impedimento da Sra. Presidente da República.

No entanto, antes de proferir o encaminhamento final à nossa bancada, obriga-me a consciência — obriga-me a consciência — a fazer um breve registro, já que estamos dialogando também com a história. Como todos sabem que em 2012 fui honrado pela indicação do meu partido, o Partido Progressista, para fazer parte do primeiro Governo da Presidente Dilma na posição de Ministro das Cidades.

Não é porque iremos dizer “sim” hoje que podemos dizer “não” ao ontem. Isso seria oportunismo. Nesta hora, cabe-me o papel de encaminhar o voto de meu partido na direção de julgar politicamente a chefe da Nação. Justamente por isso tenho o dever de procurar ser justo.

Durante todo o tempo em que exerci a função de Ministro do primeiro Governo Dilma, pude atestar inúmeras qualidades da Sra. Presidenta, uma Presidenta dedicada, uma Presidenta disciplinada, obstinada e fiel às suas convicções.

Nesta Casa eminentemente política, porém, não estamos julgando a pessoa da Presidente Dilma Rousseff, estamos julgando politicamente o Governo. Nossas opiniões pessoais, certas ou erradas, favoráveis ou desfavoráveis, não podem ser consideradas, porque mais alto fala o nosso dever com o Brasil.

A grande realidade é que o País precisa retomar urgentemente a normalidade. Não podemos conviver com a estagnação, não podemos conviver com a paralisia e com o impasse permanente, sem solução.

O crime de responsabilidade supostamente cometido, cujo debate tem sido extremamente controverso, mas aprovado no parecer da Comissão Especial do Impeachment, é apenas parte do problema. O problema agora é ainda maior, porque o Brasil precisa seguir em frente. O Governo tem tido grande dificuldade na condução da Nação. A partir de agora, mais do que nunca, o Brasil precisa se unir nesta hora grave, precisa voltar a ter esperança, voltar a construir o futuro junto com a sociedade.

É por isso que, por determinação da Executiva Nacional do nosso partido, por sua maioria absoluta e fechando questão, encaminho no sentido de que a bancada do Partido Progressista vote “sim” à admissibilidade do processo.

Que Deus nos abençoe e nos ilumine! Que mantenhamos a mais firme esperança de que podemos construir um País melhor.

O SR. ROGÉRIO ROSSO

(Bloco/PSD-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, querida, ativa, fantástica e maravilhosa bancada do PSD, meus amigos queridos, meu povo do Distrito Federal, Nação e família brasileiras, senhoras e senhores, em instantes, nós, 513 Deputados, representando os 26 Estados e o Distrito Federal, estaremos tomando uma decisão importante, de longo alcance político, econômico, social e institucional.

Eu queria registrar, Deputado Jefferson Campos, que, somados os votos válidos, individuais ou por legenda, nós representamos, segundo dados do TSE, 96 milhões de eleitores. (Palmas.) Portanto, estamos, do ponto de vista constitucional, jurídico e eleitoral, absolutamente legitimados.

Esta é uma sessão especial, Deputado João Rodrigues; é uma sessão em que, de fato, estaremos analisando se aprovamos ou não o relatório do Deputado Jovair Arantes pela admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade contra a Presidente da República, para o seu encaminhamento ao julgamento do Senado Federal.

Nos últimos 3 dias, escutei calado e com muito respeito o pronunciamento de centenas de colegas, inclusive, como hoje, o do meu colega Líder do Partido dos Trabalhadores, por quem eu tenho respeito, que falaram de eventual parcialidade nos nossos trabalhos. Srs. Deputados, não fui eu quem ratificou os trabalhos da Comissão, e sim o Supremo Tribunal Federal, que, ao analisar diversos mandados de segurança, declarou o não provimento de todos — de absolutamente todos! Portanto, ratificado o Relator e ratificados os trabalhos da Comissão, quem o fez foi o Supremo Tribunal Federal.

É importante fazer um registro. Disseram-me que acompanhasse o rito do impeachment de 1992. É claro que, com a cautela constitucional e jurídica, assim o fiz nas questões do ordenamento regimental, mas eu não poderia, dada a complexidade desse tema, fazer apenas três reuniões, como em 1992, e que, ao todo, somaram apenas 7 horas. Fizemos 11 reuniões, com mais de 50 horas de debates, e o povo brasileiro, através da imprensa, pôde acompanhar audiências públicas para o esclarecimento da denúncia.

Eu jamais ficaria de bem com a minha consciência se não tivesse agido dessa forma. Em 1992, não foi dada ao advogado a possibilidade de se pronunciar nos trabalhos da Comissão. Desta vez, demos ao Ministro José Eduardo Cardozo a possibilidade de se pronunciar por duas vezes, nas dez sessões da defesa e depois da apresentação do relatório.

É a homenagem que esta Casa faz à ampla defesa, é a homenagem que esta Casa faz ao contraditório.

Agora estamos na fase final e, como disse o eminente Ministro Barroso, voto vencedor na ADPF 378, cabe a nós, cabe a esta Câmara o juízo preliminar de admissibilidade, um juízo de caráter político, mas sem desconsideração dos aspectos técnicos e formais.

Quem julgará a Presidente da República será o Senado Federal. Quem fará a dilação probatória, quem fará a oitiva de testemunhas será o Senado Federal. Estamos tão somente tratando da admissibilidade da denúncia. E o relatório do Deputado Jovair Arantes é cristalino, é claro, está sob a luz do Direito.

Portanto, devemos, sim, admitir a denúncia; devemos, sim, admitir a denúncia e encaminhá-la ao Senado Federal, para que a Sra. Presidente da República, à qual tenho respeito, possa se defender no devido processo legal. Se houve crime ou não, deixemos que o Senado Federal assim o julgue. Confiamos no julgamento do Senado Federal.

Entretanto, seja qual for o resultado, amanhã o Brasil acordará diferente, Deputado Heuler Cruvinel. O Brasil acordará diferente. Estarão colocados ainda mais desafios a partir de amanhã.

Estamos atravessando, Deputado Marcos Montes, uma tempestade perfeita: crise econômica, crise política, crise ética, crise no trato da coisa pública. É com a superação de cada um de nós — do PT ao PSDB, do Democratas ao PSD, do PSB a todos os partidos —, é com a superação de cada um de nós que vamos encontrar os rumos que a sociedade brasileira merece.

Por isso, o PSD, a bancada de Deputados Federais do PSD votará “sim” ao relatório do Deputado Jovair Arantes.

Quis Deus que esta sessão se desse na semana em que Brasília completa 56 anos. O mais ilustre dos pessedistas, Juscelino Kubitschek, quis, com a construção de Brasília, fazer a integração regional, a integração do povo brasileiro, a união do povo brasileiro. E é por isso que rendo as minhas homenagens ao PSD de ontem, de JK, e ao de hoje, pela altivez, seriedade, lealdade e republicanismo, e ao nosso Líder, Gilberto Kassab.

Peço a Deus que, em sua infinita bondade, ilumine e proteja o povo brasileiro. Que deste processo nosso País saia mais forte e mais unido!

Quero agradecer à minha esposa, Karina; aos meus filhos; ao meu pai, Aldo, e à minha mãe, Nair; ao Roberto Curi e à D. Yara; a todos os meus amigos; aos meus assessores. Sem eles, seria impossível ter chegado até aqui.

Viva a democracia! Vivam nossas instituições! Viva a Câmara dos Deputados! Viva o Brasil! E viva o povo brasileiro!

Que Deus nos ilumine!

Obrigado.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO

(PSB-PE Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna, sem dúvida, para a fala mais importante que já fiz nesta Casa.

Quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento à minha querida Petrolina, ao sertão do meu Estado, ao Estado de Pernambuco, e à bancada do meu partido, que me distinguiu com a posição de Líder neste ano.

O PSDB é meu partido há mais de 10 anos. Tenho orgulho da sua história, da sua trajetória de conquistas e de luta por um País mais igual, por um País mais equilibrado e por um País mais justo. É o PSB de Mangabeira, o PSB de Jamil Haddad, o PSB de Miguel Arraes, o PSB do meu Presidente Eduardo Campos.

Por isso, eu subo a esta tribuna para falar não só pelos sertanejos e pelos pernambucanos, mas também pelo meu partido. O sentimento que domina a nós do PSB não é de alegria, muito menos de revanche, é de frustração e de preocupação com o País.

Digo isso porque fomos parceiros de um projeto de transformação para o Brasil. Colaboramos e fizemos parte desse projeto durante quase 11 anos. Fomos solidários nos momentos difíceis deste Governo, logo no início. Abrimos mão de candidatura própria no ano de 2010, mas também fomos corretos. Fomos leais.

Alertamos quando os indicadores econômicos e a política econômica que colocavam sobre o País já prenunciavam o desastre em que nós hoje estamos vivendo.

Fomos às urnas em 2014; divergimos no voto. Tivemos mais de 20 milhões de votos, e hoje vemos um País com mais de 10 milhões de desempregados. Milhares de pernambucanos, no meu Estado, que estão assistindo à sessão, esperam da política — e na política — uma solução. Pode não ser a solução ideal, mas é a solução legal, a solução prevista, a solução constitucional e, por isso, a mais adequada neste momento.

O Brasil está mergulhado em graves crises: crise política, crise ética, crise social. Por isso, eu devo dizer a vocês, com a responsabilidade e com a seriedade que exige o momento: tenho muito respeito à figura da Sra. Presidenta da República, mas ela perdeu a autoridade e a credibilidade para liderar uma agenda mínima que possa tirar o País dessa situação.

Não alimento ilusões. Vivemos tempos de muitas dificuldades e muitas turbulências.

Que a decisão desta Casa, nesta tarde histórica de domingo, signifique, aos milhões de brasileiros que estão nas praças públicas assistindo à sessão, uma decisão para resgatar a autoestima, uma decisão para resgatar a confiança, mas, acima de tudo, uma decisão para reanimar a esperança do povo brasileiro de um País melhor.

Que Deus possa nos iluminar. Não é hora de ter medo; é hora de ter coragem. É por isso que nós dizemos “sim” ao impeachment e “sim” ao Brasil. (Palmas.)

O SR. PAUDERNEY AVELINO

(DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem aos milhões de brasileiros que nos permitiram estar hoje, aqui, trabalhando democraticamente para fazer a mudança do Brasil. Quero agradecer aos meus queridos amazonenses, que me deram legitimidade para estar aqui falando para o Amazonas e para o Brasil.

Estamos hoje votando o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Os preceitos constitucionais preliminares estão atendidos no relatório do Deputado Jovair Arantes. A Presidente feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, feriu o Orçamento Federal.

A Constituição prevê a pena de impedimento da Presidente para o crime de responsabilidade. As causas e as consequências que advieram dessas ações geraram todo tipo de crise no Brasil, como a crise econômica.

No ano passado, foi de 3,8% a queda do PIB. Este ano, aponta para mais de 4% a queda do PIB, gerando insegurança, gerando desemprego, gerando inflação. O meu Estado do Amazonas sofre muito com essa recessão, que chega à depressão. A produção industrial do Brasil cresceu 14% no último ano. No Amazonas, já chega a quase 30% a queda da produção industrial dos últimos 12 meses. Mas não é só isso — não é só isso. Há consequências mais graves. Entre elas, 10 milhões de brasileiros estão desempregados ou procurando a fila de um emprego.

Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do Estado de S.Paulo:

“Dilma deverá ser afastada da Presidência da República, porque sua gerência arrogante e inepta resultou na inflação que corrói os rendimentos da população de baixa renda e na recessão que rouba os empregos, igualmente, de chefes de família e de jovens. A perversa combinação de inflação e recessão resultou na absoluta falta de confiança no governo central por parte dos agentes econômicos, sem cujo concurso é simplesmente impossível promover o crescimento econômico e a criação de riquezas que beneficiem o conjunto da sociedade.”

Ora, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todos os rincões deste nosso País, a crise moral que assola e se abate sobre este Governo atinge todos os lugares, indistintamente. E não podemos nos deixar vencer pelo cansaço. Temos que reagir e ir até o fim do processo. O Brasil espera e depende mais do que nunca de nós neste momento.

Quero dizer também que não somos mais uma Nação conformada, como éramos outrora. O povo brasileiro foi às ruas mostrar a sua indignação. Devemos muito à ação dos jovens, devemos muito ao conselho dos mais velhos, mas devemos, sobretudo, à nossa sociedade brasileira, que, indignada, diz: “Basta! Basta! Não queremos mais este Governo, que levou ao descalabro o nosso País!”.

Quero homenagear a Justiça brasileira, homenageando a Justiça de primeira instância, na pessoa do Juiz Sérgio Moro; o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de todos os Ministros; o Ministério Público Federal; a Polícia Federal; e, senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União.

Mas quero também fazer uma homenagem a esta Casa, porque, falem o que falarem — e muitas vezes falam mal da Câmara dos Deputados —, é aqui que os brasileiros, muitas vezes em crise ou desesperados, encontram guarida, porque aqui é a Casa do Povo brasileiro. (Palmas.)

Quero fazer uma homenagem ao meu partido, o Democratas. Obrigado a cada um dos nossos Deputados! Obrigado aos nossos Senadores, que estiveram conosco em todos os momentos, desde o primeiro dia! Quero, por fim, dizer que vamos votar, vamos encaminhar “sim” ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A bancada do Democratas dirá “sim”, por um Brasil melhor, por um novo momento, pelos jovens, pelos filhos do Brasil!

Viva o Brasil! Vamos em frente! Que vença o Brasil! (Palmas.)

O SR. MÁRCIO MARINHO

(Bloco/PRB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, senhoras e senhores que nos ouvem agora através de todas as emissoras de televisão e demais que estão em plenário, quero agradecer primeiramente a Deus por esta oportunidade de estar aqui nesta tarde tão especial em que estaremos tratando do futuro do nosso País.

Quero fazer um agradecimento todo especial à minha bancada do PRB, que está aqui em peso e é uma bancada aguerrida. Em nome da bancada, quero fazer um cumprimento todo especial ao Presidente do nosso partido, Dr. Marcos Pereira, que está assistindo à sessão neste momento.

Quero fazer uma saudação toda especial aos brasileiros e às brasileiras. E não poderia deixar de fazer uma saudação especial ao povo da minha amada Bahia, que me confiou os votos para que eu pudesse estar aqui vivendo este momento tão importante para a democracia do nosso País. O nosso Partido Republicano Brasileiro há pouco tempo participava deste Governo, mas nós que pregamos o respeito à democracia, à coisa pública, jamais poderíamos compactuar com crimes de corrupção — os quais levaram pessoas denunciadas à prisão — e continuar participando de um Governo como este.

E é evidente que nós logo tomamos a decisão de desembarcar deste Governo, mas de cabeça erguida, porque, como sempre pregamos, nós fazíamos parte da base, mas não éramos subservientes a este Governo.

A este Governo, no ano de 2014, colocamos a posição *sine qua non* de que a nossa aliança teria que estar fundamentada em dois pilares, sendo um deles o equacionamento da

economia do nosso País. E isso não aconteceu, tanto é que hoje vivemos a pior das crises em nosso País.

Quando abrimos os jornais, assistimos à televisão, vemos que a cada dia o desemprego cresce em nosso País. Não compactuamos com isso.

Todas as vezes que consultamos as pessoas, em vários lugares do nosso País, só ouvimos lamentos de uma população que espera tanto de um governo. Mas este Governo perdeu a credibilidade de estar à frente desta gestão. E cada um de nós é responsável pelos eleitores que nos colocaram aqui. Por isso viemos aqui hoje ratificar que a posição dos 22 Parlamentares do Partido Republicano Brasileiro é pela admissibilidade deste processo. (Palmas.)

Aqui não estamos cassando ninguém. Essa parte de examinar o processo e aferir se houve ou não crime depende do Senado Federal. Mas queremos, sim, neste momento, dar oportunidade para que essa população possa ver se houve ou não o crime de responsabilidade. Mas nós temos a certeza de que houve.

Sabem por que temos essa certeza, senhoras e senhores? Porque a nossa bancada examinou com muito respeito, com muita competência, que realmente houve o crime de responsabilidade, porque foi ferida a Constituição Federal e também houve as pedaladas fiscais. Por isso, volto a falar que o nosso partido não é subserviente, mas agora estamos do lado do povo brasileiro. Estamos do lado do povo simples, do povo humilde e queremos, sim, fazer história. (Palmas.)

O SR. WILSON FILHO

(Bloco/PTB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares. Hoje, o Brasil vive um momento histórico. Pela segunda vez, o País se mobiliza diante de denúncias graves envolvendo o líder desta nação. Assistimos, de forma atônita, semana a semana, nestes últimos meses, ao desenrolar de uma investigação que revelou o maior esquema de corrupção de todos os tempos no Brasil. Presenciamos nesta sessão o fim de um ciclo, o fim de um capítulo na nossa história.

Faço um julgamento sereno deste momento. Começo por procurar um juízo justo sobre o partido que, em última instância, está sendo julgado no dia de hoje. É preciso reconhecer que o PT fez bem à nossa democracia. Foi importante ver um partido de esquerda deixar a posição cômoda da crítica para assumir a responsabilidade de conduzir os destinos do nosso povo. É inegável que o PT ajudou o País ao longo desses anos. Seu grande legado foi firmar de maneira definitiva a busca da igualdade como um tema central de nossa democracia.

O PT fez bem ao entrar e fará um bem ainda maior ao sair, porque deixará a lição: por maiores que sejam as virtudes na política, elas, por si só, não podem justificar os erros inaceitáveis, que, nesse caso, foram cometidos pelo grupo que se despede. Se as qualidades políticas desse grupo, ao longo dos anos, servissem como escudo para torná-lo inimputável, nossa democracia seria degradada, seria engolida pela impunidade.

Sei dos problemas políticos e da crise moral que vivemos, mas reconheço os avanços sociais e econômicos que tivemos. Defendo ainda que todos aqueles que cometeram atos ilícitos sejam punidos e destaco o importante trabalho que vem sendo realizado pelo Judiciário. A Justiça vem mostrando a todos nós que as pessoas que cometem crimes, seja um cidadão comum ou um Presidente da República, poderão, sim, ser investigados.

O País vem passando por sérios problemas econômicos. O Governo não conseguiu dar uma resposta e promover mudanças. O que vemos é queda de renda, desemprego e inflação. A Presidente não tem condições de reverter o quadro, e precisamos de mudanças urgentes.

Aproveito este momento para fazer um apelo, um apelo em nome do Nordeste e dos sertanejos, a qualquer um que vier a governar este País: que mantenha e fortaleça os programas sociais e as principais ações que beneficiam o povo pobre do nosso País.

Foi com esse entendimento que o PTB reuniu a sua bancada e a sua Executiva Nacional e decidiu, por maioria absoluta, orientar todos os Deputados nesta Casa pelo “sim” ao impeachment, dando um basta e reescrevendo a sua nova história.

A nossa orientação, após discutirmos sobre o assunto internamente, também ouvindo especialistas jurídicos; depois de ouvirmos as nossas bases e as lideranças do nosso partido, não poderia ser diferente daquela apontada pelo Deputado petebista e Relator, Deputado Jovair Arantes, orientando “sim”, pelo *impeachment*.

Sou a favor da boa política. O meu voto não foi conquistado por ninguém, mas sim pelo peso de tudo que vi, estudei, li e refleti. Agradeço as centenas e milhares de mensagens de carinho e apoio que recebi durante essas últimas semanas.

Também peço desculpas àqueles que, porventura, acham que eu esteja equivocado. Torço e continuarei trabalhando para que o Brasil possa, sim, voltar a crescer. Muito obrigado e, se Deus quiser, amanhã nós acordemos vivendo uma realidade totalmente diferente.

Muito obrigado e, se Deus quiser, amanhã nós acordemos vivendo uma realidade totalmente diferente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ

(Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, ainda dentro do tempo do PTB, eu queria saudar a presença importante de quem começou essa luta na época do mensalão, o Presidente Roberto Jefferson. Parabéns! Juntamente com o Líder Jovair Arantes, agora aqui presente (*apupos*), estão acabando com o petrolão! Começou com o mensalão, passou pelos fundos de pensão e chegou ao petrolão.

Essa é resposta que a Casa vai dar. Cometeram, sim, crime de responsabilidade, quer na pedaladas fiscais, quer na questão orçamentária. As ruas esperam essa manifestação.

Em São Paulo, a Avenida Paulista está repleta de manifestantes. Todos aguardam a decisão deste Plenário. Nós não temos alternativa. Vamos acabar com a crise política, vamos resolver a crise econômica, vamos acabar com a recessão.

Dilma disse, na sua campanha, que não ia mexer com os direitos dos trabalhadores “*nem que a vaca tussa*”. O pior é que a vaca tossiu e está indo para o brejo.

A nossa luta é política, sim! E tenho certeza de que, com essa luta — que começou lá atrás, no mensalão, com você, Roberto Jefferson, e chegou a este momento com você, Jovair Arantes, na relatoria do petróleo —, nós daremos a resposta que a população espera. A população tem muita confiança nesta Casa.

Podem dizer o que quiserem, mas o Congresso Nacional vale muito e dará à população a resposta hoje, já, agora: *impeachment* sim!

WEVERTON ROCHA

(PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, colegas Deputados, brasileiros e brasileiras, venho a esta tribuna, nesta tarde, dizer para todo o Brasil que, mais uma vez, somos chamados à responsabilidade.

Cada homem e cada mulher que nos escuta e nos vê sabe que neste País de muitas adversidades, neste País de muitos costumes, neste País de vários continentes, nós sempre conseguimos superar os momentos difíceis que vivemos. Este País conseguiu passar por guerras e confrontos. Todos sabem as lutas grandes que tivemos: a Revolta dos Alfaiates, na Bahia; a Inconfidência Mineira, em Minas Gerais; a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no meu querido Estado do Maranhão; a Guerra do Paraguai, no Sul do País; as famosas Diretas Já, quando o povo foi para a rua mais uma vez.

Chegamos a 1987, na posse do Parlamento que estudou e aprovou esta Carta, a Constituinte. No discurso de posse, o Presidente Ulysses Guimarães disse que ecoaram nas ruas, que ele ouviu das ruas que a Nação queria mudar, que a Nação precisava mudar e que este Parlamento faria a sua parte.

Passaram-se meses, mais de ano. Em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães, no seu discurso de promulgação da Constituinte, disse ao povo brasileiro que a Carta não era perfeita, tanto que admitia reformas, admitia ser melhorada. Mas dizia também ao povo brasileiro e aos seus Congressistas que se deveria respeitá-la sempre. Discordar podemos, e podemos várias coisas, mas rasgá-la ou traí-la, jamais!

Ulysses Guimarães lembrou, naquele momento, quando o povo brasileiro adentrava as mais de 14 entradas deste complexo arquitetônico, que todas as pessoas tinham direito de contribuir e dar suas sugestões para formar a Carta. Dali o PDT veio, mais uma vez, para contribuir e fazer parte dessa história.

Nós do PDT sempre estivemos do lado do povo brasileiro, e neste momento é que nós lembramos os nossos verdadeiros heróis da Pátria, como Leonel de Moura Brizola, Jackson Lago, Neiva Moreira e vários deles, que, se estivessem aqui, não iam admitir que esta Constituição fosse rasgada! (Palmas.) Esses brasileiros que defenderam com a sua vida, que defenderam com a sua honra as suas posições orgulharam o verdadeiro trabalhismo no Brasil. Nós sabemos o custo da luta contra a tirania e da luta contra a grande elite.

Mas este é o momento de dizer que o Brasil não vai ter vencedor e não vai ter vencido. Sabe por quê, meu povo? Porque todos nós já perdemos. Nós perdemos todos, ao não termos a capacidade de cumprir esta Constituição à risca, dando escola de qualidade para as nossas crianças, saúde para o nosso povo e educação para a nossa gente. Nós traímos esta Constituição ao não distribuímos renda, ao não taxarmos as grandes fortunas dos poderosos, que só ganham, e ganham em cima do nosso povo trabalhador. (Palmas.) Por isso, nós do PDT, que brigamos para taxar os bancos, nós do PDT, que sempre lutamos a favor do trabalhador, estivemos na trincheira para defender a CLT e o direito de cada aposentado e trabalhador deste País.

É por isso que eu venho a você que está me assistindo e ouvindo para dizer que o PDT vai dar a sua contribuição, lançando a sua candidatura própria em 2018, porque entendemos que temos quadros suficientes e história para contar. E a luta nunca vai nos faltar. É por isso que nós vamos lançar o Ciro Gomes nosso candidato a Presidente da República! (Manifestações no plenário.)

E, enquanto esperamos o dia da urna, iremos defender a Constituição. Até o dia da eleição, iremos defendê-la! Por isso, o PDT vai votar contra o impeachment! Por isso, o PDT vai ficar aqui dizendo a você, meu amigo e minha amiga, dizendo a você, brasileiro e brasileira: nós somos brasileiros! Por isso, eu convido este Plenário a dizer: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”.

O SR. GENECIAS NORONHA

(SD-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento histórico, tenho observado vários discursos. Tive o cuidado de prestar atenção a muitos deles. Não tenho mais dúvidas, não pelos discursos, mas atendo-me ao relatório do Deputado Jovair Arantes, que me fez ter a certeza de que os crimes foram praticados sim. A Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal sim, seja nas pedaladas fiscais, seja nos decretos não autorizados pelo Congresso Nacional.

O que se observa aqui nos discursos é que os defensores do Governo, por falta de argumento, em vez de buscarem convencer de que os crimes aqui denunciados não foram praticados, continuam a lorota do golpe, ou insistem em atacar o Vice Michel Temer ou o Presidente desta Casa, como se os ataques a Michel Temer e ao Presidente desta Casa inocentassem a Sra. Presidente.

Não há golpe nenhum. Haverá, sim, um julgamento justo. E eu, com a minha convicção, voto “sim”, pelo *impeachment*.

Golpe é o que a Presidente Dilma tem praticado. Traiu a população brasileira, no maior estelionato político já praticado neste País, quando enganou a todos nós, vendendo um País fortalecido, o que não passava de uma peça publicitária totalmente mentirosa.

O custo foi alto. Mal saiu o resultado das eleições, e vieram o tarifaço, o aumento de energia elétrica, o aumento dos combustíveis, a crise política, a crise econômica, a crise ética e a crise moral, sem falar na falência do setor da saúde pública, em razão da qual muitos pais de família, com seus filhos nos braços, vivem a agonizar nas filas dos hospitais.

Veio ainda a crise ética, Sr. Presidente.

Eu queria proferir o discurso que preparei, mas, como me comprometi com o Presidente do meu partido a ceder parte do meu tempo para ele falar, queria saudar a minha bancada, a bancada do Solidariedade, e agradecer-lhe por unanimemente votar a favor do *impeachment*.

Para livrarmos o País da “república da jararaca”, pelos crimes cometidos pelo Governo e por um amanhã melhor para todos os brasileiros, o Solidariedade vota “sim”, pelo *impeachment*.

Tchau, querida!

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA

(SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

Eu quero saudar cada um dos amigos Deputados, cada um dos que hoje estão nas ruas de todo o Brasil, especialmente os que estão na nossa Avenida Paulista, e dizer que o nosso partido, o Solidariedade, foi o primeiro partido a pedir o impeachment da Dilma, em fevereiro.

Quero saudar, especialmente, o meu amigo Deputado Rodrigo Maia, do Rio de Janeiro, e o Deputado Eduardo Cunha, que nunca desistiram. (Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA

Por isso, nós vivemos hoje um dia histórico, um dia em que o Brasil se prepara para tirar a Presidente Dilma do Governo. Por quê? Porque este Governo levou o País à maior crise da história do Brasil, com desemprego, com empresas fechando, com roubo generalizado.

Eu queria aproveitar esse 1 minuto que eu tenho e pedir para as pessoas, não só os Deputados que estão aqui, se levantarem só um pouquinho. Levante-se, pessoal. (Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA

Eu queria pedir aos brasileiros que estão nas ruas ou que estão em casa que pudéssemos cantar aquela música, uma versão do Geraldo Vandré. (Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, interrompa a sua fala, Deputado Paulinho. Depois eu volto a lhe conceder a palavra.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha)

Eu peço respeito ao orador, senão vamos ter que prorrogar o seu tempo. Respeitem o orador. V.Exa. tem 1 minuto. Zerem o tempo e concedam 1 minuto para o Deputado, porque ele foi interrompido

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que reponha meu tempo. Eu queria que vocês brasileiros do País inteiro, que estão na Avenida Paulista ou em casa, cantassem aquela musiquinha que começou durante o processo:

“Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Fora, Dilma!”

A SRA. RENATA ABREU

(Bloco/PTN-SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos brasileiros trabalhadores e sonhamos com um País melhor. Hoje, quando saí de casa, passei no quarto dos meus filhos — Rafael, de 3 anos, e Felipe, de 5 anos —, que estavam dormindo com o semblante inocente característico das crianças. Imaginei o que eles estariam sonhando e me deparei com a realidade que iremos viver neste domingo nesta Casa.

Veio-me sobre os ombros a responsabilidade de decidirmos que Brasil nós vamos entregar a eles. Aí pensei nos milhares de mães espalhadas de norte a sul deste País que vivem sonhando com uma vida melhor para os seus filhos. Todos os dias eu me pergunto até quando vamos aceitar que tirem o sonho do nosso povo e até quando um sistema surdo atrasará a nossa esperança. Eu nunca vi as pessoas tão descontentes, o povo tão desiludido e tão distante de quem jurou representá-lo.

Somos brasileiros. Sou do PTN, da parte que está nas ruas com o mesmo grito que ecoa desde o Ipiranga, repetido no movimento Diretas Já, em 1984, nos protestos de caras-pintadas e que voltou nas manifestações de 2013. Vivo neste Brasil. Vivo neste tempo. Somos todos seus filhos e acreditamos que podemos mudar.

Vamos juntos curar essa surdez da política, deixar o nosso povo decidir o seu futuro, ter as chaves para abrir as portas dessa velada prisão. Em uma democracia do povo, com o povo e para o povo, vamos da esquecida virtude pública ao retorno da verdadeira justiça social.

Queremos vencer com as ruas; queremos transformar toda essa indignação em mudança. Muito mais do que um impeachment, queremos ver nascer neste País uma nova política, que derrube esse muro de mentiras, que represente as ruas, que diga: “Vocês me representam”.

Queremos o que estão pedindo há 30 anos no Brasil: mais transparência, mais participação, mais democracia direta! Lutamos com você por um novo olhar para o nosso futuro, por uma nova resposta ao jovem que ainda acredita, por uma bandeira aos sem-partido, por um fim ao silêncio dos bons e dos honestos.

Estamos diante da oportunidade de passar a limpo o Brasil, de respeitar as leis e de ouvir as vozes que vêm das ruas; da oportunidade de banir de vez a cultura da corrupção, que pune de maneira tão cruel cada um de nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, após muito diálogo na bancada e com inafastável respeito à democracia e à divergência de opiniões, nós do PTN decidimos estar ao lado da maioria dos brasileiros. Orientamos todos os nossos Deputados, todas as mães de família, todos os jovens e todos os que amam este País a dizerem “sim”.

O nosso voto, Sr. Presidente, o voto do PTN, é “sim” ao Brasil, é “sim” ao impeachment! Todos juntos podemos mudar o Brasil. Muito obrigada. (Palmas.)

DEP. ANDRÉ MOURA

(Bloco/PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras, Senhor Presidente, é de agradecimento a Deus e ao Senhor do Bonfim, por permitir estar aqui nesse momento histórico que atravessa o Brasil.

Gostaria de agradecer a Executiva Nacional e a toda bancada do PSC, que se manteve firme na luta e que vota 100% de unânime de unida sim pelo impeachment; agradecer a minha família, a sergipanas e sergipanos e à nação brasileira.

Quero dizer que o Brasil está presenciando um dos momentos mais marcantes da democracia atual. Nós estamos aqui e o povo brasileiro nas ruas justamente para pedir um basta a tudo isso que está acontecendo aqui no Brasil.

O grito dos aclamados. Milhões de brasileiros estão nas ruas, nas capitais, na cidade e nos mais distantes rincões desse país. Gritos de revoltados, gritos de um povo que não aguenta mais. Inconformados que estão e arruinados por um governo desumano.

O recado já foi dado de forma clara, pelo povo e pela nossa gente. Fazer agora o nosso papel é a nossa obrigação.... porque nós vamos decidir hoje o futuro da nossa Nação.

Estamos vivendo um dos momentos das mais difíceis crises econômicas da nossa história. Estamos vivenciando o maior escândalo da história da república brasileira. Do ponto de vista jurídico, as bases são legais par ao *impeachment*.

Falam que o Brasil está dividido em duas forças antagônicas. De um lado, milhões e milhões de brasileiros que clamam por justiça esperam que esse parlamento diga sim ao impeachment e que possamos viver o novo tempo no Brasil. De outro lado, uma minoria ruída e raivosa que quer se perpetuar no poder abraçada de um projeto político falido que acabou. Chegou a hora. A hora da grande decisão: se vamos ficar ao lado de milhões e milhões de brasileiros que lotam as ruas desse país, seja aqui, no nordeste ou na Avenida Paulista, Deputado Marcos Feliciano, ou se vamos ficar ao lado de um governo comprometido com o mal feito ,averso ao diálogo, e ,acima de tudo, destinado econômico e ao fracasso moral.

O *impeachment* é legal. O STF reafirmou isso. Como disse, no início da minha fala, neste domingo, hoje, nós faremos história ao decidir o futuro da nação. História do presente e do futuro. Do presente pra olhar pra os nossos amigos, para os nossos o que nos elegeram, pra

nossas famílias com altivez daqueles que vão dizer sim. E o futuro, nós podemos ter a certeza que estamos escrevendo uma das mais belas páginas da nossa história.

Quem disser “não!” contramão e estará sujeito, como sempre, ao fracasso daqueles que se acovardaram pra ficar ao lado de um projeto de governo já falido nesse nosso país.

Aprovado hoje o processo de *impeachment*, depois no senado, passaremos ao momento de reconstrução nacional. Nossas esperanças se voltam ao Presidente Michel Temer cuja missão de pacificar e reunir os brasileiros contará com total e irrestrito apoio da nossa bancada do PSC.

Depende de cada um de nós, de quem ama esse país, ama esse país, e ama essa pátria. De quem veste o verde e amarelo porque a nossa cor não é o vermelho. Não é e não será nunca. A nossa cor é o verde e amarelo.

Por isso, dizendo “sim” ao futuro do nosso país, dizendo “sim” às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos jovens. Dizendo “sim” aos nossos idosos. Dizendo “sim” ao Brasil. A bancada do PSC vota “sim”. Viva o Brasil.

DEP. RUBENS BUENO

(PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Senhor Presidente, no dia 29 de setembro de 1992, eu estava aqui, junto com o Deputado Federal, fundador nacional do PT, Hélio Bicudo, votando o *impeachment* do Presidente Collor.

Hoje, volto a essa tribuna para com Janaína Pascoal, Miguel Realis Júnior e Hélio Bicudo, votar o *impeachment* da Presidente Dilma.

Passamos as últimas horas desse plenário exaurindo os fundamentos do *impeachment*. Enfrentamos todas as falácias do governo e demonstramos a clara violação do artigo 85 da Constituição Federal e também da Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal, que são aqueles que só podem ser cometidos por quem detém o poder. Citamos cada um deles deixando clara as gravidades das fraudes fiscais e a perversidade da sua adoção para nossa economia e para o povo brasileiro.

Para que fosse reeleita, a Presidente praticou uma política criminoso de falsear as contas públicas sem cumprir suas promessas eleitorais. Culminou na tragédia econômica que se abateu sobre a nação com a destruição da indústria nacional e falência de milhares de empresas, além da demissão de milhões de trabalhadores.

Mais grave do que isso, o Governo Dilma não destruiu apenas o valor da nossa moeda, ela destruiu o sonho de milhões de brasileiros. Por isso, hoje é dever desse Parlamento soltar o seu grito de “basta”. Chega de demagogia e populismo. O brasileiro não quer ser enganado

todos os dias pelos seus mandatários, mas sim ter emprego e renda pra levar uma vida e sustentar a sua família.

O *impeachment* da Presidente Dilma será a pá de cal do lulopetismo. O seu afastamento põe fim a mais de uma década caracterizada pela incompetência administrativa, pelo aparelhamento do Estado e pela roubalheira generalizada.

A corrupção está associada à marca do PT e hoje faz parte indissociável do seu DNA. É a hora de Retirar essa organização criminosa do poder e trabalhar para que todos seus integrantes sejam punidos. Que nunca mais isso se repita!

Chegou a hora de virar a página, depois de aprender mais uma lição da história. A Presidente Dilma está caindo, na verdade, pelo conjunto da sua obra porque perdeu autoridade moral que o cargo de Chefe de Estado exige. Ela praticou estelionato eleitoral para se reeleger. As campanhas do PT foram irrigadas com dinheiro sujo de contratos superfaturados da Petrobras e de tantas obras de muitas empresas estatais. Praticou fraudes fiscais e afrontou a Constituição Federal; acobertou o tráfico de influência; omitiu-se diante da rede de corrupção e tentou obstruir a justiça e libertar réus presos na operação Lava-Jato. Enfim, faltou com decoro e perdeu a legitimidade.

O modelo petista de Lula e Dilma se exauriu pelo populismo e fisiologismo.

Vamos encarar o futuro na perspectiva de reconstruir o Brasil não só no plano da economia, que Dilma esfacelou, mas principalmente no plano da época, no plano da ética, para legar às gerações futuras o comprometimento com o pleno funcionamento das instituições, único caminho para fortalecer a democracia.

Coragem, brasileiros!

Vamos retomar os nossos sonhos e reerguer o Brasil. O PPS vota unido a favor

EVANDR O GUSSI

(PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas, amigos, todos nós que nos encontramos neste recinto, independentemente dos lados, temos concordância quanto a um ponto: experimentamos um momento histórico do País.

E, nesses momentos históricos, os homens e as mulheres se revelam, mostram de fato quem são. Quero dizer que é uma honra combater este bom combate ao lado de V.Exas., pois os códigos de honra, que nos dias contemporâneos parecem desaparecer da vida humana, foram e são aqui reconhecidos em mentes, corações e atitudes dos representantes do povo brasileiro.

Um dia, senhores, há pouco mais de 500 anos, homens inspirados também pela honra atravessaram o mar tenebroso para fundar aqui aquela que, entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada.

Nós, hoje, sob a cúpula da Câmara dos Deputados, aberta à vontade e aos anseios do povo brasileiro, temos também a missão de iniciar uma travessia por mares tenebrosos criados desta vez pelo atual Governo.

Estamos unidos ao povo brasileiro para ecoar a sua voz. Esperamos que, no futuro próximo, o povo brasileiro também esteja ao nosso lado nos remédios amargos que o atual Governo nos obrigará a tomar. Temos certeza de que essa gente, de que essa brava gente brasileira não se furtará aos sacrifícios, não se furtará aos seus deveres cívicos.

Senhores, os homens se revelam quando têm o poder ou quando têm medo. E o atual Governo se revelou no poder e se revelou agora no medo de perder o poder. O Brasil, hoje, senhores, percebe que o sol da liberdade pode voltar a brilhar no céu da pátria, mas desta vez não em raios fúlgidos.

A bancada do Partido Verde, Sras. e Srs. Deputados, na verdade não precisa de orientação. Ela já sabe o que deve fazer. Sabe que a Presidente cometeu crime de responsabilidade. Este é o lugar para julgar. Por isso votaremos “sim” ao impeachment! “Sim” ao Brasil! (Palmas.)

O SR. RONALDO FONSECA

(Bloco/PROS-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com o peso de representar o meu partido. Neste momento, o PROS, depois de muito esforço, depois de muitas conversas, decidimos votar “sim”, pelo impeachment da Presidente da República. (Palmas.) Destaco os membros do nosso partido: eu, como Líder, estarei votando “sim”; o Deputado Eros Biondini, que está aqui, também votará “sim”; o Deputado Felipe Bornier também votará “sim”; o Deputado Toninho Wandscheer também votará “sim”. Com um dos nossos membros ainda não conseguimos terminar a nossa conversa. O Deputado Odorico Monteiro, cuja posição respeitamos, votará contra o impeachment

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para dizer que não admito que se diga que há um golpe no Brasil. A Constituição Federal, no seu art. 51, legitima esta sessão e, no seu art. 79, legitima a posse do Vice-Presidente, que teve o mesmo número de votos que a principal candidata. Um Vice-Presidente, quando é apresentado na chapa, é apresentado para que, nos

momentos de crise e nos momentos necessários, ocupe a cadeira de Presidente. Portanto, não há golpe! A Constituição Federal nos garante isso; a Constituição Federal respalda este ato. Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, que tem lutado nesta Casa contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira. Mas aqui nós temos Deputados aguerridos. Eu venho a esta tribuna também homenagear a bancada de Deputados Federais do Distrito Federal, com exceção de uma Deputada, a Deputada Erika Kokay, que é a favor do golpe; que é contra a Constituição brasileira! (Manifestação no plenário.) Eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, também para homenagear o Distrito Federal, que quer, sim, o impeachment já! Venho a esta tribuna para dizer às senhoras e aos senhores, àqueles que estão lá fora, àqueles que estão nas ruas: a Constituição Federal garante este ato. Não é golpe!

Sabe o que está parecendo esse negócio de golpe? “Golpe! Golpe! Golpe! Golpe! Golpe...” Está parecendo sabe o quê? Uma diarreia verbal que ninguém suporta mais. Ninguém suporta mais isso! O Brasil quer uma decisão, e o PROS não lhe negará esta decisão. Respeitamos o Deputado Odorico Monteiro, um Deputado aguerrido, um Deputado histórico desta Nação. Nós respeitamos a sua decisão, Deputado Odorico, porque V.Exa. tem lado; porque se apresenta, e não é igual a alguns que vão fugir desta sessão, porque são corruptos, porque estão virando as costas para a população brasileira. “Sim” ao impeachment, diz o PROS nesta tarde!

ALFREDO KAEFER

(Bloco/PSL-PR. Como Representante. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira que nos assiste e que nos acompanha neste momento histórico, contra fatos, senhoras e senhores, não há argumentos, e os fatos são irrefutáveis.

A Presidente Dilma não honrou a Constituição brasileira e cometeu crime, não zelou pelas contas da República, pelas contas públicas. Gastou desordenadamente e sem autorização do Congresso Nacional.

Isso é um fato absolutamente verídico, mas algo que provocou uma consequência muito mais grave do que isso foi a realidade do Brasil. Com a ganância desenfreada e com a desadministração do Governo Federal, criou-se o verdadeiro caos econômico neste País. Fábricas fecharam, o comércio trocou as placas de “promoção” por placas de “aluga-se” ou “vende-se”. Cerca de 10 milhões de brasileiros perderam os seus empregos, perderam a esperança, perderam o alento.

Juridicamente, nós estamos aqui discutindo o fato do impedimento, da admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Esse é o fato jurídico. No entanto, o fato da vida real é outro: é a situação que o País vive hoje em razão de uma administração de curto prazo lá atrás, que desestabilizou a economia, que fez com que as agências de *rating* do mundo inteiro rebaixassem a nota do Brasil. A economia acabou degradingolando.

A democracia nos permite erros, como o que cometemos no passado recente elegendo a Presidente atual. Mas a democracia, por meio dos seus integrantes, 513 Deputados, legitimamente eleitos pelo voto popular e direto — todos foram trazidos até aqui pelo voto —, tem a oportunidade de fazer essa correção, aprovando a admissibilidade do *impeachment* e levando ao Senado da República a decisão pelo afastamento definitivo da Presidente Dilma Rousseff.

Nós precisamos de esperança, e é isso que o povo brasileiro quer. Não há só o problema na economia. Instalou-se, nesses últimos anos, uma oligarquia, um sistema fechado que patrocinou benesses as mais variáveis possíveis. Milhares e milhares de apaniguados, de apadrinhados, de beneficiados da República aí estão. Nós queremos não só mudança na economia, queremos também uma educação de qualidade, que nunca existiu. A saúde deixa os brasileiros à mercê da sua própria sorte.

A corrupção se instalou neste País. Nós não estamos aqui discutindo a corrupção, mas ela é consequência desse Governo que não soube honrar a qualificação que os brasileiros lhe deram.

Por isso, em nome do povo do Paraná, em meu nome, em nome do PSL, um pequeno grande partido que conta com dezenas de Vereadores, de Prefeitos, de Vice-Prefeitos, de Deputados Estaduais e, na nossa bancada, com a Deputada Dâmina Pereira, nós queremos clara e objetivamente dizer que vamos votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

O SR. MIGUEL HADDAD

(PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentro de algumas horas, 2 ou 3 horas, nós iremos definir, com o nosso voto, o futuro do Brasil. Poucas vezes coube a tão poucos uma tarefa de importância igual. Já tivemos em nossa história outras assembleias às quais coube decidir o afastamento do Chefe de Estado. Mas hoje a nossa responsabilidade é muito maior.

Jamais a Nação viveu os tormentos que vive no presente. E o que é pior: a cada dia a situação se agrava; a cada hora quase 300 brasileiros perdem o seu emprego. E não há canto

nenhum neste País em que se possa vislumbrar, no rosto das pessoas, um único sinal de esperança.

Srs. Deputados, nós não estamos hoje aqui julgando apenas a natureza dos muitos crimes cometidos pela Presidente Dilma Rousseff, que estão diariamente presentes nas manchetes dos jornais.

O que estamos a decidir, com o nosso voto, hoje, aqui na Câmara, e, depois, no Senado, é o futuro de um País destruído por uma Presidente da República que, com a sua arrogância, humilhou o Parlamento e governou de costas para o seu povo, que esperava da sua liderança dias melhores, uma vida melhor, mas que recebeu em troca o engodo, a mistificação e a mentira sistemática; por uma Presidente da República cuja fidelidade não é à Nação nem à população brasileira, mas à sua tacanha ideologia.

“Eu e o Lula estamos construindo um projeto”, ela diz, alheia às consequências da sua insensatez, que hoje fazem parte da paisagem brasileira, visíveis para onde quer que se olhe: visíveis no desemprego; na paralisia nacional; na situação desesperadora daqueles que dependem do sistema público de saúde; no sucateamento do nosso parque industrial, uma conquista de gerações; no aparelhamento das nossas instituições e no assalto planejado, organizado e sistemático aos recursos públicos, que quebrou a PETROBRAS, os fundos de pensão e o Tesouro Nacional.

Tudo isso, Sr. Presidente, para “construir um projeto”, construção essa que tinha por base, unicamente, uma ilusão insensata, que nos levou, como todas as ilusões, ao abismo.

Diante desse quadro assustador, Sras. e Srs. Deputados, no qual a incerteza gera ferozes divergências, há, todavia, uma certeza: o Brasil não pode mais vagar sem rumo. Não podemos mais assistir ao desmonte da Nação sem nada fazer.

Nosso País precisa voltar a fazer sentido. Precisa encontrar um rumo. É a partir dessa certeza que devemos procurar o caminho que nos permita dar uma resposta aos anseios do povo brasileiro, à míngua de tudo, prestes a cair no desespero e na desesperança.

Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos que Dilma Rousseff não reúne as condições para realizar essa tarefa. Não se faz transplante de alma. Durante todo o seu primeiro mandato, ela foi diariamente advertida sobre as terríveis consequências dos seus atos, sem que tenha sequer se dignado a responder a qualquer crítica, prosseguindo impávida, com insana arrogância, na sua marcha da insensatez.

Durante a sua campanha, os sinais da ruína do Estado brasileiro eram tais que a realidade não podia ser apresentada, sob pena de fazê-la perder a eleição. Acuada, Dilma deu o passo final rumo à sua decadência pessoal, prestando-se à farsa eleitoral. Quem não se lembra

de ouvi-la dizer: “Em 2015 o Brasil vai bombar”, quando sabia, mais do que qualquer um de nós, que o País estava quebrado, que depois da sua eleição o que nos esperava eram o desemprego, o fechamento das portas das empresas, a falta de verba para a saúde pública, o mar de lama, toda essa tragédia que a população vive hoje e continuará a viver no futuro, por anos, por causa dela?

Alguém aqui, e no Brasil inteiro, tirando os insensíveis à razão — eu peço a cada um que faça a si mesmo estas perguntas —, acredita que o Brasil possa aguentar mais 3 anos de Dilma Rousseff no poder; que Dilma Rousseff tem condições pessoais e políticas de dar um novo rumo à Nação e trazer a esperança ao povo brasileiro; que o cristal da confiança quebrado por Dilma possa ser recomposto e que ela volte a ter o respeito dos homens e mulheres deste País?

É preciso, para o bem do Brasil, para o bem do povo brasileiro, dar um basta a toda essa insensatez. Sua saída será o primeiro passo na construção de um novo Brasil, cujo marco é o protagonismo da população brasileira, que se manifesta nas ruas, deixando claro que é o povo que manda neste País. Neste instante, Sr. Presidente, há milhões de pessoas nas ruas, em mais de 20 Estados — em São Paulo, na Avenida Paulista, em Salvador, em Curitiba, em Jundiaí, minha cidade. Todos se fazem presentes neste momento. O afastamento de Dilma tem um significado maior do que a saída de uma Presidente incapaz. Mostra que o povo brasileiro está vigilante, mostra que a época do divórcio entre o interesse da população e o interesse dos partidos políticos acabou. Em meio a tantos horrores, essa é a boa notícia.

Temos de ter a coragem de dar o primeiro passo e confiar nos homens e mulheres livres e conscientes que estão mudando o Brasil. A garantia de que vamos seguir no caminho que assegure um futuro melhor é e será sempre a mesma: a participação popular.

Encaminho, Sr. Presidente, o voto pela aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff.

